

Francisco Aroldo Vasconcelos de Oliveira

PROPOSTAS PARA A REGIÃO DE FRONTEIRA.
AMAZONAS - ACRE - RONDÔNIA.

Porto Velho Rondônia

2023

Propostas para a região de fronteira.

Amazonas, Acre e Rondônia.

Direitos de edição reservado pelo autor.

Editor:

Franciso Aroldo Vasconcelos de Oliveira

Diagramação e capa:

Arthur Nogueira de Vasconcelos e

Alexsandro Nogueira de Oliveira

Revisão de texto e gramática:

Camilla Nogueira de Vasconcelos

Impressão:

RONDOFORMS IND. GRÁFICA EIRELLI-EPP

Sumário

Apresentação do Autor.....	05
Agradecimentos.....	09
“IN MEMORIAM”	11
Os dois Amigos.....	13
Relógio do Tempo.....	21
Proposta ampliada para esta década.....	25
Novas propostas para o Brasil.....	47
Conceitos formais de Desenvolvimento.....	101
Alinhamento Estratégico Regional.....	145
Desenvolvimento Regional.....	148
Dados Gerais da Economia Rural.....	157
Agradecimento especiais.....	165

Apresentação do Autor

Estamos dando seguimento a terceira década desse novo milênio da Era do Cristo, mas sobrevivemos de erros e acertos humanos há pelo menos 12 mil anos; conhecendo todos os desafios, problemas e outras dificuldades, as quais são parte integrante da nossa jornada nesse pequeno planeta.

Vinte e dois anos já se passaram deste novo 3º milênio e vemos que ainda há mesmo muito o que aprender; modos de convivência nas famílias, nas escolas, nas empresas, nos governos e em toda a sociedade civil, em todas as nações que formam este planeta. Somos, a bem da verdade, e, mesmo que muitos não creiam ou não aceitem, irmãos – estamos ligados pelo simples fato de sermos da mesma raça: humana.

Com base nessa premissa, e outras muitas percepções pessoais e do coletivo aqui de vida e observação em trinta anos de vida e trabalho na Amazônia, quero por meio desta obra, trazer à luz e ao debate técnico, político, empresarial e progressista, minha visão e novamente minhas propostas para o desenvolvimento da região de fronteira entre os estados do Amazonas, Acre e Rondônia e, por que não acrescentar o imenso estado do Mato Grosso, de onde há mais de 40 anos veio tanta força para os projetos da BR 364, BR 319, criação e crescimento de centenas de municípios nessas paragens do sul da Amazônia brasileira.

São propostas de mudanças para o Estado, as empresas e a sociedade civil organizada que reputo muito importantes para o progresso dessa região com sustentabilidade e responsabilidade; são indicativos de mudanças em nós mesmos, indivíduos humanos que precisamos ampliar pelo debate nossa pretensa possibilidade de ver um novo Brasil realmente soberano e independente.

Para tanto é realmente preciso aceitar que estas terras localizadas na região do sul geográfico da Amazonia têm vocação mineral, potencial agropecuário e inúmeras possibilidades de geração de trabalho, renda e monetização dos

seus ativos florestais.

Quando nas décadas de 60 e 70 o Brasil rural composto pelo Mato Grosso e Amazonas eram áreas de florestas inexpugnáveis, lideranças nacionais trouxeram a visão do progresso e centenas de agrupamentos humanos, desbravadores e colonizadores destemidos investiram suas vidas, seus recursos e sua inteligência para desenvolver projetos de prosperidade social, cultural e econômica, surgindo naturalmente problemas e suas soluções dentro de princípios democráticos e republicanos que moldaram as cidades, as relações humanas e comerciais para dentro do Brasil e para o exterior.

A linha da BR 364, rodovia federal, por exemplo – nesse contexto histórico social e econômico, em seus mais de 2.400 Km, tornou-se espinha dorsal de vida e sonhos para milhões de brasileiros.

Não é possível que atualmente não consigamos reunir mentes e braços e mãos para continuar de forma gradual, legal e produtiva com esses projetos.

Em contraposição, podemos dizer que a linha da BR 319, também rodovia federal, não alcançou, ainda seu objetivo de interligação entre Porto Velho e Manaus possivelmente por questões de pressão política interna e externa, onde valores e interesses não relacionados com os membros que integram essa parte geográfica deixam esse debate sério e necessário, sempre para outros momentos; mas essa década é oportuna e o momento, bem dizer... impar para projetos arrojados, mais audaciosos para o desenvolvimento por exemplo de cidades sustentáveis e agrovilas com tecnologias e aplicações inovadoras no campo da bioeconomia.

A viabilidade da construção de seis ou sete cidades sustentáveis no trajeto dessa rodovia entre Humaitá e Manaus é uma dessas propostas aqui nessa obra.

Um alinhamento natural entre governantes, empresários, estudiosos, influenciadores de opinião, legalistas, ambientalis-

tas, produtores rurais, técnicos e lideranças locais é necessário para promover as soluções que deem a base sustentável para essa continuidade do progresso dessa parte do Brasil.

Um exemplo importante é que possamos esse ano de 2023 alinhar o planejamento governamental nos P.P.A. ou planos plurianuais de governo nos estados do Am, Ac, RO e MT de maneira que as pessoas, os negócios públicos e negócios privados possam seguir um curso regional, promovendo a cooperação em torno de projetos que assegurem investimentos e retorno para as milhares de famílias que nessa região reside, trabalha e produz.

O livro então é mais um esforço desse profissional de economia em promover o debate dessas questões e uma busca de caráter despretensioso de colaborar com o planejamento e a execução de propostas que guardem essas possibilidades.

O Brasil precisa de uma matriz de produção agropecuária com a prática de modelos sustentáveis e que gerem oportunidades de renda, trabalho e emprego em mais de 24 milhões de propriedades rurais, expandindo também e porque não dizer, legalizando e orientando práticas limpas de mineração naquelas paragens que guardam essa vocação.

Apenas com um olhar maduro, legal e com planos decenais de promoção do desenvolvimento poderemos reduzir as famigeradas desigualdades sociais que degradam a vida pela ausência de visão de futuro e por renda em níveis fora do contexto mundial de organização das cidades.

O modelo de produção e comercialização dos ativos rurais que formam os estados do Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre já está consolidado e realmente é muito apropriado que o sistema de transporte nos modais terrestre, fluvial que esses estados já detêm, sejam ampliados para que mais empresas agropecuárias e empreendedores rurais possam desenvolver seus projetos, trazendo segurança alimentar para o Brasil, a América Latina, seus vizinhos andinos, bem como todos os países que já dependem

dos produtos da nossa pauta de exportação de commodities.

Quando debruçamos os olhos e nossa análise nos números da produção e comercialização desses ativos no período de 2016 a 2022 vemos como essas regiões interligadas pelo avanço da produção sustentável amplia a riqueza dos estados com vocação para a agricultura e para a pecuária, não apenas de subsistência, mas de produção planejada, com práticas limpas e com total respeito a legislação.

Os grandes centros do sudeste e do sul do país, ao longo do século passado - de alguma forma disseminaram no centro oeste e na região do sul da Amazônia (MT, MS, RO, AC e parte do Amazonas) tecnologias de produção que foram no período das décadas de 70 a 90 admitindo cada vez mais o vícios de realizar o objetivo social da terra previsto na Constituição Federal, dando essa garantia de emprego, trabalho, renda, arrecadação de impostos, sustentação social e econômica para as famílias com a venda dos excedentes para o exterior, o que, no mínimo dá ao Brasil posição de fôlego na sua balança comercial.

Muitos entraves e problemas ainda para os empresários e os projetos agropecuários existem na região, mas é fato que não há retorno possível, posto que a manutenção dos níveis de produtividade e comércio desses ativos dão sustentação às contas públicas e giram valores de bilhões de reais anualmente.

Essa obra é por assim dizer: fruto de anos de observações, viagens por todo o Brasil, ouvindo pessoas de várias localidades em vários momentos de debates e participações, às vezes como técnico do SENAI, outras no SEBRAE, no SENAR, no governo do estado ou na assembleia legislativa, mas sempre como profissional de economia, portanto minha esperança é que sirva a todos quanto sonham e querem colocar-se a disposição para a construção de um Brasil melhor para os nossos filhos e nossos netos.

Boa leitura.

Agradecimentos

No ano de 2022 completamos eu, e minha família, 30 anos de Rondônia, e nesse tópico do livro gostaria de agradecer com muita sinceridade a todos os membros das nossas famílias: Moraes Nogueira e Vasconcelos de Oliveira, donde viemos com muito amor e carinho.

Agradeço a todos os amigos e amigas, colegas, professores, alunos e alunas, empresários, políticos, empreendedores, lideranças locais, religiosas, religiosos, irmãos e irmãs - afinal de contas somos humanos e realmente somos parte do todo dessa vida humana.

Agradeço aos meus filhos: Arthur, Beatriz e Camilla - minha turma do ABC ... - por me apoiar em todo o tempo e me desculpar por tantos momentos em que não pude estar lado a lado em razão do trabalho e do estudo em Rondônia.

Agradeço a minha esposa Elisângela, a novinha do seu João e da dona Eremita; meu anjo, minha namorada, minha amiga e minha companheira de caminhada nesses mais de 30.

Agradeço aos meus professores e professoras, todos eles; pois sem conhecimento e sem orientação não conseguiria caminhar, trabalhar e nem abrir os meus olhos para o universo do conhecimento e do amor.

Agradeço ao meu pai, senhor Francisco Paulo de Oliveira, o capitão do Buriti por suas orações e conselhos.

Agradeço a minha mãe Dona Erani Vasconcelos de Oliveira, educadora no Maranhão e profissional de saúde no Ceará, por sempre me impulsionar com seus exemplos de sinceridade, simplicidade, honestidade, amor e dedicação; ela sempre me falou palavras de ânimo em todos os meus projetos, desde 1.970 quando e sempre.

Agradeço a Sagrada Família de Nazaré, José, Maria e Jesus por trazerem para a humanidade as luzes do amor, da fé e da boa consciência de que somos mais e melhores do

que imaginamos ser; e, agradeço ao nosso Criador, o Deus Eterno mantenedor de nosso paraíso-escola que é o planeta Terra

Eu te louvo, meu Senhor, por me haver dado a oportunidade da vida e de tanto aprendizado no mundo, com tantas pessoas maravilhosas.

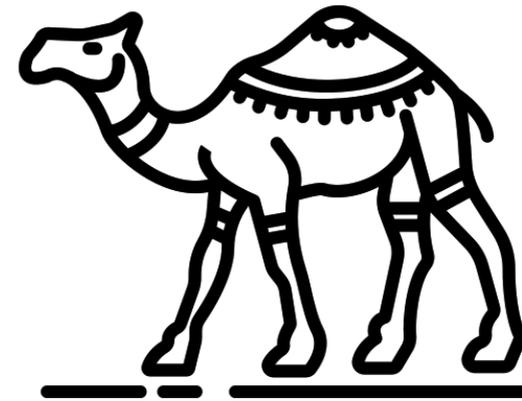
Gratidão. Gratidão. Gratidão.

IN MEMORIAM



Erani Vasconcelos de Oliveira nasceu em no dia 02 de janeiro do ano de 1.949 na fazenda Boca da Mata, distrito rural da cidade de Buriti do Maranhão e retornou ao mundo espiritual no dia 02 de julho do ano de 2.019 na cidade de Porto Velho Rondônia.

Os dois amigos, de Malba Tahan



Os dois amigos, de Malba Tahan.

Está é uma lenda árabe, recontada por Malba Tahan, em O Livro de Aladdin.

E, nas perigosas montanhas que os persas denominavam labaquir, os guardas que vigiavam a fronteira surpreenderam, ao abrir da manhã, antes da primeira prece, um pequeno grupo de contrabandistas.

Três deles conseguiram fugir; o outro, que resistiu de arma na mão, foi morto pelos soldados; um apenas, que deixara ficar encostado a uma pedra, foi aprisionado e conduzido no mesmo dia, à presença do rei Chariar, apelidado O Inflexível.

O soberano, depois de consultar dois íntegros e sábios juízes e saber os termos da lei, declarou que o contrabandista preso nos serros de labaquir devia ser condenado à morte.

Ao ouvir a grave sentença, o prisioneiro pediu permissão para falar.

- Fala! - concedeu o rei.

- O meu nome - começou o prisioneiro - é Monir Salomão. Arrastado pela negra e torpe ambição de enriquecer rapidamente, aliciei-me com aqueles que exercem a execranda profissão de contrabandistas. O castigo cai, pois, sobre mim merecidamente. Desejo apenas formular um pedido. Tenho mulher e filhos. Minha família mora numa pequenina aldeia muito longe desta cidade. Se eu morrer agora, meus filhos e minha esposa ficarão inteiramente sem recursos e abandonados. Solicito, pois, que me seja concedido o prazo de um ano para regularizar os meus negócios e amparar aqueles que me são caros. Findo esse prazo voltarei a esta cidade para que, contra mim, seja cumprida a sentença de morte.

- Embora me pareça estranho o teu pedido - retorquiu o rei -, não teria dúvida em atendê-lo. Quem me garantirá, porém, o teu regresso? Como poderei confiar em tua palavra, ou melhor, no juramento de um contrabandista? Uma vez em liberdade, deixarás, certamente, o país e nunca mais aqui tornarás...

Respondeu o condenado com veemência:

- Deixarei, como penhor, um amigo em meu lugar.

- Aceito a proposta - concordou o rei. - Imponho porém, uma condição: o teu amigo será enforcado se, findo o prazo concedido, não tiveres regressado.

A notícia do caso espalhou-se pela cidade. No dia seguinte, apresentou-se diante do rei um homem chamado Zeidun, que se oferecia para ficar no lugar de seu amigo Monir Salomão.

Disse-lhe com seriedade e firmeza o monarca:

- Previno-te de uma cousa: se findo o prazo de um ano o teu amigo não tiver regressado, serás enforcado como contrabandista.

Aceitas?

- Aceito! - declarou Zeidun.

Passaram-se os dozes meses e Monir Salomão, o condenado, não regressou.

Determinou, pois, o rei que fossem feitos os preparativos para a execução do amigo que se oferecera para ficar como refém.

Na praça principal da cidade foi erguida uma grande forca e Zeidun compreendeu que poucas horas lhe restavam de vida.

Muitas pessoas, com negras invectivas, censuraram o procedimento do indigno Monir, que fora tão desleal ao abandonar o amigo dedicado.

De repente, porém, a cidade foi abalada por uma notícia sensacional. Monir Salomão acabara de chegar.

Surgia com o Albornoze em frangalhos, coberto de terra; uma violenta tempestade de areia retardara por dois dias sua viagem e o obrigara a atravessar a pé uma grande parte do deserto.

Assombrou-se o rei ao saber que o condenado, fiel à palavra, havia regressado, com o maior sacrifício, para salvar o amigo. Ordenou o monarca que os dois árabes fossem conduzidos à sua presença. Queria, apenas, interrogá-los. Dirigiu-se, pois, ao fiel Zeidun e disse-lhe com mansidão e num tom de simpatia:

- Admiro-te, meu caro Zeidun. És realmente, de grande coragem. Ficaste no lugar de um companheiro condenado à morte. Esse amigo, levado pelo instinto de conservação, poderia fugir, desapparecer e tu, fiador da palavra empenhada, estarias irremediavelmente perdido. Dize-me: por que ficaste?

Respondeu Zeidun com voz serena e grave:

– Fiquei, ó emir, para provar que no coração do árabe ainda existe a Confiança!

Voltou-se o rei para o infeliz condenado e interpelou-o, bondoso:

– E tu, meu caro Monir? O teu proceder deixou-me deslumbrado! Estavas livre, inteiramente livre. Teus filhos e tua esposa prendem-te, decerto, à vida. Podias fugir para outro país, desaparecer e abandonar nas mãos do carrasco o amigo que temerariamente ficou em teu lugar. Dize-me: por que voltaste?

Monir Salomão, sem hesitar, respondeu placidamente:

– Aqui estou, ó rei do tempo! Para provar que no coração dos árabes ainda existe a Lealdade!

Ao ouvir tais palavras, o rei Chariar não se conteve. Ergueu-se de seu trono e, num tom solene e arrastado, disse:

– Diante do que acabo de ouvir declaro que Monir Salomão está perdoado e determino que seja concedido a seu dedicado amigo Zeidun um prêmio de mil dinares!

Os nobres, xeques e vizires que enchiam o grande “divã” real encheram-se de assombro ao ouvir aquela inesperada sentença do poderoso Chariar.

O primeiro vizir não se conteve. Dirigiu-se respeitoso ao monarca e, depois de inclinar-se numa breve mesura, assim falou:

– A nossa curiosidade, ó rei, não tem limites! A vossa derradeira sentença (confesso) surpreendeu-nos. Pedimos perdão pela nossa ousadia, mas gostaríamos de conhecer o motivo que vou levou a perdoar Monir e a recompensar Zeidun!

O bom monarca ficou-se mudo, como se o repentino da pergunta o tivesse atordoado. Depois de breve reflexão, assim falou:

– Esses homens procederam, no caso, com lealdade e nobreza.

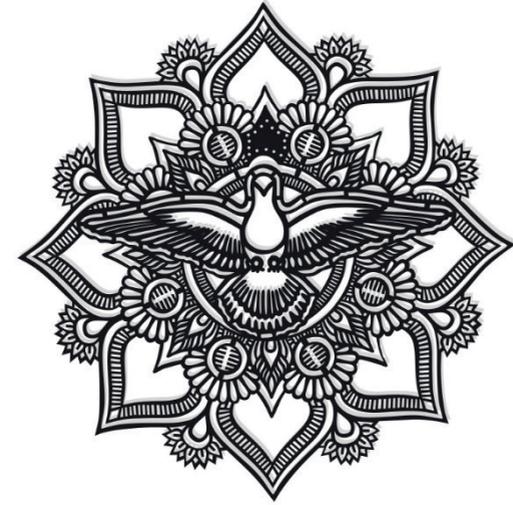
Absolvi, por isso, o primeiro e recompensei o segundo. O meu perdão tinha por fim provar que no coração dos árabes ainda existe a Bondade...

– E a recompensa?

– Com essa oportuna e merecida recompensa – concluiu o monarca – provei, apenas, que no coração dos árabes ainda existe a Generosidade e a Justiça.

Uassalam!

(Essa expressão, sempre dita pelos árabes ao final de um discurso, significa “fiquem em paz”)

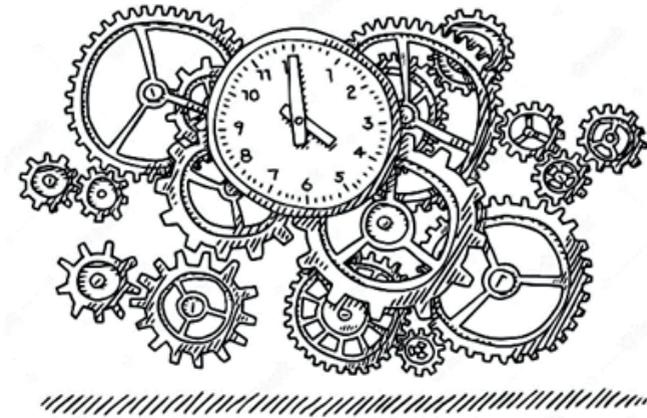


Salmo 18:02

O Senhor é a minha rocha, a minha fortaleza e o meu libertador; o meu Deus é o meu rochedo, em quem me refúgio.

Ele é o meu escudo e o poder que me salva, a minha torre alta.

Relógio do tempo.



Veza ou outra, nesta obra, vamos fazer um exercício de memória com os meus artigos escritos e publicados anteriormente; a ideia é retomar debate sobre temas recorrentes e fazer paralelos com a realidade atual – dentro do contexto das propostas compiladas em mais de dez anos.

Quarta-feira, 22 de agosto de 2018

Propostas para o Brasil da década de 2020.

Aos amigos leitores dessas minhas escassas e humildes linhas que tentam falar sobre economia e cidadania, sempre com o pensamento de provocar ou participar de uma possível mudança social em nosso amado país; solicito mais uma vez sua paciência e atenção para cinco artigos sequenciados que meu editor permitiu apresentar como singelas contribuições para o bom debate sobre o nosso futuro na próxima década que se avizinha. Dividi para melhor entendimento os artigos que serão publicados sem-pre aos sábados aqui na minha coluna no Gente de Opinião.

1.0 - Mudanças necessárias no Imposto de Renda;

2.0 - Extinção de benefícios no setor público e privado (novopacto social);

3.0 - Saída do Estado de assuntos de Mercado e de Terceiro Setor;

4.0 - Igualdade nacional de alíquotas no ICMS e no ISS;

5.0 - Retorno dos Planos de Desenvolvimento Nacional e Regional.

Sábado, 25 de agosto de 2018

Propostas para o Brasil da próxima década.

Prezados leitores, bem vindos a primeira leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual em distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

1.0 - Mudanças necessárias no Imposto de Renda.

Os institutos públicos e privados de análise econômica e social, onde trabalham vários cientistas sociais, têm alertado desde o ano de 2012 sobre a importância de o governo central (Brasília-

-DF) promover correção na atual tabela do imposto de renda (IR) como forma de desafogar a classe média e colocar maior poder de compra e consumo nos orçamentos das famílias.

Essas análises são importantes e apontam, desde o início desse exercício (2018), para uma necessária correção em torno de 30 por cento; isto feito as margens e os valores de salários são elevados e uma parcela da sociedade vai deixar de contribuir. Os técnicos do governo federal defendem a permanência desses valores apenas por terem conhecimento diário do déficit da União e guardar uma preocupação com a liquidez e a manutenção de benefícios.

Perfeito, mas o que ocorre é que continuando assim nenhum dos lados sai ganhando e a União segue deficitária e os políticos desavisados que chegam às posições de comando não tem infelizmente demonstrado a devida sensibilidade para prever o colapso iminente. Portanto, nessa proposta aqui desenho uma coisa simples de realizar e complexa ao mesmo tempo; porque impõe pensar diferente dentro de uma nova realidade.

Ocorre que o imposto de renda (IR) é atualmente uma

espécie de empréstimo do povo para o governo; isso na medida em que muitos de nós, no momento de sua declaração tem a possibilidade de, ao entrar na tabela e nas regras atuais, receber no ano subsequente um valor conhecido como devolução – o que é ilusão monetária para muitos.

Pensa comigo, é ilusão e também um benefício para alguns contribuintes em detrimento de outros; porque na essência, imposto não deveria ter devolução; posto que, pelo princípio básico constitucional, a prestação dos serviços é naturalmente a forma do governo devolver para a sociedade aquilo que arrecada.

Com esse pensamento digo que o IR pode ser destinado a todos os empregados públicos e privados com uma alíquota distribuída em tabela de apenas quatro níveis de salários, sendo que o primeiro nível seja e que não exista mais o instituto da devolução – imposto pago, governo devolve com serviços de qualidade.

Tabela de recolhimento mensal nível renda bruta percentual:

Até R\$ 3.000,00	ISENTO
De R\$ 3.001,00 a 5.000,00	7,5%
De R\$ 5.001,00 a 10.000,00	15%
Acima de R\$ 10.001,00	20%

A inovação que podemos oportunizar de maneira que o agente público fique tranquilizado quanto aos níveis de arrecadação é que o IR, a partir desta proposta, também seja dirigido a atividade parlamentar em todos os níveis com alíquota única de 20% e que também os empreendedores e os empresários de todos os setores da economia que recebam proventos mensais de suas atividades em valores acima de 11 salários mínimos nacionais também possam contribuir mensalmente com 10% desse valor; o governo federal, a partir da aprovação de legislação específica deverá criar as formas necessária de recolhimento do imposto e prover a efetiva fiscalização em todo o território nacional.

PROPOSTA AMPLIADA PARA ESTA DÉCADA

Uma proposta ampliada (simplificada, mas efetiva) na legislação do Imposto de Renda sobre salários para o setor público e privado no Brasil diz respeito a simplificação das alíquotas sobre apenas três faixas de rendimentos (salários) sem a tal da devolução, para que a arrecadação não reduza ou especialistas do governo federal não possam trabalhar em desfavor da proposta, o IR deve passar a não ter mais a “devolução de valores” no exercício posterior a declaração de ajuste.

Ora, vivemos o mundo digital, com informações relampago e certamente que a Receita Federal, as empresas e as unidades de governo que realizam mensalmente o pagamento da massa de salários aos servidores públicos e aos empregados do setor privado detêm informações em tempo real desse valores, seus trâmites, descontos e pagamento efetivo.

Portanto uma nova tabela, sem o instituto da devolução, deve ser melhorado o cruzamento mensal das informações de maneira que no exercício fiscal seja acompanhado de janeiro a dezembro sua evolução e havendo quaisquer distorções, unidades da Receita Federal procederão com suas normativas específicas para coibir a possível manipulação ou erros de informação.

Abaixo a proposta de uma nova tabela para o IR – PF (salários).

Até R\$ 5.000,00	ISENTO
De R\$ 5.001,00 a 8.000,00	8%
De R\$ 8.001,00 a 12.000,00	15%
Acima de R\$ 12.001,00	20%

Detalhe importante da proposta é que TODOS os detentores de cargos públicos e privados com salário mensal possam ser devedores e pagadores de fato dessas alíquotas, sem nenhum gozar de privilégios como é o caso de determinados servidores que não pagam Imposto de Renda PF por distinção. Nenhum servidor público civil ou militar pode deixar de pagar esses percentuais – nem requerer qualquer tipo de benefício, por princípio de igualdade e isonomia de

tributação e de obrigações.

Cabe a secretaria do tesouro nacional (STN) as devidas projeções quanto a sustentabilidade da presente proposta; inclusive no que diz respeito a inexistência do instituto da devolução de valores no ano calendario subsequente a declaração de ajuste.

Domingo, 2 de setembro de 2018

Propostas para um novo Brasil

Prezados leitores, bem vindos a segunda leitura de cinco artigos quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

2.0 - Extinção de benefícios no setor público e privado (novo pacto social):

Começamos o mês de setembro desse ano irrevogável de 2018, existem propostas de todas as cores, e mesmo sem cores pipocando em todo lugar; mas eu, como bom cristão e brasileiro, continuo aqui, rogando a sua leitura e paciência em desenvolver críticas e colaborações às minhas mais humildes proposituras.

Olha, o Brasil está mesmo precisando de um novo pacto social, não é brincadeira o que vem ocorrendo com os líderes institucionais desde o ano de 2013 e 2014; são muitas mudanças ocorridas em meio a tempestades ideológicas e divisão do antigo consenso

- sem falar que muitas regras estão sendo quebradas e ou mal justificadas ou até mesmo mal conduzidas. Anda um caos essa questão da institucionalidade brasileira, operadores da justiça, do poder executivo e do poder legislativo se estranhando e se depauperando em meio aos holofotes das mídias sociais.

Enquanto tudo isso acontece, o mundo e os brasileiros assistem perplexos planos de nada, projeto de nove vezes fora e programas de promoção do desenvolvimento parados no tempo e no espaço.

Mas vamos a proposta física e possível de buscar alternativas na redução do famigerado CUSTO BRASIL, onde há exatos 24 anos muito doutores discutem e nada fazem.

Quem puder observar o sistema tributário de países aqui mesmo do bloco ocidental - América, pode ver que o Brasil de longe é

o que mais cobra e arrecada de seu povo e muitas vezes é o que menos distribui dividendos sociais por meio dos serviços públicos e da qualidade desses serviços.

A renda nacional é astronômica e os salários e benefícios etoda a sorte de adicionais a esses salários do setor público também alcanças as estratosferas. Isso não tem sustentabilidade.

No setor privado os salários são achatados e na verdade o que ocorre é um patrocínio do Estado na relação desconfiada entre empresários e trabalhadores - adocicada nos últimos 14 anos por questões iminentemente ideológicas que na prática não trazem renda e nem prosperidade para as famílias.

O Novo Pacto Social que o Brasil precisa colocar em prática é suspender por 10 anos todos os benefícios e agregados salariais no nível do Estado (especialmente aos cargos públicos de todas as estruturas da União) e do lado dos salários privados nacionais retomar os pisos nacionais por setor. Um valor mínimo para os salários da indústria, outro para a construção civil, outro para o setor primário, outro mínimo para o setor comercial e de serviços; calculando esses pisos mínimos para e elevar a média da massa atual de salários em pelo menos 20%.

Para contrabalancear isso é preciso que os servidores públicos possam entrar com a sua parte, bem como os trabalhadores privados. Revogar por 10 anos o recolhimento de PIS, COFINS e FGTS e PASEP. Nenhum deles deverá ser

mais presente nas planilhas e custos e de formação de preços.

Dessa forma reduz-se o custo dos salários na formação dos preços e aumentando a renda do setor privado aumenta o consumo.

É uma proposta deveras forte, concordo, mas não se faz um bolo repartir com todas as famílias se não quebrar ovos, ligar o forno no tempo certo e na temperatura certa e sem bater a massa com profissionalismo e exatidão.

Trata-se de um novo Pacto Social.

Sábado, 8 de setembro de 2018

Propostas para um novo Brasil

Prezados leitores, bem vindos a esta terceira leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

3.0 - Saída do Estado de assuntos de Mercado e de Terceiro Setor: Os cientistas sociais, especialistas e estudiosos convenciam dividir a sociedade contemporânea em três setores bastante específicos, quais sejam: o Estado, como o primeiro setor, o Mercado, como o segundo setor e a sociedade civil organizada, como o terceiro setor; e nessa divisão está o papel e a razão de ser de cada um, ditando por via de regras, legislação e tradição cultural o desígnio de cada qual.

Ora, para que haja prosperidade e harmonia, dentro de um contrato social expressamente definido e também de relações contextuais, a cada setor dessa sociedade cabe valores, conceitos, preceitos e uma dinâmica que os une para o progresso e para o desenvolvimento social e econômico com a devida sustentabilidade, o que nos últimos anos não ocorre no Brasil.

O que temos visto desde os primeiros anos deste terceiro milênio por aqui é o Estado nacional presente em assuntos de Mercado e também em assuntos da sociedade civil organizada, sempre como o pai de tudo e a mãe de todos.

Os governos devem ter suas funções e nada de extrapolar, diminuindo as responsabilidades de empresas e de associações privadas, por exemplo em relação a processos de voluntariado, empreendedorismo e atividades complementares que não são (e estão previstas na Constituição Federal) de sua seara.

O Estado no Brasil é enorme e intrometido, quando não, extro-vertido a ponto de caminhar na linha do setor empresarial e na linha da filantropia e da caridade, tentando por assim dizer: estar em tudo e em todos os lugares.

Reduzir a presença do governo em projetos privados é importante para o crescimento dos sonhos individuais e coletivos (cooperativas) de progresso das famílias, por exemplo o Estado precisa desonerar o emprego formal e reduzir impostos e sair de setores econômicos desde ontem.

Por outro lado, o Estado precisa desenvolver com o poder legislativo um marco legal menos burocrático e mais aberto para as associações e fundações que desempenham atividades complementares e que podem gerar milhões de empregos na medida em que as organizações civis podem trabalhar com saúde, educação, transporte, cultura, lazer e filantropia, mas sem a incômoda tutela e vigilância de seus técnicos e burocratas que dificultam o avanço do serviço de qualidade na proteção de direitos e de políticas públicas.

É muito importante que esses três setores possam abraçar cada qual o seu perfil de atuação e que a soma de suas missões possa construir um cenário de melhor prosperidade e divisão de responsabilidades para a próxima década.

O próximo presidente da República terá essa possibilidade na medida em que pautar sua agenda em assuntos de Estado, deixando às empresas o que sabem fazer e às associações e fundações o apoio para o crescimento e o profissionalismo em bem servir.

Segunda-feira, 17 de setembro de 2018

Propostas para um novo Brasil

Prezados leitores, bem vindos a esta terceira leitura de cinco artigos os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

4.0 - Igualdade nacional de alíquotas no ICMS e no ISS

Há muitos anos que no país todo os burocratas de governo desta-cam o debate e o embate sobre uma reforma fiscal e algumas pistas sobre redução ou unificação de impostos é colocada nas mesas, mas na prática, ninguém consegue reduzir os gastos públicos; apenas empurrando com a barriga para os próximos gestores. E a coisa segue, agora, quase, insustentável.

A dívida pública em cinco ou seis anos ficará insolúvel se não houver as necessárias mudanças.

O cerne da questão é acabar com a guerra fiscal entre estados e regiões e unificar uma alíquota nacional para o ICMS que é arrecadado pelos governadores e também o ISS que é arrecadado pelos prefeitos.

Não é mais condizente que por razões pouco fáceis de se explicar tenhamos nas 27 unidades da federação várias alíquotas para o mesmo imposto (ICMS), uma alíquota nacional de 11% além de trazer o benefício da redução do custo Brasil, facilita o trabalho dos contadores, dos fiscais fazendários e de toda a gama de micro, pequenos, médios e grandes empresários.

A mesma ideia se aplica ao imposto municipal do ISS onde por causa de 1 ou de dois pontos percentuais, profissionais e empresas prestadoras de serviços promovem disputas entre as tabelas dos preços desse imposto.

É mesmo preciso simplificar as coisas.

E ajudar mais as prefeituras na sua arrecadação; um imposto ISS de 5% (cinco por cento) em todos os municípios certamente que promoverá melhor o caixa dos alcaides e aí teremos, na sequência da implantação desse projeto que ampliar mais apenas as fiscalizações nesse novo volume de recursos arrecadados.

Simple assim.

Nada mirabolante e nem recheia

Sábado, 22 de setembro de 2018

Retorno dos planos de desenvolvimento

Regional e nacional

Prezados leitores, bem vindos a este quinto e último artigo sobre as propostas para um novo Brasil, os quais guardam apenas uma pretensão técnica e pontual: distinguir algumas propostas, dentre tantas, de mudança na nossa legislação atual e no nosso meio de viver e produzir; essas propostas, sendo debatidas e possivelmente um dia colocadas em prática certamente que trarão reflexos na economia local, regional e nacional de nosso país, transformando um pouco essa realidade sombria que nos incomoda desde meados dessa década de 20.

5.0 – Retorno dos Planos de Desenvolvimento Regional e Nacional:

O Brasil parou desde 2014, em relação a tantas coisas, em especial a capacidade do poder executivo (União) em colocar os projetos e programas de desenvolvimento para rodar.

Na estrutura organizacional desse poder em Brasília-DF temos entre tantos ministérios o de planejamento e orçamento e ainda o ministério da integração nacional que tem por exemplo na sua estrutura uma secretaria nacional do desenvolvimento regional.

Os técnicos e os projetos não decolaram desde o exercício fiscal do ano de 2015 e em 2017; após as mudanças ocorridas no Palácio do Planalto, estes também ficaram sem muita, digamos, atividade.

Estamos em recessão política e administrativa. Estamos em disputa desde esse tempo.

Ignominia nacional, um país ficar mais de 40 meses se dedicando apenas ao debate incansável e insolúvel do resultado das urnas e das “pedaladas fiscais”, ocorridas ou não, entre um mandato e outro.

Resultado: paralisia e retrocesso.

Leia-se: desemprego, concentração de renda, desindus-

trializa- ção e, de novo... eleições. Caros leitores dessa coluna, é urgente que o Brasil retorne a lucidez técnica e produtora dos grandes projetos, posto que o país é de dimensões continentais e seus tesouros regionais merecem bons gestores, com visão continental.

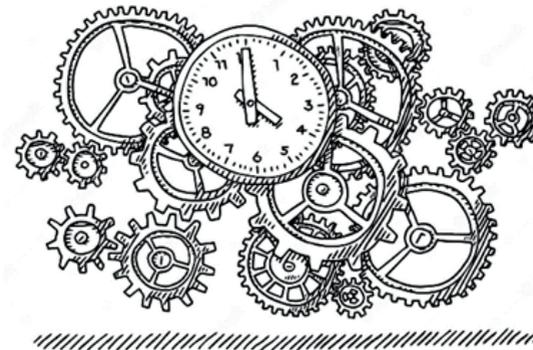
Um país tão grande e tão rico não deveria estar mergulhado há tantos meses nessa disputa colorida e com os programas de desenvolvimento estagnados. Enquanto se discutiu de janeiro de 2015 a dezembro de 2017 o sexo dos anjos virtuais anacrônicos, a economia reduziu e os estados sem o azeite divino da boa vontade e do trabalho concentrado em resultados, feneceu.

Retomar as políticas nacionais, os projetos de desenvolvimento e comércio das nossas vocações e pautar uma reforma tributária em um NOVO CONTRATO SOCIAL é urgente.

Estamos entrando na próxima década sem norte e isso é extremamente perigoso, a menos que alguém queira realmente dividir geograficamente o Brasil e deixar que iniciem aqui sete ou oito novas nações, teremos que retomar os planos nacionais e os programas de desenvolvimento regional – com urgência, chega de piadas de mal gosto, chega de “mimimimi”, chega de discutir coisas que não elevam – chega de manipulação de todos os lados, chega de infância patriótica e discursos de ódio e divisão. Vamos retornar ao pragmático, ao desenvolvimento social e econômico; vamos trabalhar e produzir, gerar emprego e renda para as famílias e realizar o sonho de todos: progresso e prosperidade com felicidade e segurança.

É disso que os mais de 214 milhões de brasileiros precisam.

Relógio do tempo.



Aqui no Brasil hoje dia 04 de outubro está no calendário eleitoral uma porção de poder... não pode; e no calendário religioso o destaque é para São Francisco, fidalgo italiano que no início do século 13 largou a riqueza e viveu com muita intensidade os conceitos defendidos por Jesus Cristo; o profeta da paz, Francisco de Assis deu seu testemunho de princípios com os animais, as crianças e os pobres - construindo para muito além de simples igrejas de pedras, o que fez com as próprias mãos, fez construção de um conceito novo para o homem novo do segundo milênio.

Que conceitos novos estamos nós, eu e você, construindo para este terceiro milênio? O que vamos deixar em breve para os nossos filhos e netos? Mas de volta a questão política e atual no nosso amado Brasil, faltam apenas três dias para que os eleitores que comparecerem no domingo possam definir um novo cenário para este país conturbado desde 2013/14...

Em tempos de tantas demonstrações digitais, nas redes sociais de nossa irritação, nossa incompreensão, nossas disputas, nossas mentiras, logros, malfeitos, meias-verdades e tantos pecados, é sempre muito bom lembrar a mensagem de São Francisco de Assis.

Ainda que soe estranho aos nossos ouvidos sujos e que pareça esquisito aos nossos olhos embaçados, vamos recordar ainda que apenas no dia de hoje - uma questão simples e tão concreta, tão forte e ainda necessária: “Se uma coisa, ou acontecimento ou sentimento, ou escolha lhe custar a sua paz e a de sua família, pare! Por favor, pense e repense, o preço pode ser caro demais.”

Por favor, prime pela paz e pelo caminho do meio, como fazem os orientais há milênios e como ensina o próprio Cristo e seus santos seguidores como Francisco de Assis.

Nada supera o dialogo e a democracia, a educação e a cultura calcados na conquista de direitos, mas no compromisso com os deveres - virtudes para as sociedades tecnológicas e sustentáveis desse terceiro milênio que na verdade, apenas começou.

Durante o ano de 2018 no Brasil houveram movimentos políticos, sociais, empresariais, democráticos e republicanos de toda a sorte que no ambiente político culminaram na escolha de um novo presidente para um mandato dito de direita, fechando um ciclo de pensamentos, projetos, atitudes e conceitos chamados de esquerda por muita gente; pode-se dizer com alguma certeza que foram 20 anos de construção de conceitos “revolucionários” sendo que a influência na legislação, no comportamento, pensamento e formação de uma geração teve um ponto de inflexão com a saída da senhor Dilma Rousseff, o período da gestão do doutor Michel Temer e agora com o capitão Bolsonaro, vimos uma busca de grande parte da sociedade brasileira de conceitos e verdades caras como as questões de religiosidade, gênero, propriedade privada e de estilos e fundamentos morais.

Conceitos e práticas sociais, talvez deixados de lado, por uma crença generalizada de que o “novo” homem e a “nova” mulher do terceiro milênio devem ser incontestáveis em seu universo pessoal, suas escolhas, seu “empoderamento”, suas liberdades.

O que na verdade se mostra um grave prejuízo de compreensão e aplicação na prática cotidiana de conceitos que permanecem imutáveis, apesar de tantas filosofias e do esforço

descomunal de minorias que esgarçam pelos canais das mídias sociais suas frustrações, medos e impotência diante da realidade inexorável que a vida biológica e humana impões desde milênios.

Possivelmente o que se tem visto desde os primeiros anos desse “novo milênio” são quebras rotineiras de valores de convivência social pacífica, relacionamentos harmoniosos de poder, cultura e produção e consumo. Lastreados pela nova realidade das atuais facilidades de mobilidade, comércio internacional, usufruto da visão de um mundo complexo, onde a TV, a imagem, o estilo de vida de milhões de pessoas são expostos aos conceitos individuais e com isso aos julgamentos de também milhões de outros.

O ser humano acelerou demais suas invenções tecnológicas e o aprendizado cultural que remete a manutenção de conceitos valiosos de convivência harmoniosa, respeito real às variedades, sem no entanto, a notável imposição por forças ideológicas e pela lei, simplesmente pelos decretos legais, tem aparentemente destruído milhões de vidas em todos os continentes da nossa atual civilização.

Há quem diga que os fenômenos sociais e econômicos atuais são naturalmente explicados por força de teorias ou pelo simples remetimento de visões e de interpretações de teorias do século passado, como se os estudiosos europeus fossem realmente os únicos providos há cem ou duzentos anos da capacidade de apontar caminhos e saídas. Seria um iluminismo às avessas, dentro de um novo lapso de tempo.

Na verdade, a parte ocidental do planeta entrou em parafuso no período compreendido dos últimos 10 anos do último milênio e nos primeiros dez anos desse.

Os inequívocos erros implantados de forma irresponsáveis por vários “ilustres interpretes” e “nocivos” desses profetas teóricos, na medida certa das conveniências políticas e religiosas, ou seja, por “feras” na arte da manipulação; eivando a arte da política com suas defesas de ilusões temporárias de prazer e felicidades, em detrimento do coletivo, fizeram ou fazem sua força estartégica para a manutenção da ideia

de “revolução”, mudança e pela força das ideias e da divinição do “caos”, sua marca registrada.

Cabe uma explicação para os que vão declarar que não compreendem.

O desejo das mudanças sociais indicadas pelos revolucionários franceses desde sempre, ecoam em espíritos vadios da Europa e da América, muitas vezes por puro romantismo, as vezes por pura irresponsabilidade mesmo; funciona como aquele conto infantil com uma mensagem de moral que retrata com a ajuda das formigas e sua obstinação pelo trabalho e pela ordem social de seu coletivo, em contraposição aos gafanhotos, a conhecida cigarra, na verdade. Uma lição de moral com figurativo infantil retrata com simplicidade (e a sabedoria sempre será simples) que há muitos trabalhando e se preparando para o justo repouso nos tempos em que a mãe natureza colocar a todos sob seus caprichos do inverno rigoroso, e onde poucos indolentes e desprovidos do interesse pelo labor e pela disciplina, optam pelo lado fácil da vida.

Ora, o que vemos é uma tentativa ilusória de forçar a tal da igualdade social para que todos deixem de trabalhar para “curtir” a vida. O que para os seres humanos do lado oriental do planeta ainda é como sendo um conceito imutável, tradicional e facilmente verificável no histórico de comunidades humanas no mínimo há 10 mil anos.

São portanto valores de manutenção das relações humanas no convívio social que no lado oriental ainda persistem como valores imutáveis, mas que, pelo visto e pelos resultados visíveis dessas sociedades, na Europa e na América, por exemplo, são inevitavelmente alcançadas pelo contingente de pessoas fora do mercado de trabalho, sem qualificação profissional, sem moradia, sem renda, sem saúde, sem saneamento, sem qualidade de vida, sem educação, sem a sua participação nos resultados do bolo da produção da economia local e de suas nações.

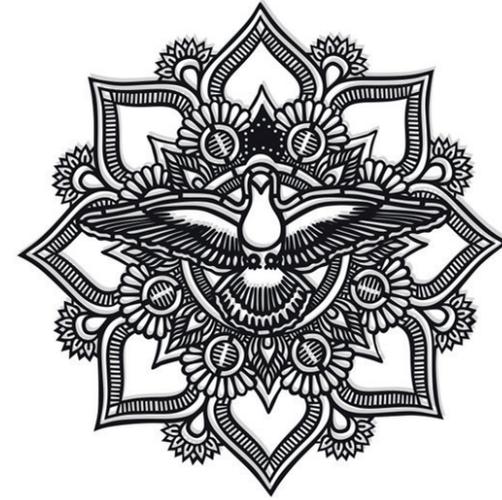
Parece que a inversão de valores tradicionais, morais, éticos em que se baseavam as sociedades europeias de dois séculos atrás, solaparam ou são risíveis seus resultados, sendo bastante olhar os índices de IDH, números de homicídios, suicídios, depressão, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras molestias acarretadas por situações de estresse da

“vida urbana”, da “vida moderna”, da “vida tecnológica” e da exposição inadequada das crianças e adolescentes dessas últimas duas gerações a todas as mazelas de programação de TV que corroem o espírito humano da colaboração, do trabalho, do respeito aos pais, aos avós, do respeito a si próprio e da incerteza semeada pelos “profetas das liberdades extremas” vestidos em seus discursos de defensores da democracia e da livre expressão.

Resumo: as escrituras sagradas revelam nossa realidade de que estamos impregnados de conceitos distorcidos pela ação de lobos vingativos travestidos em pele de cordeiros.

É muito necessário uma maior reflexão no seio das famílias, das escolas, das associações, igrejas de todas as denominações, de empresas, de instituições no Brasil. Um acorde geral. Um solavanco geral para a realidade das manipulações insistentes. Um novo modo de vida para o Brasil precisa ser construído. Com a revisão de conceitos e valores que possam dar aos nossos filhos e netos melhores dias. Um retorno ao simples da vida. A meditação, ao convívio familiar, às sessões de sábado de domingo em família, preservar e cultivar cooperação, voluntariado, paz, o não apego material e as verdadeiras expressões artísticas e culturais com a opção pelo alegre, pelo colorido e pelo belo, o harmonioso.

É preciso fugir das facilidades, das liberdades enganosas, do sedentarismo mental, da competição de guerrilhas ideológicas e de narrativas toscas, pois a verdade é que o trabalho, a educação, a formação sólida em assuntos de boa conduta e assertividade sempre produziram lideranças e heróis para a história da humanidade; o contrário disso é dor, ilusão e desigualdades.



Salmos 49: 06 - 07

“aqueles que confiam em seus bens e se gabam de suas muitas riquezas; saibam que homem algum pode redimir seu irmão ou pagar a Deus o preço de sua vida”

Quarta-feira, 16 de janeiro de 2019

Consórcio Amazônia Sustentável do Brasil, vai decolar?

Janeiro já está caminhando para o final e até ontem nenhum dos governadores dos 09 (nove) estados que formam o Consórcio Amazônia Sustentável do Brasil deu depoimento sobre quais os projetos, quais são as equipes de trabalho e nem qual daqueles será o presidente da agremiação pública este ano.

Parece mesmo estranho. Pois o resultado da formação dessa associação pública é fruto de 11 (onze) anos de intenso trabalho pelo Fórum de Governadores da Amazônia o qual conseguiu emplacar por meio do Plano Amazônia Sustentável (PAS) no ano de 2017 um protocolo de intenções que após ser exaustivamente analisado e devidamente aprovado por todas as assembleias legislativas dessa continental região, foram oficializadas como uma entidade representativa dos anseios de desenvolvimento do povo amazônida.

Os governadores do consórcio se revezam no comando em mandatos de 01 (um) ano cada gestão.

O outro consórcio também criado nestes moldes foi o Brasil Central que anda a todo o vapor.

A região em questão é lugar sagrado para ambientalistas de todas as matizes e também é o lar de mais de 30 milhões de brasileiros que por meio de uma economia das águas e das florestas, promove uma ideia geral de desenvolvimento com sustentabilidade que não existe em outras bandas desse planeta.

Por essas e inúmeras outras razões é que estranha o fato de que a última reunião desse importante consórcio tenha ocorrido no final do mês de maio em Palmas no estado do Tocantins e nesses 10 (dez) meses, apesar de sabermos que houve copa do mundo e eleições, mas não cremos que justifica a placidez e o marasmo.

O Brasil urge.

Começamos novos tempos.

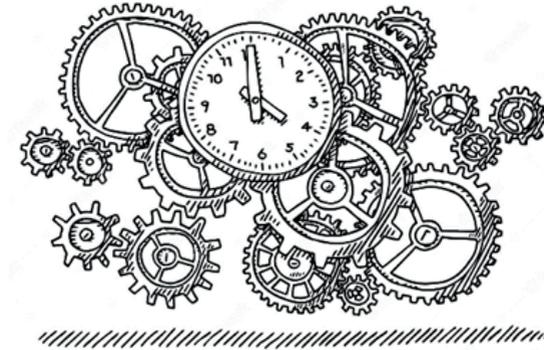
Avante Consórcio da Amazônia, pela ordem e pelo progresso do povo.

Não podemos esquecer que esse ano teremos a elaboração e a devida aprovação do Planejamento Plurianual (PPA) em todos os estados e que uma ampla revisão do referido programa PAS já está em andamento pela equipe econômica do novo ministro Paulo Guedes.

O trabalho já iniciado em meados de 2016 será bastante útil para um novo desenvolvimento nestas paragens tropicais.

Graça e Paz.

Relógio do tempo.



Esse artigo acima em destaque eu escrevi em 2019 e quero fazer memória aqui nessa obra de que o Consórcio Interestadual dos nove que compoem a chamada Amazônia Brasileira, caminha serenamente, sem alarde e sem resultados práticos para o desenvolvimento dessa região desafiadora.

O consórcio ainda está funcionando como um clube de governadores que não aplicaram ainda os conceitos de desenvolvimento regional em seus projetos, pois a visão ainda é isolada e oportunista para o estado da vez que preside a associação pública dos gestores desses estados.

Um debate técnico sobre três ou quatro projetos para o sul dessa região onde por exemplo os estados do MT, RO, AC e AM com RR poderiam problematizar questões como a BR 364 e sua duplicação, ou o asfaltamento das BR 319 e a construção de cidades no seu alinhamento, dando oportunidades de vida melhor para desbaravadores que desejem sair de grandes centros urbanos do Sul ou Sudeste ou do nordeste ou do centro oeste para um estilo

de vida rural sustentável, ainda não ocupa as mesas de reuniões dessa agremiação.

Portanto reconhecer o Consórcio como um clube com duas reuniões anuais para as fotos oficiais não é por assim dizer uma falta de elegância.

Os nove governadores e sua assessoria carecem de um maior envolvimento com as questões regionais, a formulação de estudos técnicos e de cenários para a linha temporal de 10 ou 20 anos considerando as variáveis climáticas, as questões de fronteira, a produção agropecuária, a biodiversidade existente e as águas, a fauna e a flora da amazônia como vetor de desenvolvimento, geração de conhecimento científico e de seus ativos florestais para as famílias nacionais que ali vivem e trabalham.

É fato que desde a ECO 1992 ocorrida na cidade do Rio de Janeiro até o recente ano de 2022 muitas transformações ocorreram no mundo e no Brasil, sendo que a Amazônia ainda se impõe com desafios culturais, econômicos, sociais e ambientais que apenas por meio de planejamento regional e conceitos práticos de bioeconomia, produção agroflorestal sustentável e segurança jurídica para projetos de exploração e produção sustentável pode trazer rendas às famílias de seus locais, como por exemplo os serviços ambientais do crédito de carbono que urge sua flexibilização, regulamentação simplificada para que os contratos de CO2 possam ocorrer para pequenas, médias e grandes matriculas rurais.

NOVA PROPOSTA PARA ESSE TEMA DO DESENVOLVIMENTO INTERESTADUAL.

Com base no estudo do desempenho do VBP – Valor Bruto da Produção Agropecuárias dos estados do Mato Grosso, Rondônia, Acre e tendo em vista essa expansão na região de fronteira geográfica que comporta municípios do sul do estado do Amazonas, e, ainda as questões de transporte, logística, investimentos públicos e privados na BR 364, nas pontes de ligação dessas regiões por sobre o rio Madeira por exemplo (Humaita – AM) e (Abunã – Porto Velho), podemos compreender que o ano em curso (2023) é o momento focal para que os Planos Plurianuais (PPA) desses governos possam guardar alinhamento para projetos e programas de desenvolvimento regional.

A região de fronteira que desejo especificar é a que motivou por exemplo os diversos estudos realizados pela EMBRAPA, SUFRAMA e SUDAM entre 2018 e 2021 relacionados com o projeto ZDS – Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã Madeira que prevê alocação de recursos federais para os estados do AM, AC e RO e 34 municípios contemplados naqueles estudos para o desenvolvimento de eixos temáticos relacionados com as vocações locais para a produção agropecuárias sustentável, a preservação de áreas permanentes e a proteção de áreas de reservas como ponto motor de um modelo apropriado de desenvolvimento com práticas de bioeconomia e dentro do arcabouço legal e institucional de preservação e produção que envolve além do Ministério de Integração Nacional, os Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e Pecuária e o consórcio interestadual de desenvolvimento da Amazônia brasileira, a SUFRAMA, a EMBRAPA, a SUDAM, e os governos do MT, RO, AC e AM como suporte técnico e político para as diversas ações de empresas que já operam o complexo de produção e

distribuição de ativos agropecuários e agroflorstais do eixo da BR 364, inclusive com a utilização racional dos portos fluviais em Porto Velho (RO), Manaus (AM), Itacoatiara (AM), Santarém (PA) e Belem (PA) para as exportações desses ativos, em especial a proteína animal e os grãos para o resto do mundo.

Abaixo colocamos um resumo-referência sobre esse VBP dos estados relacionados e também o PIB de cada um dessas unidades da federação.

O VBP é o Valor Bruto da Produção Agropecuária, esse dado referência das receitas brutas previstas para o setor primário no Brasil é calculado a partir das informações de safras de fevereiro, divulgadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). E tem como base os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como o VBP é calculado?

O Valor da Produção Agropecuária é estimado com base na produção da pecuária e da safra agrícola por meio dos preços recebidos pelos produtores, cooperativas, empresas e órgãos federais mensalmente. A partir daí, é feita a proporção estatística comparativa com o mês anterior.

Estado do Mato Grosso – BR 364

No caso específico do estado do Mato Grosso (BR 364), o valor estimado para 2023 é de R\$ 204,4 bilhões, número que representa 16,4% da receita nacional, estimada em R\$ 1,249 trilhão.

A produção agrícola de Mato Grosso na safra 2021/2022 foi de 87,3 milhões de toneladas de grãos e uso de 20,1 milhões de hectares. Os destaques são a produção de soja, que gerou R\$ 104,53 bilhões, R\$ 44,39 bilhões do mi-

lho, e R\$ 24,89 bilhões na pecuária em valor bruto da produção em 2022.

Abaixo apresento os atuais trajetos de saída da produção do Mato Grosso para o Brasil e o resto do mundo.



A par desse mapa acima referido, quero chamar sua atenção para o fato de que os municípios da região de fronteira do estado do MT com RO, realizam desde 1998 esforços conjuntos que podemos sim classificar como parcerias PPP para o desenvolvimento agropecuário com resultados extremamente positivos, onde os excedentes de grãos como a soja e o milho e a criação de gado bovino de corte e de leite traduz por si mesmo a riqueza e a prosperidade econômica para milhares de famílias que vivem da economia primária naquela região.

Esse chamado ciclo de produção planejada na última

década do último milênio envolveu os governos do Mato Grosso e Rondônia, várias empresas locais, investidores nacionais e internacionais e as prefeituras daquela região de fronteira; é dessa época que podemos inclusive registrar o fato da criação da Agência IDARON (Agência de defesa AGROPECUÁRIA, de sanidade animal e vegetal) por parte do governo do estado de Rondônia e por parte do empresariado local, do FEFA – Fundo Estadual de combate a Febre Aftosa, quando no PPA daquela época foram destinadas ações de promoção do fomento e do desenvolvimento do setor rural com base nas duas colunas econômicas estudadas: a produção animal – cadeia do gado de corte e do leite, e, da produção, transporte e logística da soja.

Nos dois PPA desses dois governos foram necessários alocação e destinação de recursos para o preparo da região para os projetos privados e de cooperação que ao longo do tempo resultaram no atual fluxo desses e outros ativos agropecuários que dão a sustentação dos índices do VBP e do PIB desses estados.

Uma clara demonstração de que o planejamento público e o planejamento privado, alinhados e aliados funcionam como fatores propulsores para um programa de desenvolvimento regional que vencendo a lógica da competição, transformam fraquezas em forças e ameaças em oportunidades de crescimento e de desenvolvimento com a geração de renda, trabalho e arrecadação.

Estado de Rondônia – BR 364

No caso da análise dos dados para o estado de Rondônia, registramos que as atividades primárias da pecuária e da agricultura dividiram praticamente 50/50 o Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 21,5 bilhões em 2022. As plantações especialmente de soja, café e milho tiveram um faturamento de R\$ 10,6 bilhões, enquanto

a pecuária, especialmente a bovinocultura de corte, rendeu R\$ 10,8 bilhões. Os números estão na estimativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), divulgados em meados de novembro de 2022.

A pecuária de corte de Rondônia faturou R\$ 9,73 bilhões, resultado abaixo do registrado em 2021, quando o VBP atingiu R\$ 10,68 bilhões. A soja foi a segunda que mais contribuiu com o VBP do estado, faturando R\$ 4,69 bilhões no ano passado, contra R\$ 3,46 bilhões no ano anterior.

O faturamento do café também aumentou, de R\$ 1,84 bilhão em 2021 para R\$ 2,55 bilhões no ano passado. O resultado é bem próximo ao milho, que teve um VBP de R\$ 2,53 bilhões, contra R\$ 1,97 bilhão em 2021.

Quinta atividade em importância para a formação do VBP, a produção de leite teve estabilidade em seu faturamento, de R\$ 1,06 bilhão em 2022 contra R\$ 1,05 bilhão no ano anterior.

Estado do Acre – BR 364

O Ministério da Agricultura estima que o Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola do Acre somará R\$ 2,6 bilhões em 2022. A maior quantia (em torno de 60%) vem da pecuária bovina, que gera R\$ 1,5 bilhão para os acreanos. O rebanho do Estado tem 2,3 milhões de cabeças, de acordo com o levantamento da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes feito em 2021.

Na segunda posição do VBP agrícola do Acre aparece o plantio de mandioca, com quase R\$ 500 milhões. O último censo da agropecuária, realizado em 2017 pelo IBGE, listou o Acre como o 10º maior produtor desse item no Brasil.

Além disso, a riqueza gerada pelos produtores locais inclui outros 12 itens. Em ordem decrescente: milho, banana, soja, café, suínos, leite, feijão, ovos, laranja, arroz, cana-de-açúcar e amendoim.

A Conab monitora, por exemplo, a produção do milho. Em 2022, o órgão estima que essa colheita no Estado deve superar 100 mil toneladas. A soma das safras de todas as culturas de grãos acompanhadas pela estatal é projetada em praticamente 140 mil toneladas.

Estado do Amazonas – BR 364, BR 319, Rio Madeira (Fluvial)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas deve aumentar 10,2%. Em 2021, essa produção foi de mais de 28 mil toneladas, e a previsão para este ano é de que ela chegue a 31 mil toneladas. A estimativa foi feita em janeiro de 2022 e faz parte do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), mensalmente divulgado pelo órgão.

A estimativa traz perspectivas mais otimistas para este ano, em relação a 2021, que teve déficit produtivo de 31% em razão de dificuldades ocasionadas pela pandemia. Confiante, o titular da Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), Petrucio Magalhães Júnior, explica que entre os fatores para o possível crescimento estão as políticas de Governo como o programa Agro Amazonas e uma retomada de crescimento da produção no sul do estado.

O VBP do Amazonas registrou em 2022 o valor estimado de R\$ 2,836 bilhões de reais, tendo como destaque o ativo da produção e comercialização da mandioca com R\$ 850 milhões de reais, o gado bovino R\$ 707 milhões de reais e a produção de ovos na ordem de R\$ 346 milhões de reais.

Registramos ainda a produção da banana R\$ 613 milhões e o café com produção e vendas na ordem de R\$ 78 milhões.

Quando procedemos uma análise ampla do mapa administrativo das cidades que se localizam ao longo do eixo da BR 364, também da BR 319 até Humaitá (AM), as obras de construção e inauguração das pontes de acesso sobre o rio Madeira nessa região de fronteira entre o sul do Amazonas, o estado do Acre e Rondônia no chamado cone-norte e pensamos sobre o fluxo da produção e o escoamento dos diversos produtos do chamado cone-sul de Rondônia que faz a fronteira com o estado do Mato Grosso, podemos vislumbrar de imediato a importância dos números acima apontados.

Como exercício de prospecção e mesmo de provocação a respeito da nossa PROPOSTA de alinhamento do PPA desses estados: AM, AC, RO e MT, solicito sua atenção para os dados abaixo:

Valores em 1.000 R\$*

LAVOURAS	2018	2019	2020	2021	2022**
Algodão	23.271.253	26.764	28.903	29.772	42.976
Amendoim	2.110.482	2.455.174	3.388.529	3.102.578	3.160.328
Arroz	16.626.844	15.705.747	21.658.681	21.681.948	16.930.059
Banana	17.069.645	19.660.722	15.210.820	13.553.167	15.293.236
Batata - inglesa	6.826.008	12.773.212	10.254.367	9.459.645	11.590.415
Cacau	3.382.551	3.552.565	4.462.025	4.567.762	3.449.066
Café	41.950.440	31.139.554	44.516.161	45.937.608	62.578.272
Cana-de-açúcar	102.617.373	92.708.680	89.832.350	94.322.932	120.339.558
Feijão	9.710.406	15.221.839	16.855.381.038	14.338.220	15.974.034
Laranja	20.958.799	20.967.486	19.019.850	18.605.184	17.902.111
Mamona	81.120.697	104.668	127.933	98.539	139.867
Mandioca	16.447.675	13.494.593	13.432.139	12.658.809	13.476.743
Milho	79.302.457	100.052.286	126.271.886	135.825.429	159.883.448
Soja	239.596.128	216.582.034	309.384.995	394.698.267	351.496.432
Tomate	15.782.443	16.289.353	14.148.996	12.478.475	17.102.727
Trigo	7.386.464	7.061.959	10.257.441	13.472.445	16.884.880
Uva	8.786.377	8.572.387	7.476.701	7.324.418	6.325.891
TOTAL LAVOURAS	611.906.471	603.106.852	735.201.396	831.898.135	875.503.077
Bovinos	129.603.893	138.777.283	159.186.141	162.327.902	153.796.380
Suínos	23.509.594	27.943.752	35.125.119	34.499.419	30.452.560
Frango	89.450.163	102.992.637	100.764.665	118.538.776	107.500.243
Leite	54.117.610	53.616.087	55.124.804	55.185.606	54.180.774
Ovos	18.545.342	18.781.776	20.626.130	19.328.809	19.780.001
TOTAL PECUÁRIA	315.226.604	342.111.537	370.826.860	389.880.513	365.709.960
VBP TOTAL	927.133.076	945.218.390	1.106.028.257	1.221.778.649	1.241.213.038

Elaboração: CGPLAC/DAEP/SPA/MAPA. – IBGE

Fonte Preços: Cepea/Esalq/USP, CONAB e FGV/FGV Dados; Preços Recebidos pelos Produtores média anual para os anos fechados, para 2022 preços médios de janeiro a junho.

Governadores dos estados do AM, RO, AC e MT fazem parte do consorcio interestadual da Amazonia Brasileira desde o final do ano de 2017 quando nas assembleias legislativas de nove estado circulou um modelo padrão de projeto de criação da associação pública entre as unidades da federação que compõem a amazônia no Brasil, sendo que em sua estrutura administrativ, os chefes do poder executivo se revezam a cada dois (02) anos na condição de presidente do consorcio que tem equipe tecnica multidisciplinar, estudos balizados, sede em Brasilia DF e nove bancadas federais para a discussão pertinente de projetos locais, regionais, microrregionais e de toda a região ou parte dela, gozando inclusive de alocação de recursos públicos para o custeio dessas ações em conjunto.

Esse ambiente certamente cria oportunidades de apresentação de propostas alinhadas com a visão do desenvolvimento local, da visão municipalista que ocorre com frequencia para o fortalecimento das vocações das cidades.

O momento é oportuno e as condições institucionais são adequadas a que os governadores e presidentes das Assembleias Estaduais do MT, RO, AC e AM possam deflagrar o debate e a preparação de um projeto de desenvolvimento para essa fronteira, inclusive aproveitando o desenho realizado nos ultimos 40 meses para o PROJETO ZDS – Desenvolvimento Sustentável Abuna-Madeira que contempla diversas ações para 32 municipios beneficia-

dos.

Nessa obra despretenciosa, aproveito para dar o registro técnico desse esforço de tantos estudiosos, empresários, políticos e lideranças de vários projetos para o benefício do contingente estimado em quase 2 milhões de brasileiros, bastante verificar os números do censo em relação aos municípios abaixo relacionados:

Contextualizando o projeto da ZDS Abunã-Madeira.

Originalmente, o projeto da ZDS Abunã-Madeira foi chamado de “Amacro” pelos seus primeiros idealizadores. Esse esforço inicial levou à cooperação técnica entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), com o apoio de outras instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e secretarias dos três estados envolvidos – Amazonas, Acre e Rondônia.

A ZDS Abunã-Madeira engloba 32 municípios localizados no sul do Amazonas, leste do Acre e noroeste de Rondônia, cuja área total é de 454.220 quilômetros quadrados (km²) e com população estimada para 2020 de, aproximadamente, 1,8 milhão de habitantes.

O projeto propõe estabelecer um cinturão de proteção da floresta, com a oferta de alternativas para os desafios socioeconômicos da população. A ideia é potencializar as vocações produtivas e econômicas locais, bem como os recursos humanos.

A sustentabilidade ambiental é o “guarda-chuva” de todas as ações na ZDS, sob o qual estarão dois eixos fundamentais e estratégicos de atuação: O Desenvolvimento Produtivo (Bioeconomia, Turismo, Agronegócio, Indústria) e Infraestrutura Econômica e Urbana (Logística e Transporte, Energia, Telecomunicações). Além disso, a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), a Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC), e ações de capacitação, serão ferramentas que perpassam todas as ações, servindo de base para os dois eixos de atuação.

A ideia de área pensada como “Zona de Desenvolvimento Sustentável” adveio da percepção de que a proteção da natureza e o desenvolvimento socioeconômico não são antagônicos nem excludentes, ao contrário: caminhem juntos. Nessa linha, a sustentabilidade ambiental é o grande “guarda-chuva” de todas as ações na ZDS Abunã-Madeira - e sob o qual estão dois eixos fundamentais e estratégicos de atuação: Desenvolvimento Produtivo (Agronegócio, Indústria, Bioeconomia, Turismo) e Infraestrutura Econômica e Urbana (Logística e Transporte, Energia, Telecomunicações). As ferramentas que perpassam todas as ações e servem de base para os dois eixos, são a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a Capacitação.

A ZDS pretende ser um Projeto-Piloto a ser adaptado em outras regiões emblemáticas da Amazônia (como Alto Solimões, Transamazônica) por isso, sua proposta elenca escolhas sobre desafios locais, que a partir de diretrizes e prioridades estratégicas resultaram na eleição dos programas e ações a serem executados. Em outras palavras, na construção do Projeto foram identificados variados problemas que poderiam ser atacados, contudo, as escolhas se voltaram à mitigação das externalidades incidentes sobre o meio ambiente e sobre os baixos Índices de Desenvolvimento Humano da região, resultantes de dinâmica econômica tradicional que gera pressão sobre os recursos naturais e distorção nos níveis de desenvolvimento entre os municípios. Dessa forma, considerando-se as propostas iniciais que conceberam a ZDS e, posteriormente, aquelas agregadas a partir do novo olhar para a região, estabeleceu-se que este Documento Referencial abordará objetivos, diretrizes e ações relacionadas a dois macro eixos.

São eles: Desenvolvimento Produtivo que engloba (agronegócio, indústria, bioeconomia e turismo), e de Infraestrutura Econômica e Urbana (com logística e transporte, energia e telecomunicações), tendo a Pesquisa e Desenvolvimento-P&D, Tecnologia, Inovação e Ciência-TIC e a Capacitação como ferramentas-base necessárias aos demais; e a Sustentabilidade Ambiental como grande guarda-chuva de todas as ações.

Assim, a começar pela apresentação seguida por esta parte introdutória, o Documento Referencial ZDS está constituído pela fundamentação teórica, evidenciando como as teorias que abordam a temática regional podem auxiliar nas respostas aos problemas. Em seguida, consta a descrição da metodologia adotada e os processos que conceberam o projeto da Zona de Desenvolvimento Sustentável. Em seguida, inicia-se a caracterização e o diagnóstico da região da ZDS, na qual são apresentados os principais entraves enfrentados, bem como as oportunidades existentes. A partir de então, o documento segue com as propostas de intervenção 16 com escolhas estratégicas onde estão os objetivos, diretrizes, programas e objetivos estratégicos.

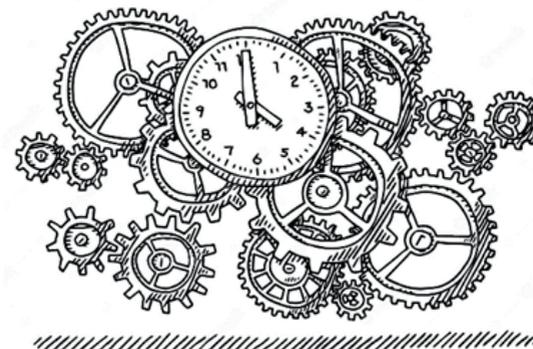
Por fim, constam ainda o modelo de gestão e governança, o monitoramento e avaliação, além dos anexos compostos pelo Plano de Ação, Matriz de Risco, Matriz SWOT e o quadro resumo com as indicações das principais ações para a Zona de Desenvolvimento. Importante ressaltar que para a construção deste documento foram criados canais de participação junto aos atores locais, por meio de videoconferências, envio de ofícios, e-mails e pesquisa direcionada, com aplicação de questionários sobre os principais temas a serem tratados. Com isso o Documento Referencial espelha entendimentos e olhares de pessoas e instituições presentes na região, legitimando a construção do Projeto da ZDS.

Importa ressaltar que a segurança jurídica é condição inarredável para atrair empresas e investimentos para a região. Assim, a regularização fundiária e a políticas efetivas sobre o uso da terra e ordenamento territorial são também indispensáveis.

A respeito da governança, a ZDS Abunã-Madeira, enquanto Zona de Desenvolvimento Sustentável, encontra guarida no Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), com Coordenação-Executiva da Sudam em parceria com a Suframa.

Cabe salientar e deixar aqui o registro de que na sua concepção final no primeiro semestre de 2022, após vários momentos de debate e alinhamento institucional, o PROJETO ZDS ficou adstrito às competências dos principais atores envolvidos no projeto conforme segue: Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) - tutor institucional e articulador (PR, VPR e ministérios MDR, MINFRA, MMA, MAPA, MCTI, MREL, MTUR, MCOM, MME, ME, MMFDH e investidores); Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) - Coordenação Institucional (Tratativas para o decreto que cria a Zona de Desenvolvimento, direcionamento dos programas e ações orçamentárias no OGU aderentes à ZDS Abunã-Madeira); Sudam e Suframa - Coordenação Executiva (Planejamento Estratégico), Plano de ação, mapeamento dos projetos, escritório de projetos, articulação com demais atores (estados, entidades, federações, imprensa), Comunicação Estratégica e monitoramento; Banco da Amazônia - Parceiro (marketing institucional, patrocinador).

Relógio do Tempo

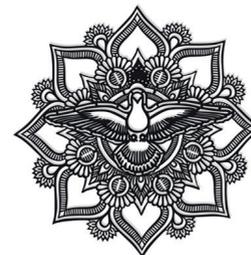


Os estados do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, por meio dos seus governadores, secretários de planejamento e secretários de produção e desenvolvimento da indústria, podem realizar esse ano de 2023 um trabalho conjunto de prospecção regional, considerando os índices de resultados da economia rural desses e os desdobramentos em relação ao comércio, indústria, serviços e outras ações que resultam no fortalecimento dos negócios e lógico na arrecadação, para um alinhamento de propósitos que mantenham e elevem de maneira progressiva esses resultados, garantindo recursos para o investimento em ampliação das garantias da qualidade dos produtos agropecuários, da fiscalização da aplicação desses recursos públicos em obras e serviços relacionados e que o PPA desses estados possa traduzir em investimentos em ações de divulgação desses produtos e de seus resultados para o mercado interno, o mercado andino e o mercado mundial.

Um exemplo disso é que hajam apoio e fomento a pequenas empresas agroindustriais no MT, RO, AC e AM que possam elevar o aproveitamento local dos diversos produtos

agropecuários e agroflorestais para o efetivo agregado de preços, com políticas de SIB e SIF por exemplo, onde as assembleias legislativas podem trabalhar em conjunto o debate de desoneração, dentro das normas federais, mas com aceleração de procedimentos para que essas agroindústrias e seus produtos possam ser comercializados no Brasil e no mundo com maior celeridade do que o de costume, onde a burocracia emperra o avanço dessas plantas industriais.

O alinhamento de propósitos no PPA desses estados para o período de 2024 a 2027 poderá ser a base de um projeto regional onde o governo federal poderá desaguar investimentos para por exemplo a duplicação da BR 364, sua melhor manutenção, ainda investimentos públicos em CEASAS no eixo dessa BR e ainda investimentos públicos na ampliação e duplicação por exemplo dos portos nas cidades que tenham estrutura e vocação para a logística fluvial dos ativos produzidos.



Salmo 52

Por que você se vangloria do mal e de ultrajar a Deus continuamente?, ó homem poderoso!

Sua língua trama destruição; é como navalha afiada, cheia de engano. Você prefere o mal ao bem; a falsidade, à verdade.

Você ama toda palavra maldosa, ó língua mentirosa!

Saiba que Deus o arruinará para sempre: ele o agarrará e o arrancará da sua tenda; ele o desarraigará da terra dos vivos.

Os justos verão isso e temerão; rirão dele, dizendo:

“Veja só o homem que rejeitou a Deus como refúgio; confiou em sua grande riqueza e buscou refúgio em sua maldade!”

Mas eu sou como uma oliveira que floresce na casa de Deus; confio no amor de Deus para todo o sempre.

Para sempre te louvarei pelo que fizeste; na presença dos teus fiéis proclamarei o teu nome, porque tu és bom.

PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS

Aqueles que puderam conhecer meus artigos e meus livros editados desde 2019 para cá, por exemplo no livro PROPOSTAS PARA O BRASIL DA PRÓXIMA DÉCADA - Edição de JULHO de 2020, eu falo, comento e procuro divulgar ideias, projetos e propostas para que o Estado, as empresas e a sociedade civil possam unir esforços para a execução nos próximos dez (10) anos de propostas (projetos e programas locais e regionais) de efetivas mudanças sociais e econômicas que traduzam em reais melhorias para o maior número de famílias possível.

Uma dessas propostas, constantes na obra acima referida é a construção de 06 (seis) cidades sustentáveis onde até 4 mil famílias poderão ser assentadas em Núcleos Humanos Integrados; essas famílias serão selecionadas por vocação e poderão ocupar casas nos chamados Aglomerados Urbanos Sustentáveis (AUSUS) e também lotes de até 25 hectares com o intuito de desenvolver experimento de produção agrícola e pecuária com modelos sustentáveis de exploração dessas áreas em regime de produção coletiva.

A proposta, é lógico, torna-se bastante desafiadora do ponto de vista da unidade de propósitos para o bom encaminhamento e desfecho favorável ao povo da floresta que devido ao emaranhado de normas legais ambientais tem ficado insistentemente fora de uma possível equação de produção e da devida apropriação de riquezas desse bioma.

Guardo comigo há vinte anos a crença de que devemos ter um olhar de parcerias públicas e privadas coerentes com um modelo real de desenvolvimento sustentável para essa região de fronteiras entre os estados do AC, AM

e RO em razão de sua privilegiada localização geográfica e seu potencial agroflorestal de produção e comercialização de alimentos para a América, em especial para os países do sul da América.

Construir, equipar e supervisionar por 10 anos os aglomerados humanos com a devida vocação para o trabalho rural não requer orçamentos faraônicos para sua execução. São edificações simples para garantir a moradia, a convivência social em coletivos e, o recorte de lotes pequenos de produção em regime familiar que podem e devem ser custeadas pela União, pelos dois estados, no caso o Amazonas e o estado de Rondônia e por clubes privados de investidores nacionais. Uma união de esforços e de recursos onde além de ganharmos um modelo real e executável de produção agroflorestal sustentável, poderemos comercializar os excedentes dessa produção centrada em cooperativas organizadas pelos moradores e pelos produtores rurais assentados e participantes efetivos do programa.

O excedente dessa produção de uma cesta possível de mais de 30 produtos agropecuários, poderá ser comercializada; preferencialmente nas cidades do perímetro da BR 319, bem como nas duas capitais, no caso, estou falando de Porto Velho e Manaus que juntos têm mercado de consumo da ordem de mais de 3 milhões de pessoas, podendo em dez (10) anos alcançar seguramente mais que 40% desse número atual.

O futuro impõe ao sul da Amazônia estratégias pensadas agora e articuladas no meio público e no setor privado para alcançar resultados sustentados pelo planejamento estratégico, pela atenção à legislação e pela práticas limpas de produção; portanto essa proposta e outras apontadas no meu livro pode promover entre os diversos atores sociais, institucionais e econômicos o amplo deba-

te que traga programas, projetos e ações efetivas para o pleno desenvolvimento social, econômico, ambiental e sustentável dessa parte do Brasil.

No meu livro, nas páginas de número 204 até o 210, eu descrevo, entre outros detalhes, que essas famílias participarão de um edital de sondagem de vocações e que após processo classificatório específico farão contratos de adesão definitiva ao projeto com direitos e deveres determinados.

Os valores financeiros e orçamentários para colocar em prática a construção dessas cidades sustentáveis no trajeto delineado pela BR 319 dentro de um plano estruturado de investimentos deverão alcançar aproximadamente R\$ 2 bilhões de Reais e trazer oportunidades de desenvolvimento sustentado em práticas monitoradas de produção familiar, com a correta ocupação humana e a produção agroecológica no bioma da Amazônia traduzindo em benefícios diretos e reais para mais de 24 mil famílias.

A organização deste projeto audacioso requer um edital de seleção dessas famílias por vocação para a vida na floresta, a produção agro sustentável e de maneira que essas famílias deverão ser orientadas a permanência, ao trabalho orientado e supervisionado como um projeto social e econômico monitorado pela legalidade e pelo bem do desenvolvimento regional.

Realizando a execução desse projeto, todos ganham;

O Brasil ganha um modelo real testado de produção com sustentabilidade, dando ênfase a um novo formato de relação dessas famílias com a floresta, ganham as empresas que aportarem recursos como investidores posto que farão jus a comercialização interna e externa dos excedentes e ganham as famílias participantes que organiza-

das em cooperativas terão garantia de trabalho e renda com sustentabilidade social e ambiental.

DETALHANDO A PROPOSTA

Nos últimos 10 ou 11 anos o tema das cidades sustentáveis tem ocupado núcleos distintos de pesquisa nas universidades públicas e privadas, bem como os centros de pesquisa no mundo inteiro, como um real desafio de refazer coceitos e práicas da vida urbana, integrando ao conforto, segurança, sustentabilidade, logística, transporte, facilidades, mobilidade para todos, sendo na verdade o prenuncio de novos estilos de vida nas cidades de aglomerados humanos.

Ora, esses conceitos certamente podem ser aplicados de uma forma menos impactante, na medida em que possamos vislumbrar a construção de cidades para moradores que recebam instruções, que sejam vocacionados ou capacitados para aderir de forma consciente ao modelo que for proposto.

As seis cidades sustentáveis propostas nos meus artigos (entre 2018 e 2020) e nos meus livros – edição 2020 e 2021, trazem apenas um esboço do que pode ser um projeto piloto na floresta amazonica, no trecho da BR federal 319 que liga Humaita a manaus AM; vindo da capital de Rondônia, integrando na realidade o comercio e a produção de duas capitais centenárias.

Ora, no Brasil apenas para citação e referência, temos Brasilia (DF) como um possível referência para esse esboço de construção desses Nucleos Humanos Integrados composto de seis Aglomerados Urbanos Sustentáveis (AUSUS) como descrevo nos dois livros, muito rapidamente.

Se você, caro leitor, puder verificar com o uso do Google Earth o trajeto de porto velho a Humaita (AM) verá que a BR 319, uma rodovia federal, que conta com a ponte elevada sobre o rio madeira, interligando Porto Velho com municípios da região geográfica de fronteira do sul do estado do Amazonas, verá que seguindo no trajeto dessa estrada federal chega-se setecentos quilômetros após, na capital: Manaus.

Hoje trata-se, no período do inverno amazônico de uma aventura Off road, mas que, com a devida atenção, dentro do planejamento governamental da União, poderemos contemplar a criação e a implantação de um estilo de vida integrado com a natureza, sendo uma grande oportunidade de colocar em prática, através de uma espécie de laboratório de desenvolvimento social e econômico, os dizeres e os conceitos de vários estudos e teorias para o desenvolvimento sustentável.

Por exemplo, construir essas cidades localizadas no trajeto da BR 319 colocadas aproximadamente de 100 em 100 Km trará segurança para os motoristas que desejem realizar comércio da produção agropecuária de Rondônia e do Acre por meio da estrada, sendo que ao se construir as seis cidades, ou Núcleos Urbanos, teremos postos de gasolina, restaurantes, hotéis, pousadas, pesque-pagues, escolas, bancos, igrejas, centros de pesquisas, empresas agroindustriais, agroecológicas, estufas, sítios, laboratórios de pesquisas técnico-científicas, entre outras atividades e projetos.

As seis cidades, são na verdade um esforço de concentrar no eixo da BR 319 um modelo simples de moradia onde famílias com vocação para o comércio e o transporte e a agroindústria ou agroecologia poderão viver integrados a natureza da Amazônia, dentro da Amazônia, conhecendo os desafios da floresta, seus períodos de seca e de

águas, preparando a terra, explorando a terra de forma sustentada, orientada e supervisionada pelos órgãos públicos.

A construção dessas cidades será orientada por projetos específicos relacionados com o uso racional do solo, o tratamento adequado de afluentes, de águas servidas, com por exemplo o uso nas unidades domiciliares e comerciais e industriais de biodigestores e de energia solar.

Estações de tratamento de água esgoto serão modelos para outras cidades com maior porte, sendo que erros e acertos nesses projetos dos Aglomerados Urbanos Sustentáveis funcionarão como verdadeiro laboratório.

Existem projetos de cidades sustentáveis mundo afora, cada um apropriando certamente um estudo de solos, clima, vegetação, logística, energia solar, chuvas, ou a escassez dessas, entre outros determinantes.

Na Amazônia, especificamente nesse eixo da BR 319, temos nossos desafios e também temos nossos estudos já realizados que poderão ser colocados em discussão para a viabilidade socio-econômico-financeira de sua implantação.

Em termos de integração entre os estados de RO, AC e AM certamente que a União colherá frutos desse projeto, relacionados com a soberania de implantar e acompanhar cientificamente os seus resultados, inclusive no que diz respeito a prática efetiva de conceitos mundiais de desenvolvimento sustentável que são discutidos em relação ao bioma da Amazônia desde o início da década de 1990.

A implantação de seis cidades sustentáveis no trajeto de Humaita (AM) até Manaus (AM) comportará esforços de uma espécie de edital para selecionar apenas famílias que realmente tenham identidade com a proposta do projeto, dado que essas cidades integram vida urbana, comércio, serviços, logística, turismo, produção agropecuária sustentável, agroecologia, entre outras práticas de produção de alimentos saudáveis, sempre observando o menor impacto possível a vida da floresta e ao meio ambiente, o projeto cuidará de realizar essa seleção, deslocando por vocação identificada nas famílias, sua localização.

O projeto comporta a fixação de famílias no setor urbano das cidades e no setor rural dessas cidades, por vocação declarada, por vocação identificada em processos definidos em edital para aqueles que se interessar em participar, sendo que ao final, essas famílias não poderão vender ou repassar a outrem o direito de moradia e participação efetiva no projeto por 10 (dez) anos, sendo previsto inclusive multas contratuais para desistentes, o que traz seriedade no trato do dinheiro do contribuinte, afinal de contas cada uma dessas cidades, por menores que sejam, são recursos públicos, do bolo orçamentário da União, ou seja: aplicação de recursos de contribuintes.

Os Aglomerados Urbanos Sustentáveis terão 4 mil famílias entre as moradoras do núcleo rural e do núcleo urbano, ou comercial, localizados esses de cem em cem quilômetros no eixo da BR 319, contados logo após a cidade de Humaita (AM) e até a chegada na capital do Amazonas.

PROPOSTA CONDOMÍNIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEIS NA FRONTEIRA ACRE-AMAZONAS-RONDÔNIA

Contextualização:

A Amazônia Legal brasileira é certamente uma região do país alcançada pelos olhos internacionais desde sempre, muito especialmente após a construção da estrada de ferro em Porto Velho, há mais de cem anos pelo empresário americano Percival Farquhar, e mesmo depois das incursões de Henry Ford no centro geográfico do estado do Pará e pela existência da mundialmente conhecida Zona Franca de Manaus, entre outros grandiosos projetos regionais; para ilustrar ainda essa observação abaixo replicamos o mapa das bacias hidrográficas do maior aquífero do planeta que liga os oceanos Pacífico ao Atlântico, em meio a uma selva tropical, inexpugnável e repleta de muitas riquezas minerais e de origem vegetal e florestal, quase que intocadas pelas mãos e pela pesquisa nacional.



Mas no projeto aqui apresentado, seremos focados na integração de esforços da União, com os estados do sul da Amazônia, sendo eles o Acre, o Amazonas e Rondônia que já desenvolvem inúmeras parcerias institucionais, comerciais e de caráter público, desde meados da década de 80, para a promoção do desenvolvimento da região de fronteiras.

O projeto CONDOMÍNIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEL

DA AMAZÔNIA, traz conceitos de associativismo de resultados e do cooperativismo comercial de produtos agroflorestais da vocação territorial e geográfica das áreas de terras desses estados: AM, AC e RO como forma de apresentar ao governo federal um modelo de desenvolvimento do setor de produção rural com técnicas simples apreendidas no sul do Brasil e que podem gerar nesta região um processo de retirada de milhares de famílias da condição de dependências de projetos e programas sociais que além de necessitar milhões de reais em recursos da União e dos estados para a sua manutenção, retira das famílias aquilo que é de suma estratégia para o presente e o futuro da nação brasileira: suas dignidades e suas possibilidades de colocar-se como sujeitos ativos para a economia.

A proposta é bastante simples, sendo que há uma necessidade de investimentos da União para que a semente aqui desenhada possa vingar em 36 meses de intenso trabalho de cooperação entre as forças públicas e privadas, sendo um verdadeiro projeto de parceria pública e privada para o desenvolvimento da região com a elevação efetiva da renda familiar de 1.200 propriedades rurais de pequenos portes.

As 1.200 propriedades são aglomeradas em 04 (quatro) condomínios, ou regiões geográficas específicas, onde o projeto alcançará 300 lotes que serão orientados em sua implantação e acompanhados por 24 meses em suas experiências de produção por uma equipe técnica multidisciplinar que realizará visitas semanais para prestar a devida Assistência Técnica para as famílias de produtores rurais associadas.

A região compreendida aqui no PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIOS AGROFLORESTAIS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL é iminentemente um

piloto que, dependendo do seu sucesso, poderá obter uma futura expansão para outras regiões geográficas do bioma da Amazônia legal, podendo, em cinco anos (2024) atender 12.000 famílias, tornando real oportunidade de renda de mais de R\$ 120.000 reais por ano para aqueles que se dispuserem a enfrentar esse desafio de mostrar ao mundo que é possível produzir com sustentabilidade e rentabilidade na Amazônia, respeitando a natureza.

As propriedades estarão desenvolvendo uma relação de no mínimo 05 produtos agroflorestais da lista de 21 produtos, estudados como possíveis para a produção nos quatro condomínios determinados; essas quatro regiões já são existentes as vicinais necessárias ao escoamento da produção, a rede de energia elétrica apropriada e uma malha hidrológica para suprir as necessidades, sendo que poucas áreas podem necessitar de calcário ou outras reforços para a vitalidade da terra.

Os estados do AC, AM e RO, aderindo e facilitando o desenvolvimento desse projeto, em suas necessidades públicas, receberão, especialmente em suas capitais – Rio Branco, Porto Velho e Manaus os 80% do excedente de produção de todos os produtos dos quatro condomínios, gerando para a população os preços mais competitivos do que aqueles atualmente praticados pelo mercado, em razão das grandes distâncias percorridas por outros produtos de regiões do Centro Oeste e mesmo do sul do Brasil que, em razão da logística de transporte, encarecem esses produtos, atualmente consumidos em razão da inexistência de uma produção associativa de resultados que crie escala de produção frente a uma população total (considerando apenas as três capitais) de mais de 2,18 milhões de consumidores potenciais.

Estados do sul da Amazônia Legal:

1 – ACRE.

O Acre é um estado no noroeste do Brasil, na Floresta Amazônica. É conhecido pela quantidade de árvores-da-borra-

cha e castanhas-do-brasil. Na fronteira peruana, a oeste, o Parque Nacional da Serra do Divisor possui montanhas elevadas e várias quedas de água, além de diversas espécies animais, como tatus-gigantes, tapires e aves raras. A sudeste, encontra-se Rio Branco, a capital do estado, nas margens do rio Acre. Guarda em sua história recente um capítulo de lutas pela soberania brasileira, no caso de disputa de terras com a Bolívia e que marcam o povo acreano como obstinado e determinado em vencer como patriotas e brasileiros, estimulando um legado de vitórias. Sua área geográfica é de 152 581 km²; sua capital fica a 500 km de Porto Velho (via terrestre – BR 364) Rio Branco e tem um histórico de bom relacionamento institucional e comercial com o povo de Rondônia. A população do estado do Acre, de acordo com a contagem populacional do IBGE está na marca de 790 101 (1/07/2014). Desse contingente, apenas a capital comporta hoje (2020) 407.319 habitantes.

2 – AMAZONAS.

O Amazonas é um enorme estado no noroeste do Brasil, coberto quase na sua totalidade pela floresta tropical da Amazônia. A capital, Manaus, é um porto fluvial com pontos de referência que datam do ciclo da borracha de finais do século XIX, incluindo o Teatro Amazonas, uma grande casa de ópera. A cidade marca o “Encontro das Águas”, onde o rio Negro, de água negra, e o rio Solimões se juntam para formar o rio Amazonas. Conta com uma área geográfica total de 1 571 000 km² e uma população, de acordo com dados do IBGE da contagem populacional de 2014 na ordem de 3,874 milhões de habitantes. Sua capital é Manaus e está distante por terra 900 Km de Porto Velho, com a qual mantém uma relação de amizade e de interesses comerciais há mais de cem anos, sendo realizadas trocas de serviços emercadorias mais intensamente pelo traçado da malha hidroviária que compreende o Rio madeira, negro, Amazonas e os seus afluentes, por onde residem milhares de aldeias de ribeirinhos e quilombolas. Entre Porto Velho

e Canutama, Humaitá e Apuí, região de livre trânsito e pessoas, animais e mercadorias num raio de 500 km existem mercado há mais de 50 anos, o que torna o escoamento de produção agropecuária sustentável numa possibilidade de perfeitamente exequível. A população de consumidores apenas na capital do Amazonas, Manaus é de hoje (2020) de 2.182.000 habitantes.

3 – RONDÔNIA.

Rondônia é um estado localizado na região oeste do Brasil, na fronteira boliviana, conhecida pelas vastas extensões de floresta amazônica. No centro, fica o montanhoso Parque Nacional de Picaás Novos. A oeste, as áreas florestais adicionais estão protegidas pelo Parque Nacional da Serra da Cutia e o Parque Estadual Guajará-Mirim. A norte, a capital do estado, Porto Velho, situa-se nas margens do rio Madeira. Rondônia foi colonizada há 60 anos pelos grandiosos projetos do regime militar brasileiro que concentrou esforços para a construção da BR 364 que sai de Cuiabá (MT) até Porto Velho 1.444 Km e segue para ligar-se a capital do estado do Acre, Rio Branco em mais 550 Km, fazendo assim a ligação do Centro Oeste brasileiro com o sul da Amazônia, permitindo conexões de integração cultural, populacional, de produção rural, industrial, agroindustrial e do comércio entre as mais de 40 cidades conectadas pelo trajeto da estrada federal. Essa é realmente uma estrada estratégica que beneficia em muito ao escoamento interno da produção agroflorestal e da pecuária para promover o abastecimento dessas cidades, e em especial, às capitais do AC e RO onde naturalmente existem mais famílias residentes. Rondônia tem uma área total de 237 576 km². Uma população total de 1,75 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE (1/07/2014) com uma população atual (2020) residente na capital Porto Velho de 530 mil habitantes.

Objetivo Geral:

O projeto de implantação dos CONDOMÍNIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA fará,

para um total de 1.200 famílias assentadas em suas propriedades rurais, distribuídas em quatro núcleos geográficos específicos (ou Condomínios) a destinação de sementes, insumos agrícolas, aporte de equipamentos e instrumentos de produção rural, orientação técnica e acompanhamento em nível de assessoria técnica, bem como de meios de empréstimos para a produção no período de 24 meses, com mais 12 (doze) de apoio e supervisão, fomentando as relações associativas e preparando o nível de aprendizado por meio de cursos intensivos de capacitação rural e tecnológica.

Objetivos Específicos:

- a) Cadastrar e credenciar 1.200 propriedades e 1.200 famílias de produtores rurais;
- b) Apresentar o escopo do PROJETO para todas as famílias em 12 reuniões preparatórias;
- c) Organizar a documentação de 12 associações rurais existentes nas áreas geográficas dos 04 condomínios;
- d) Organizar a estrutura de produção de todos os associados nos 04 condomínios definidos;
- e) Organizar a documentação de uma cooperativa central para a compra e a comercialização dos produtos;
- f) Construir e equipar um total de 24 galpões de armazenagem de produtos;
- g) Construir e equipar um Centro de Capacitação e Tecnologia para o suporte técnico e assistência técnica intensiva nos 04 condomínios;
- h) Construir 12 galpões de agroindústrias relacionadas com os produtos da cesta de produtos agropecuários e agroflorestais do projeto;
- i) Adquirir 32 camionetes para uso da equipe técnica de acompanhamento e supervisão semanal dos processos de produção e para equipe de trabalho técnico e administrativo do Centro de Capacitação

e Tecnologia;

- j) Construir e equipar galpão industrial e agroindustrial da cooperativa CENTRAL e suas respectivas unidades de produção para os produtos agrofloretais absorvidos pela produção dos condomínios;
- k) Contratar empresa especializada em gestão de projetos (implantação) e coordenação geral para um período de 60 meses;
- l) Remunerar durante 48 meses as equipes técnicas, pessoal técnico especializado, administrativos, operacionais e de outros serviços para as diversas etapas de implantação e supervisão do projeto;
- m) Adquirir e instalar na sede da cooperativa um sistema de comunicação (wi fi) e de sistema de dados e controle das informações do projeto em suas diversas etapas;
- n) Adquirir frota de caminhões e tratores suficientes para a utilização em cronograma de uso associado pelas diversas propriedades pertencentes ao projeto;
- o) Adquirir máquinas, equipamentos, instrumentos e implementos agrícolas suficientes para o desenvolvimento das ações em sistema de agendamento associado nas propriedades rurais pertencentes ao projeto.

METODOLOGIA DO PROJETO:

O projeto CONDOMÍNIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA baseia-se em princípios do associativismo e do cooperativismo de resultados, sendo uma execução supervisionada de suas diversas etapas de implantação e de acompanhamento das inúmeras rotinas que envolvem o preparo da terra, a semeadura, a criação de animais, o pastoreio, a assistência e supervisão das decisões diárias e o combate a pragas e doenças (zoonoses) que no-

tadamente surgem no trato com vegetais, oleaginosos, tubérculos, pequenos animais e o gado de corte e de leite; bem como também ocorrem com outros animais comuns a nossa região tropical.

Desta forma, o projeto tem suas várias etapas que formam uma cadeia de atividades a serem gerenciadas e supervisionadas por uma equipe técnica multidisciplinar durante os 36 meses de sua implantação. Sendo que estes princípios associativos e também de cultura de cooperação para resultados, será diuturnamente incutido pelos técnicos e profissionais do agronegócio no seio das famílias participantes do projeto, com as quais haverá uma verdadeira simbiose de aprendizado.

ETAPA 01 – Cadastramento e credenciamento das famílias participantes do projeto.

A coordenação geral do projeto realizará durante os primeiros 90 (noventa dias) um total de 12 reuniões com o maior número de produtores e produtoras rurais das 04 áreas geográficas definidas como Condomínios, para que eles saibam do projeto, suas características de funcionamento e que todos deverão assinar um CONTRATO individual com a coordenação geral do projeto e com a Diretoria da Cooperativa para pertencer de fato e aproveitar todos os benefícios de associado. Durante esta etapa, será necessário uma equipe de 12 (doze) profissionais e veículos suficientes com material gráficos informativos e a preparação dessas reuniões de maneira que no prazo estipulado os produtores rurais mobilizados possam assinar TODOS os contratos – 1.200 para que haja a entrada na próxima etapa do projeto;

ETAPA 02 – Assinatura dos contratos de associados ao projeto e a abertura das contas cooperativas de todos os associados para o recebimento dos valores relacionados com os insumos programados e a aquisição coletiva orientada desses insumos para a preparação da terra, o rece-

bimento de sementes selecionadas e no caso dos ativos da agropecuária, a preparação do solo para a criação de peixes, galináceos, suínos, gado e outras espécies relacionadas com a lista de produtos agropecuários do projeto; Todas as 1.200 famílias associadas ao projeto receberão todos os dias 25 a 30 de todos os primeiros 18 (dezoito) meses de implantação do projeto um salário mínimo nacional para as despesas de rotina e os insumos serão disponibilizados como forma de recursos financeiros os quais os associados poderão adquirir na sede da cooperativa com um CARTÃO DE DESCONTOS especial;

ETAPA 03 – Para a preparação da terra, escolha dos produtos da CESTA DE PRODUTOS do projeto e para a programação e o acompanhamento da primeira SAFRA ORIENTADA DOPROJETO, a coordenação geral fará a contratação de uma EQUIPE de Assistência Técnica continuada; equipe multidisciplinar, preparada e providenciada pelos profissionais do CENTRO DE CAPACITAÇÃO E TECNOLOGIA RURAL, com o início do primeiro cronograma de visitas técnicas de acompanhamento das propriedades, em calendário específico para a cobertura de 100% das 1.200 famílias assistidas; O serviço autônomo do projeto será executado por acompanhamento e orientação coletiva semanal para os quatro CONDOMÍNIOS em cronograma específico;

ETAPA 04 – Elaboração do cronograma de uso associado nos 04 condomínios das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, de maneira que todos os associados possam receber em suas propriedades as horas máquinas necessárias e suficientes para o preparo da terra para o plantio, e outras atividades específicas relacionadas com abertura de tanques (piscicultura, construção de espaços para bovinos, preparo dos espaços para pequenas aves e, em necessário, providências de calcário ou irrigação de áreas degradadas;

ETAPA 05 – Construção dos 24 galpões de armazenagem e estocagem de produtos nos condomínios equipados com

os equipamentos, máquinas e silos apropriados;

ETAPA 06 – Construção e aquisição dos equipamentos, móveis e instrumentos necessários ao funcionamento do CENTRO DE CAPACITAÇÃO E TECNOLOGIA do projeto;

ETAPA 07 – construção e preparação da sede da cooperativa e dos 12 galpões para comportar as suas unidades agroindustriais as quais serão responsáveis pela absorção de 80% (oitenta por cento) de toda a produção agropecuária e agroflorestal do diversos ciclos de produção dos condomínios (safras anuais);

ETAPA 08 – Primeiras comercializações de produtos da primeira safra – acompanhamento e avaliação de resultados;

ETAPA 09 – Avaliação do primeiro ano e do primeiro ciclo de produção;

ETAPA 10 – Todas as etapas de produção, operacionalização e manutenção e avaliação, bem como auditorias anuais serão repetidas por três (03) ciclos de produção para averiguação do fechamento do projeto – 36 meses.

SISTEMA DE CONTROLE E SUPERVISÃO DO PROJETO:

Um sistema de controle e gerenciamento de todas as etapas (software), compreendendo a etapa de implantação e os dois primeiros ciclos de produção e comercialização será providenciado pela Coordenação Geral do Projeto, onde haverá alimentação semanal de todos os passos e procedimentos realizados, gerando uma memória de todas as etapas supramencionadas.

AUDITORIA INDEPENDENTE:

No final de 12 (doze) meses de iniciada a implantação do projeto, a Coordenação Geral fará a contratação de uma empresa especializada para providenciar que seja auditado por consultoria independente todas as informações relacionadas com o cronograma de implantação; medindo de maneira independente a conformidade dos resultados do trabalho desenvolvido pela coordenação geral do projeto, pelas equipes técnicas, pelos associados (produtores

rurais), pelas associações pertencentes ao projeto e pela cooperativa central de compras e de comercialização; este procedimento servirá para validar os esforços integrados e prestar orientação e assessoria para melhorias de processos e de procedimentos, evoluindo em sistemas simplificados de melhorias para os próximos dois ciclos de produção e comercialização.

Ao final dos 36 meses, uma avaliação geral dos resultados, registrados em planilhas de acompanhamento quinzenal e mensal da implantação e dos dois ciclos de produção devem ser divulgados em assembleias associativas para todos os participantes nos 04 condomínios e para os cooperados, bem como para os parceiros financiadores públicos ou privados, firmando assim a possibilidade de continuação de outros ciclos de produção e comercialização, dando efetividade ao projeto e seus resultados de produtividade, rentabilidade e sustentabilidade para as 1.200 famílias associadas.

A coordenação Geral do projeto providenciará os relatórios de atividades, apresentando os números relacionados com a implantação, o desenvolvimento, a supervisão e as auditorias realizadas nos 36 meses e nos dois (02) ciclos de produção e comercialização como o principal registro do projeto para sua posterior ampliação, divulgação e possível aplicação em outras regiões da Amazônia Legal em seu bioma que contempla 09 (nove) estados do Brasil, podendo alcançar, caso o piloto aqui proposto seja um caso de sucesso, 12 mil famílias de produtores rurais num futuro breve.

RESULTADOS ESPERADOS COM O PROJETO:

O projeto CONDOMÍNIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA, nesta edição piloto, que envolver 1.200 famílias de produtores rurais da região geográficas de fronteira dos estados do AC, AM e RO; pretende provar que a união

de esforços públicos e privados para um novo modelo de gestão sustentável da terra da Amazônia, com a aplicação de tecnologias apropriadas de consórcio de lavoura e pecuária, respeitando as possibilidades da natureza, trará resultados de renda e sustentabilidade para as famílias, desde que haja um acompanhamento sistemático e rotineiro das técnicas aplicadas e de uma gestão profissional que se baseie em associativismo rural e cooperativismo rural de resultados.

Abaixo o Quadro de expectativas de produção em volume e em valores de mercado regional.

Ciclo do projeto	Despesas (R\$)	Áreas produtivas x cesta de produtos	Total Geral (R\$) Vendas*
Implantação	15.825.000,00	ATER	INVESTIMENTOS
Primeira safra	35.560.000,00	ATER	138.505.000
Segunda safra	18.410.000,00	ATER	138.505.000
Terceira safra	18.410.000,00	ATER	138.505.000
Preparação Final	17.786.200,00	ATER	415.515.000

(*) Expectativas de vendas por volume de produção dos 12 principais produtos agro industrializados pelas associações e comercializados pela cooperativa.

PESQUISA LOCAL DE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE PARA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.

A empresa AGRORONDONIA LTDA., ativa no circuito rural em Rondônia e Acre desde o ano de 1.991, realizou entre 2016 e 2019 um estudo privado para as várias culturas e os vários produtos agropecuários relacionados com a vocação da produção no sul da Amazônia, levando em consideração quesitos como o solo, o clima, o bioma amazônico e o manejo e as técnicas mais apropriadas para elevar as condições de produção e de produtividade, sendo destacados aqui os produtos que seguem.

1.0 - Frango de corte

Idade (Dias)	1	7	14	21	28	35	42
Peso (g)	42	188	459	891	1436	2067	2732
Consumo acumulado (g)	0	150	460	1050	1960	3210	4650

Idade (Dias)	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	consumo por fase
	1ª ao 21ª	21ª ao 35ª	35ª dia ao abate	
Núcleo inicial	5%	-	-	1ª Fase 1.050g + ou -
Núcleo engorda 5%	-	5	5	2ª Fase 2.160g + ou -
Núcleo Abate 5%	-	-	-	3ª Fase 1.440g + ou -
Farelo de Soja	30%	25%	20%	
Quirela	65%	70%	75%	

2.0 - Aves de Postura

	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	4ª Fase	5ª Fase
	1ª ao 42º	43ª ao 1º ovo	1º ovo a 42 sem.	42ª a 83ª sem.	Abate
Núcleo inicial	5k	-	-	1ª Fase 1.050g + ou -	
Farelo de soja	30k	25k	26k	26k	21k
Quirela	65k	75k	63k	62k	68k
Núcleo 5% Engorda CRE	-	5k	-	-	-
Postura Núcleo 4%	-	-	4k	4k	4k
Calcário Calcítrico	-	-	7k	8k	7k

3.0 - Galo indio gigante - postura

	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	4ª Fase	5ª Fase	6ª Fase
	1ª ao 14º dia	15º ao 34º dia	35º ovo a 90º dia	91ª a 140º dia	141ª ao 1º ovo	1º ovo até 52 sem
Núcleo inicial	-	5k	-	-		
Farelo de soja	Ração	32k	28k	25k	25k	26k
Quirela	Prefor-te 23% P.B.	61k	63k	65k	65k	63k
Núcleo 5% Engorda CRE	-	-	5k	5k	-	
Postura Núcleo 4%	-	-	-	-	4k	4k
Calcário Calcítrico	-	2k	4k	5k	6k	7k
P.B.	23% P.B	20,5% P.B	18,5% P.B	17,5% P.B	17,5% P.B	17,5% P.B

4.0 - Frango caipirão

	1º Fase	2º Fase	3º Fase
	1º dia ao 30º dia	31º dia ao 60º dia	61º dia ao Abate
Núcleo inicial	5k	-	-
Farelo de soja	28k	25k	20k
Quirela	67k	70k	75k
Núcleo 5% Engorda CRE	-	5k	5k
	18,5 P.B. 100k ração	17,5 P.B. 100K ração	15,6 P.B. 100k ração
Consumo por Fase no Período	1.300g	3.500g	5.200g

Idade (Dias)	1	7	14	28	42	56	70	91
Peso (g)	35	97	194	635	1115	1721	2318	3014
Consumo acumulado (g)	0	95	327	1213	2480	4150	6018	8917

5.0 - Suínocultura

	1º Fase	2º Fase	3º Fase	4º Fase	PORCAS	PORCAS
	12KG	12KG A 25KG	25KG A 60KG	Acima de 60kg	Em gestação	Gestação ao desmame
Núcleo inicial	3kg	3kg	-	-	18kg	20kg
Farelo de soja	30kg	25kg	18kg	15kg	79kg	75kg
Quirela	63kg	70kg	79kg	82kg	-	2kg
Paralatabilizante	4kg	2kg	-	-	-	-
Núcleo Crescimento 3%	-	-	3kg	3kg	3kg	3kg
Núcleo Reprodução 3%	-	-	-	-	-	-
Consumo por fase - Ração	5 à 6 kg	30kg	140kg	140kg	2 a 3kg	5 a 8kg

FONTE: Empresa AGRORONDONIA Ltda.

OBSERVAÇÃO:

Um dos muitos gargalos para a cadeia produtiva da suinocultura no estado de Rondônia, por exemplo, é o alto custo da ração que torna o produto local menos competitivo no mercado, pois a falta de indústrias na região obriga o produtor a importar o produto do Mato Grosso, e de outros estados como Paraná e Santa Catarina, pagando mais impostos e fretes rodoviários pelos insumos; a produção resumida e a ausência de abatedouros ou frigoríficos especializados nesse setor também permite que supermercados comprem de outros estados as peças de suíno. Mesmo assim, dentro

dos estudos de mercado realizado pela secretaria SEAGRI e pelo SEBRAE Rondônia, o mercado em Rondônia para a suinocultura continua aberto. Outra agravante apontada é a variação da cotação do dólar na exportação de grãos como a soja e o milho, componentes indispensáveis, para a ração animal. Cerca de 22 mil pessoas trabalham na suinocultura no Estado de Rondônia, sendo que na prática do consumo na nossa região, inclusive considerando consumidores do estado do Acre, a carne suína sempre é alternativa para substituição nos momentos de elevação ou flutuação dos preços da carne bovina e dos pescados.

ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO DO PROJETO:

O projeto CONDOMINIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA, ora apresentado, terá uma relação de 22 (vinte e dois) produtos como a CESTA TOTAL de produtividade e comercialização, para distribuir em grupos de no mínimo 05 desses produtos e no máximo 11 para cada propriedade dos seus associados ou cooperados; sendo que para cada definição da cesta individual de produtos para cada família participante, será destinado um cronograma de acompanhamento técnico e teremos a geração de um contrato de 60 meses dessas propriedades com a cooperativa responsável pela organização da produção, pela agro industrialização desses produtos e pela estocagem e logística, bem como da comercialização interna e de exportação.

Por principio, o projeto fará a comercialização dos seus produtos, a preço justo de mercado, embasado em planilhas de formação de preço, para as capitais dos estados do AC, AM e RO e seus municípios de entorno, com seus excedentes podendo ser direcionados ao mercado consumidor andino e da América do Norte e depois para o mundo.

A comercialização de todos os produtos será realizada pela cooperativa CENTRAL por meio de contratos públicos e privados com os organismos interessados, nacionais e internacionais. A prestação de contas dos negócios gerados pelo projeto será feito sempre a cada 180 dias em assembleias com a participação dos 1.200 associados.

ID	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/AÇÃO	VALOR (R\$)
01	Elaboração, apresentação e aprovação do projeto.	455.000,00
02	Visitas de preparação nas áreas geográficas dos condomínios.	125.000,00
03	Cadastro, Credenciamento e Contratos de 1.200 famílias.	75.000,00
04	Aquisição de Maquinas e equipamentos agrícolas para o projeto.	9.985.000,00
05	Aquisição de veículos para a equipe técnica e Centro de Cap.	5.185.000,00
06	Aquisição e distribuição dos insumos nos dois ciclos de produção monitorados nas 1.200 propriedades rurais associadas ao projeto	6.975.000,00
07	Construção dos Galpões de Estocagem nas 04 áreas geográficas	11.565.000,00
08	Aquisição de tratores, equipamentos e implementos agrícolas.	9.545.000,00
09	Construção e equipamentos do CENTRO DE CAPACITAÇÃO ETECNOLOGIA	7.475.000,00
10	Preparação e execução do Plano de Assistência Técnica para o primeiro ciclo de produção	485.000,00
11	Realização da Assistência Técnica do primeiro ciclo de produção	975.000,00
12	Despesas e pagamento de pessoal da Coordenação Geral	895.000,00
13	Contratação da Auditoria Independente para os 04 ciclos/safras	160.000,00
14	Construção/Reforma do prédio da cooperativa CENTRAL e aquisição de maquinas e equipamentos para as unidades agroindustriais	18.000.000,00
15	Despesas de manutenção dos Galpões e do Centro de Capacitação	785.000,00
16	Despesas de manutenção da sede da cooperativa e das unidades de agroindústrias do projeto	965.000,00
17	Despesas gerais de manutenção do segundo ciclo de produção	6.995.000,00
18	Despesas gerais de manutenção do terceiro ciclo de produção	6.995.000,00
19	Despesas gerais de manutenção do quarto ciclo de produção	6.995.000,00
20	Reservas de contingências (12% do valor subtotal)	11.356.200
TOTAL GERAL		105.991.200

“Não é do oriente, nem do ocidente, nem do deserto, nem das montanhas que vem a salvação.” Salmos, 74

CESTA DOS PRODUTOS DO PROJETO:

As famílias atendidas e orientadas nos ciclos de produção pela Coordenação Geral do projeto, por intermédio das equipes técnicas distribuídas em cronogramas específicos de atendimento semanal, durante os 48 meses de produção (safras) - será desenvolvido de forma a que em cada propriedade associada haja uma cesta de produtos específica, sendo que estes produtos seguirão uma orientação técnica de consorciamento da lavoura, da pecuária com as essências florestais e a criação de pequenos animais, de maneira que cada família associada, para os efeitos de composição da renda da propriedade e para o provimento da sustentabilidade do projeto, faça a entrega em cada safra de 80% da sua produção que deverá ser a base da escala máxima potencial para as 1.200 famílias integrantes dos 04 (quatro) Condomínios.

Para cada uma dessas famílias associadas ao projeto existir um contrato, que pode ser ampliado ao longo do tempo; mas que registra no mínimo a garantia, pelo trabalho da família, em entregar ao final de cada ciclo e cada safra uma meta determinada de produção onde cada propriedade será responsável por gerenciar um CESTA DE PRODUTOS de no mínimo 07 (sete) ativos agropecuários em regime de consorciamento de produção e de no máximo 15 (quinze) ativos agropecuários, dado ao limite de trabalho por família (numero dos seus componentes e a disponibilidade de áreas - dentro do que preconiza a legislação brasileira para as pequenas e médias propriedades rurais).

A relação dos ativos os quais serão orientados pelas equipes técnicas será a que segue:

Item	Produtos da Cesta do projeto
01	Produção de Açai
02	Produção de Pupunha
03	Produção de Abacaxi
04	Produção de Melancia
05	Produção de Mandioca
06	Produção de Cacau
07	Produção de Milho
08	Produção de Arroz
09	Produção de Soja
10	Produção de Bananas
11	Plantio de Maracujá
12	Plantio de Cupuaçu
13	Plantio do Urucu
14	Plantio de Feijão
15	Orientação para a piscicultura do Tambaqui
16	Orientação para a piscicultura do Pirarucu
17	Orientação para a piscicultura do Pintado
18	Orientação para a piscicultura do Tucunaré
19	Produção de gado de corte para a Indústria
20	Produção de suínos para a Indústria
21	Produção de Leite para a Indústria
22	Produção de aves de todo porte
	CESTA DE PRODUTOS SERÁ OBJETO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA SUPERVISIONADA.

INFORMAÇÃO TÉCNICA e JURIDICA no PROJETO.

Sobre o novo código florestal e o Bioma Amazônia, vale aqui destacar que:

(01) de acordo com a Constituição Federal de 1988, pelo art. 225, parágrafo 4º, a Floresta Amazônica é considerada patrimônio nacional. (BRASIL, 1998). A definição dessa como patrimônio ampara o dever de todos buscarem meios para preservá-la. (FONSECA, 2012);

(02) a Amazônia Legal engloba os Estados do Acre; Rondônia; Amazonas; Roraima; Amapá; Tocantins; Mato Grosso; Pará e parte Oeste do Maranhão;

(03) pelo novo Código Florestal, a área de RL (Reserva Legal) será de 80% de floresta, 35% de Cerrado e 20% de campos gerais. Nos demais estados brasileiros, incluindo a parte leste do Maranhão, a área de RL será de 20% da propriedade, salvo em áreas de uso restrito. (BRASIL, 2012). Desta forma, estamos computando como áreas produtivas nos quatro (04) espaços geográficos definidos como CONDOMINIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL apenas os 20% (vinte por cento) que a legislação preconiza para o desfrute das 1.200 famílias associadas que no total somam 9.600 hectares de área total produtiva.

MAPA DE PRODUTIVIDADE DO PROJETO

- Expectativas para as safras.

Ao longo dos serviços de assessoria técnica e assistência semanal para os proprietários rurais, uma perspectiva de produção e de produtividade nos CONDOMINIOS será perseguida pela coordenação geral, e seu suporte técnico; trazendo às propriedades os conhecimentos e as tecnologias apropriadas a que a cesta de produtos (ativos agropecuários) tenha a melhor performance, eficiência e custo reduzido em relação a media de outras propriedades, sendo aqui o cerne

do projeto – a capacidade de absorção dessas tecnologias e a correta aplicação no gerenciamento da propriedade, de forma a que o projeto traduza a cada ciclo novo de produção, os melhores índices de produtividade, os quais serão o impacto na agro industrialização e nas vendas para o mercado regional e também internacional.

Utilizando dos índices das pesquisas recentes da EMBRAPA, EMATER, IDARON e também das pesquisas privadas de empresas agropecuárias e de serviços técnicos – com o olhar da produtividade média, concebemos o quadro resumo abaixo que será o norte para o acompanhamento técnico nas 1.200 propriedades monitoradas pelo projeto.

ATIVO	PRODUZ MEDIA	PROPRIEDADES	LIMITES	TOTAL SAFRA	VALOR (R\$)
Arroz	2,95 t/ha	720	2,0	4.248t	5.320.000,00
Aves	300/Familia	720	0,25	54.000	2.380.000,00
Aves Postura	400/Familia	720	0,25	72.000	4.860.000,00
Frutas Tropicais	12 t/há/ano	720	1,0	8.640 t	28.180.000,00
Frango Caipira	300/familia	720	0,25	54.000 aves	1.350.000,00
Banana	28 t/há/ano	600	0,75	12.600 t	37.800.000,00
Melancia	30 t/há/ano	500	0,25	3.750 t	7.500.000,00
Mandioca	60 t/há/ano	500	0,25	7.500 t	18.280.000,00
Gado Leite	03 animais/ha	600	3,0	5.400 animais	5.840.000,00
Peixes Tanques	07 t/há/lamina	600	1,0	4.200 t	11.555.000,00
Soja	52 sacas/ha	600	1,0	31.200 sacas	3.440.000,00
Suínos	40/familia	400	0,25	16.000 animais	12.000.000,00
-	-	720	10,25 ha	-	138.505.000,00

(*) Considerando que cada ativo principal acima será produzido em 60% das 1.200 famílias. (*) Considerando que as famílias terão que entregar apenas 80% da sua produção na safra.

TAXA DE RETORNO ANUAL DO PROJETO:

Para os primeiros 36 meses de atividades, a metodologia proposta no projeto prevê um valor total previsto de investimento na ordem de **R\$ 105.991.200** dos quais os primeiros 24 meses são essenciais que um cronograma de distribuição financeira de 80% desse montante seja empregado nas ações preparatórias, obras civis de construção, reforma e ampliação, aquisição de máquinas, equipamentos, implementos agrícolas e veículos para os inúmeros deslocamentos das equipes técnicas nas 1.200 propriedades para a assistência e assessoria de campo.

Ao mesmo tempo, nossa metodologia de execução, tendo em vista as inúmeras vicissitudes que podem ocorrer ao longo deste piloto, em que nos ciclos de produção, consideramos que apenas 60% (de adesão formal e persistente) e, com muito trabalho e transferência de tecnologias apropriadas para a manutenção da produtividade dessas famílias, a receita bruta anual com a produção, os processos de agro industrialização e com a comercialização desses produtos deverá chegar ao patamar de **R\$ 138.505.000,00 por cada safra**.

Dessa forma, existe uma previsão total de receitas brutas nos 36 meses de implantação do projeto de um valor total de **R\$ 415.515.000,00**.

Se considerarmos todas as despesas de comercialização

interna e, para o comércio exterior, se houver, as taxas, impostos e outros serviços de terceiros como transporte, exportação e processos internos (Brasil) de comercialização e os impostos inerentes a categoria jurídica de cooperativas; **a margem de sobras pode alcançar facilmente a casa dos 30%** do valor bruto de produção prospectada, o que nos remete a um valor total de R\$ 120 milhões de reais – que distribuídos em três anos de sobras cooperativas trará possivelmente **R\$ 72.000,00** de renda extra para cada uma das 1.200 famílias associadas. Se considerarmos que essas mesmas famílias entregam até 80% da sua produção anual para a gestão industrial e comercial da cooperativa, poderemos somar anualmente o valor de outros R\$ 72.000,00 de resultados anuais para cada família associada ao projeto pretendido durante quatro ciclos iniciais; perfazendo assim, um ganho geral com a participação efetiva de R\$ 144.000,00 livres todo ano ou seja uma renda de **R\$ 12.000,00 por mês de trabalho** em ritmo de produção familiar.

Princípios e Bases do projeto:

Os resultados do projeto CONDOMÍNIOS DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA nesta edição piloto, com a participação de 1.200 famílias orientadas por equipe técnica multidisciplinar ao longo de 36 meses de implantação terá, certamente vários desafios e pontos de gargalo no decorrer de suas fases específicas.

Entretanto os valores basilares para este e os projetos sucedâneos desta metodologia deverá atender para a prática, orientação e formação continuada de uma cultura de associativismo e de cooperativismo, onde, muitas pessoas, inclusive técnicos e administradores de empresas e de projetos públicos, fazem grande confusão.

Por esta razão e por mais de 25 anos de experiências com erros e acertos em Rondônia e Acre e no Amazonas, os idealizadores desta metodologia acreditam que apenas aqueles que conhecem o básico dos conceitos e estão realmente dispostos a promover uma nova forma de relacionamento rural com vistas a transformar as realidades das famílias associadas é que estarão ao final dos ciclos de produção com as mãos dadas para a continuação e para receber os frutos do sucesso de muito trabalho e de muitas vezes, de uma transformação pessoal e coletiva de pensamento e de atividades.

Sem a introdução semanal das técnicas apropriadas para a produção com vistas ao funcionamento e rentabilidade das cestas de produtos agropecuários do projeto, pouco avançará; portanto aliados às técnicas e tecnologias de produtividade há que se promover também semanalmente a cultura do associativismo de resultados e do cooperativismo rural para que todas as famílias envolvidas possam integrar um mesmo pensamento: gerar receitas e resultados para o negócio que é de todos.

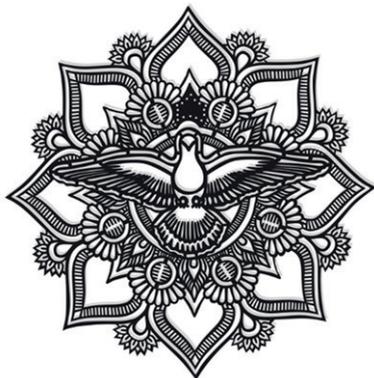
Baseado nisso, transcrevemos abaixo os três (03) conceitos básicos para que desde sempre todos os envolvidos não deixem para trás o que realmente interessa.

O associativismo se constitui em alternativas necessárias que viabilizem as atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência.

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e neces-

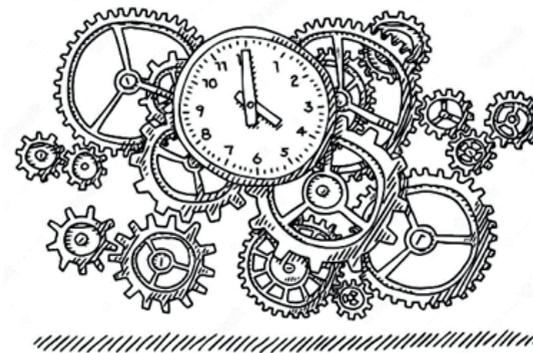
sidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida, cuja principal finalidade é organizar a produção e promover a comercialização a preços justos.

“Extensão Rural é um processo cooperativo, baseado em princípios educacionais, que tem por finalidade levar, diretamente, aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre a agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família, nos aspectos técnico, econômico e social, possibilitando-lhe maior produção e melhorar a produtividade, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida” (definição da ABCAR).



Salmo 81

Exultai a Deus, nossa fortaleza; jubilai ao Deus de Jacó. Tomai o saltério, e trazei o tamborim, a harpa suave, e o alaúde. Tocai a trombeta na lua nova, no tempo apontado da nossa solenidade. Porque isso era um estatuto para Israel, e uma lei do Deus de Jacó.



Ano passado (2022) em um desses momentos de pesquisa e leitura, eu conheci a revista Educação Ambiental em Ação que pode ser acessada pelo link <https://revistaea.org/> e escolhi o texto a seguir como forma de colaborar com os leitores dessa obra, a respeito de um muito bem elaborado histórico conceitual relacionado com as palavras Desenvolvimento Sustentável, norte geral desse meu novo projeto. Espero que a leitura das próximas páginas seja deveras importante para vocês como foi para mim na melhor compreensão desses conceitos tão necessários para governos, empresas, terceiro setor e para cada um de nós como humanos visitantes nesse planeta.

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL DO TERMO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” E SUAS IMPLICAÇÕES NA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

Marcela Lúcia Paulino de Souza¹; Gil Dutra Furtado²; Dimítri de Araújo Costa³

¹Graduada em Administração/IESP. E-mail: marcelajp217@hotmail.com

²Engenheiro Agrônomo/UFPB, Especialista em Psicopedagogia/UNINTER, Mestre em Manejo de Solo e Água/UFPB, Doutor em Psicobiologia/UFRN, Pós-Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFPB, Professor Colaborador do PRODEMA/UFPB. E-mail: gdfurtado@hotmail.com

³Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas/UFPB, Mestre em Ecologia e Monitoramento Ambiental/UFPB, Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFPB. E-mail: costa.researcher@yahoo.com.br

RESUMO. O artigo examina a história conceitual do “Desenvolvimento Sustentável” desde meados do século XX até os dias atuais. O relatório produzido pela Comissão Brundtland apresentou pela primeira vez uma definição mais elaborada do conceito de desenvolvimento sustentável. Embora seja um conceito amplamente utilizado, não existe uma única visão do que seja o desenvolvimento sustentável. As instituições financeiras são organizações que possuem uma enorme influência no que se refere à mudança da sociedade, seja de forma direta e indireta. A responsabilidade social é um tópico cada vez mais importante na conduta das empresas. Sustentabilidade é muito mais que reciclar papel, é uma filosofia que a empresa adota diante de suas tomadas de

decisões, onde as mesmas são baseadas no tripé da sustentabilidade que tem como base três colunas: ambiental, social e econômica.

Palavras-chave: Instituições financeiras; Princípios do Equador; Protocolo Verde; Sustentabilidade.

HISTORICAL-CULTURAL CONTEXT OF THE TERM “SUSTAINABLE DEVELOPMENT” AND ITS IMPLICATIONS IN THE SOCIAL RESPONSIBILITY OF THE COMPANIES

ABSTRACT. The paper examines the conceptual history of “Sustainable Development” from the mid-twentieth century to the present day. The report produced by the Brundtland Commission presented for the first time a more elaborate definition of the concept of sustainable development. Although it is a widely used concept, there is no single vision to this topic. Financial institutions are organizations that have a huge influence on the change of society, either directly or indirectly. Social responsibility is an increasingly important topic in corporate behavior. Sustainability is much more than recycling paper, it is a philosophy that the company adopts before its decision making, where they are based on the tripod of sustainability that is based on three pillars: environmental, social and economic.

Keywords: Financial institutions; Equator principles; Green Protocol; Sustainability.

INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade evoluiu desde sua criação em meados do século XX. Desde então, sofreu várias alterações conforme a sociedade foi evoluindo. Atualmente, tornou-se

um tema abrangente e complexo, sendo difícil de ser colocado em prática.

Neste âmbito, surge a responsabilidade social das empresas como uma vertente essencial que busca garantir o desenvolvimento sustentável.

Desta forma, este estudo apresenta e discute o contexto-histórico cultural do conceito de sustentabilidade, e suas implicações nas empresas, em virtude de uma necessidade emergente que deve ser praticada constantemente em toda a sociedade global.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desenvolvimento Sustentável

A construção do conceito de desenvolvimento sustentável influenciou os diversos pensamentos sobre este tema, os quais fazem ligações com outras questões que causam enorme preocupação na atual sociedade. Durante as décadas de 60 e 70 do século XX este conceito emergiu, tornando-se algo muito presente e que precisa ser escrito a toda hora pela humanidade.

Perante o padrão dominante de produção e de consumo, que vem causando grandes devastações ambientais, a humanidade vive um momento de realizar novas escolhas para garantir o nosso futuro. Dessas escolhas surge o desenvolvimento sustentável, ganhando cada vez mais força, entre as diversas correntes da sociedade e, passando a ser sinônimo de equilíbrio para a vida do planeta.

O modelo de desenvolvimento sustentável adotado nos últimos tempos, baseado no crescimento das relações de pro-

dução e consumo tem como principais implicações, aumento da poluição e aumento nos níveis de desigualdade social e de concentração de riquezas. Como decorrência dessa situação, surge o conceito de sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, os quais procuram reduzir tais implicações, a partir do entendimento das fragilidades do modelo vigente e da emergência da necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento de forma equilibrada e equitativa (MARTINS; CÂNDIDO, 2011).

O termo sustentável remete-nos à ideia daquilo que se pode sustentar. Advindo das ciências naturais, diz respeito, do ponto de vista ecológico, à “tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matérias e energias”(GIANSANTI, 1998, p. 11).

O significado da palavra sustentabilidade é suficientemente simples para que se possa defini-la com rigor e precisão, como consequência, qualquer definição será simples e excessivamente ampla, expressando uma verdade muito óbvia, ou demasiada particular deixando de cobrir alguns casos particulares importantes.

Dentre as várias definições existentes sobre sustentabilidade, podemos estabelecer que o termo implica na manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro, para que tanto as necessidades atuais quanto aquelas do futuro possa ser igualmente satisfeitas (AFONSO, 2006).

A sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem condições iguais ou superiores de vida em dado ecossistema continuamente, visando à manutenção do sistema de supor-

te da vida. Sendo assim, a sustentabilidade relaciona-se com a melhor qualidade da vida das populações, a partir da capacidade de suporte dos ecossistemas (MARTINS; CÂNDIDO, 2010).

Essa ideia é reforçada por Franco (2000) ao destacar que quando a população extrapola a capacidade de suporte, afeta a qualidade de vida, pois a liberdade de escolha do estilo de vida é partida. Essa relação entre sustentabilidade e qualidade de vida pode ser definida como o grau de prazer, satisfação e realizações alcançadas por um indivíduo no seu processo de vida.

Entre os muitos pensamentos sobre pensar a sustentabilidade, pode-se entender a Sustentabilidade como condição ou o resultado de equilíbrio das relações entre uma determinada sociedade humana e o meio natural em que ela vive e se organiza, de modo que as demandas e ofertas recíprocas atendam às necessidades dos ecossistemas naturais e sociais sem prejuízo das gerações futuras, dos sistemas vivos e dos ecossistemas do planeta Terra. Pode-se ainda inferir que sustentabilidade é considerada a palavra chave para todo empreendimento, todo processo produtivo e toda solução urbana do século 21.

Não teremos rios limpos sem saneamento básico, não teremos cidade com qualidade de vida sem planejamento urbano e integração à natureza, não teremos desenvolvimento econômico sem meio ambiente equilibrado.

A exploração e a extração de recursos com mais eficiência e com a garantia da possibilidade de recuperação das áreas degradadas são a chave para que a sustentabilidade seja uma prática exitosa e aplicada com muito mais frequência

aos grandes empreendimentos. Preencher as necessidades humanas de recursos naturais e garantir a continuidade da biodiversidade local; além de manter, ou melhorar, a qualidade de vida das comunidades inclusas na área de extração desses recursos é um desafio permanente que deve ser vencido dia a dia. A seriedade e o acompanhamento das autoridades e entidades ambientais, bem como assegurar instrumentos fiscalizatórios e punitivos eficientes, darão ao conceito de sustentabilidade uma forma e um poder agregador de ideias e formador de opiniões ainda muito maior do que já existe nos dias atuais.

Para Pires (2001), a alternativa para minimizar a questão da degradação ambiental, provocada pelo modelo econômico até hoje adotado, é a opção do desenvolvimento sustentável, que indica à reflexão sobre padrões atuais de consumo e utilização de recursos naturais renováveis e não renováveis.

A expressão desenvolvimento sustentável tem sido objeto de polêmicas desde a sua formulação, principalmente quando se precisa buscá-lo, aprofundam-se as divergências.

A concepção de desenvolvimento sustentável tem suas raízes fixadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em junho de 1972.

Baroni (1992) pesquisou 11 definições que exemplificam a diversidade de ideias e refletem a falta de precisão na conceituação corrente do termo.

Mas o que isso quer dizer exatamente é o que May et al. (2003, p. 7), tenta explicar enfatizando o debate acadêmico apresentando duas cor-

rentes principais de interpretação:

A primeira corrente é representada principalmente pela chamada economia ambiental e considera que os recursos naturais não representam, em longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia. Pelo contrário, inicialmente esses recursos sequer apreciam em suas representações analíticas da realidade econômica, a economia funcionava sem recursos naturais. Com o tempo, os recursos naturais passaram a ser incluídos nas representações de função de produção, mas mantendo a sua forma multiplicativa, o que significa a substitutibilidade perfeita entre capital, trabalho e recursos naturais. A segunda corrente de interpretação é representada principalmente pela chamada economia ecológica, que vê o sistema econômico como um subsistema de um todo maior que o contém, impondo uma restrição absoluta à sua expansão (MAY et al., 2003).

Na primeira corrente tem-se uma “visão implícita de infinitude dos recursos naturais e esta foi objeto de crítica pioneira e sistemática da análise neoclássica”. tem-se a suposição de que os limites impostos pela disponibilidade de recursos naturais “podem ser indefinidamente superados pelo progresso técnico que os substitui por capital (ou trabalho)”. De acordo com Romeiro (2001), na segunda corrente o progresso científico e tecnológico é tido como fundamental para aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais compartilhando com a primeira corrente, a concepção de que é possível instituir uma regulação dessa eficiência a partir de incentivos econômicos. Dias (2011) afirma que:

Foi o relatório produzido pela Comissão Brundtland que apresentou pela primeira vez uma definição mais elaborada do conceito de desenvolvimento sustentável. Embora seja um conceito amplamente utilizado, como já mencionado,

não existe uma única visão do que seja o desenvolvimento sustentável (DIAS, 2011, p. 36).

De acordo com o Congresso Virtual Brasileiro de Administração (CONVIBRA), no qual menciona o Relatório de Brundtland (conhecido como “Nosso Futuro Comum”), o desenvolvimento sustentável consiste em atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas. (ARAÚJO et al., 2006; COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). A comissão supracitada define ainda o desenvolvimento sustentável como:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (ESTENDER; PITTA, 2012, p. 3).

Essa definição, procura estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer às necessidades e às aspirações humanas. Enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que a política ambiental deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada (DIAS, 2011).

De acordo com Araújo et al. (2006, p. 6), a definição de desenvolvimento sustentável contempla ainda outros significados, “pois é tratado como sinônimo de sociedade racional, de indústrias limpas, de crescimento econômico, de utopias

românticas: tudo nele parece pertencer”.

De acordo com Giansanti (1998, p. 13), “considera-se, em economia o desenvolvimento sustentável como a capacidade de as sociedades sustentarem-se de forma autônoma, gerando riquezas e bem estar a partir de seus próprios recursos e potencialidades”.

Segundo Silva (2006), o desenvolvimento sustentável pode ser visto como um processo de transformação, em plena harmonia, nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica, de forma interligada, e surge do individual e reflete no global.

Para alguns, alcançar o desenvolvimento sustentável é obter o crescimento econômico contínuo através de um manejo mais racional dos recursos naturais e da utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Para outros, o desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade que oferece os princípios e orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais (ALVES; OLIVEIRA, 2013, p. 4).

Barbieri (1997) conceitua o desenvolvimento sustentável como a nova maneira de enxergar as soluções para os problemas mundiais, que não se diminuem apenas à degradação ambiental, mas que incorporam dimensões como a pobreza e a exclusão social.

Para Braun (2001), o desenvolvimento sustentável precisa ter início a partir da forma de pensar e da forma como a socie-

dade valoriza as coisas econômicas numa relação estreita, como se o dinheiro e a tecnologia fossem a principal base da vida no planeta. Para o autor, é a Terra que viabiliza e promove a geração de capital, que a humanidade utiliza de maneira competitiva e especulativa.

Conforme Oliveira e Souza-Lima (2006), o conceito de desenvolvimento sustentável é bastante rico no meio acadêmico, em especial, no que se refere à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois alguns autores conferem apenas os atributos do nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento e não se preocupam como tais atributos são distribuídos.

De acordo com as definições expostas anteriormente, podemos analisar e encontrar uma grande quantidade de concepções sobre o desenvolvimento sustentável, e constatar que o mesmo é uma forte tendência mundial, atual e permanente, como expressa a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 04), “percebemos que era necessário um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo”.

Mattar (2010), Presidente do Instituto Akatu, em entrevista à Revista Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), expõe que o desenvolvimento sustentável é aquele que considera os aspectos econômico, social e ambiental. Para o autor o objetivo do desenvolvimento não é apenas impulsionar a economia, mas também proporcionar seus benefícios e seus custos de maneira equitativa. Afirma ainda que, é necessário utilizar outros indicadores para que o desenvolvimento possa ser denominado de sustentável. E conclui que “viver bem

hoje é permitir também qualidade de vida no futuro para todos, e não somente para alguns”.

Portanto, o desenvolvimento sustentável significa conjugar o verbo no imperativo no que se refere a oferecer dignidade a geração atual e futura, a utilizar os recursos naturais com respeito ao meio ambiente, conciliando assim o crescimento da economia com a preservação da natureza. Observa-se através dos diversos conceitos, aqui mostrados, que o desenvolvimento sustentável deve ser encarado como um evento permanente, no qual o adjetivo ligamento é a qualidade em vez de quantidade.

O Relatório Brundtland de 1987 inspirou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992 (Redclift, 2005), denominada de “Cúpula da Terra” ou “Eco-92”, conceituou como desenvolvimento sustentável, aquele concebido de maneira a fomentar as atividades e ocupações humanas que mantenham a qualidade de vida, assegurem um acesso continuado aos recursos naturais que evitem a persistência de danos ambientais, atendendo às necessidades atuais, sem comprometer a capacidade de atendimento das gerações futuras (ONU, 2017).

As diretrizes apontadas pelo Relatório trazem que o desenvolvimento tecnológico e científico, deve estar baseado na preocupação com a preservação ambiental e dos recursos naturais disponíveis na sociedade, de forma a reverter às projeções atuais de situações críticas no uso dos potenciais hídricos, energéticos e da destinação dos resíduos sólidos por meio de um conjunto de estratégias e procedimentos. Estas definições supracitadas demonstram o enorme desafio de edificar sociedades e indústrias sustentáveis. Contudo,

pode-se compreender que este processo deve acontecer de forma contínua e o alicerce para a eficácia do mesmo é a sociedade.

A História e a Evolução do Desenvolvimento Sustentável

A década de 1960, caracterizou-se como preparatória para a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, 1972, na qual pela primeira vez, concebeu-se a problemática do meio ambiente e a necessidade de se buscar empreender um desenvolvimento sustentável.

Ainda nessa década de 60 surgiram os primeiros debates voltados ao desenvolvimento do planeta que foram alavancados pelo Clube de Roma, a priori com o título de ecodesenvolvimento. Segundo May et al. (2003), era uma época de controvérsias entre o crescimento econômico e o meio ambiente, exacerbada principalmente pela publicação do relatório do Clube de Roma, que pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental.

O Clube de Roma era uma organização fundada no ano de 1968, por um empresário italiano, com o intuito de analisar os problemas que desafiavam a humanidade. O Clube era formado por cientistas, economistas, pedagogos, humanistas, industriais e funcionários públicos (KRÜGER, 2001).

Dessa confraria resultou um relatório que foi publicado pela primeira vez em 1972, *The limitstogrowth* (Os limites para o crescimento). No relatório foi definido como estratégias fundamentais, para começar a estruturar uma política planetária, a revisão de três princípios responsáveis pela situação crítica vivida nesse momento: a necessidade do conhecimento, o enraizado sentimento de soberania das diferentes

nações da Terra, dificultando a ideia de uma comunidade planetária, com responsabilidades e interesses comuns, e finalmente a força imperativa dos mercados (NEGRET, 1994).

O mesmo defendia a necessidade de se conquistar o equilíbrio do planeta como base nos limites do crescimento da população, no desenvolvimento da economia das nações menos desenvolvidas e em uma atenção para as questões ambientais (KRÜGER, 2001).

Assim, de acordo com Maurice Strong a concepção de desenvolvimento sustentável emergiu na Conferência de Estocolmo de 1972, e foi designado à época como abordagem do ecodesenvolvimento e, posteriormente, renomeado com a denominação atual (DIAS, 2011).

Sachs (1993), acrescenta ainda que na Conferência de Estocolmo, em 1972, e com as reuniões preparatórias que a antecederam, em que umas delas ocorreu em Founex, na Suíça, foi possível analisar e firmar o alicerce para o entendimento dos ligamentos entre o meio ambiente e o desenvolvimento.

No ano de 1987, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, através da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983, presidida pela ex-primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. A comissão foi patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e produziu um relatório, publicado em 1991, chamado *Our common future* (Nosso futuro comum), também conhecido como Relatório Brundtland, cujo objetivo era apresentar os desafios e esforços comuns, com a seguinte visão:

[...]propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2002 e daí

em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que consideram as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente; uma agenda de longo prazo para ser posta em prática nos próximos decênios; e os objetivos a que aspira a comunidade mundial (ARAÚJO et al., 2006; COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

A história do desenvolvimento sustentável surge a partir da necessidade da humanidade, movida por um novo pensamento, em que a fez perceber que é necessário buscar a estabilidade do planeta com a visão de conciliar os problemas da sociedade, as questões ambientais e o crescimento da economia.

Quando completou vinte anos de aniversário da Conferência de Estocolmo, foi realizada no ano de 1992, no Rio de Janeiro – Brasil, a Conferência Mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Eco 92 ou Rio 92, contou com representantes de 179 países que discutiram durante 14 dias os problemas ambientais globais e estabeleceram o desenvolvimento sustentável como uma das metas a serem alcançadas pelos governos e sociedades em todo o mundo.

Segundo Dias (2011, p. 23), os seus principais resultados foram cinco importantes documentos:

- 1) - A declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;**
- 2) - A declaração de princípios para a gestão sustentável das florestas;**
- 3) - O Convênio sobre a Diversidade Biológica;**
- 4) - O Convênio sobre as Mudanças Climáticas; e**
- 5) - O Programa das Nações Unidas para o século XXI, mais conhecido como Agenda 21.**

De todos, a Agenda 21 é o mais abrangente, e constitui um programa internacional que estabelece parâmetros para que se obtenha o desenvolvimento sustentável nas suas vertentes econômica, social e ambiental.

A Agenda 21 dedica-se aos problemas da atualidade e almeja preparar o mundo para os desafios do século XXI. Ela reflete o consenso global e compromisso político em seu mais alto nível, objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental. A Declaração do Rio visa estabelecer acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e proteja a integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento. A partir desse momento começa a existir de maneira globalizada uma preocupação no que diz respeito à Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável tanto por parte das entidades governamentais, das organizações públicas e privadas como dos consumidores deste mercado global (BALBO et al., 2009, p. 4).

Em 1997, durante o período extraordinário de sessões da Assembleia Geral da ONU, em New York, foi realizada a Cúpula da Terra, conhecida como Rio+5, que tinha como principal

objetivo analisar a execução da Agenda 21, aprovado pela Cúpula de 1992. Após um período de intensas deliberações ocorridas devido às divergências entre os Estados sobre como financiar o desenvolvimento sustentável no plano mundial, foram obtidos alguns acordos, retratados no documento final de 58 páginas, que são:

[...] adotar objetivos juridicamente vinculantes para reduzir a emissão dos gases do efeito estufa, os quais são causadores da mudança climática; avançar com mais rigor para modalidades sustentáveis de produção, distribuição e utilização de energia; focar a erradicação da pobreza como requisito prévio do desenvolvimento sustentável (DIAS, 2011, p. 40).

Conforme Silva (2008), em 1997, numa importante conferência, no Japão, conhecida posteriormente como o Tratado ou Protocolo de Kyoto, os países com índices mais elevados de poluição firmaram o compromisso em reduzir a emissão de poluentes, porém, o maior poluidor do mundo, os Estados Unidos, não ratificaram o pacto. De acordo com o tratado, as nações se comprometiam a diminuir as emissões de dióxido de carbono, em relação ao ano de 1990, em pelo menos 5%, até o ano 2012.

No ano de 2000, a ONU, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo: a) acabar com a fome e a miséria; b) Educação de qualidade para todos; c) Igualdade entre os sexos e valorização da mulher; d) Reduzir a mortalidade infantil; e) Melhorar a saúde das gestantes; f) Combater a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a malária e outras doenças; g) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; h) Todo

mundo trabalhando pelo desenvolvimento (OBJETIVOS DO MILÊNIO, 2017), conforme se observa na figura a seguir.



Figura 1. 8 Jeitos de mudar o mundo (Fonte: OBJETIVOS DO MILÊNIO, 2017).

A Figura 1 acima ilustra os desafios e metas que os países da ONU terão que cumprir até o ano de 2015, para promover o desenvolvimento, de forma sustentável, do planeta durante esse milênio. Outro encontro, mais amplo, foi realizado pela ONU no segundo semestre de 2002, em Johannesburgo, África do Sul, denominado Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+10, e novamente a intenção foi reavaliar e implementar as conclusões e diretrizes da Cúpula realizada no Rio em 1992.

Em 2002, uma megaconferência das Nações Unidas ocorreu em Joanesburgo, na África do Sul e contou com a presença de 191 países. A conferência foi denominada The World Summit on Sustainable Development (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável), também chamada de Rio+10 com o objetivo de rever as metas acordadas na Rio 92, e

tendo como base a Agenda 21. Segundo Camargo (2003), a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável mostrou que prevaleceu os interesses comerciais e econômicos sobre os direitos humanos e a preservação do meio ambiente, bem como os interesses individuais de alguns países ou blocos de países.

Através de enorme esforço de compreensão e síntese, a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, conseguiu afirmar que “Desenvolvimento Sustentável tem uma base formada por três pilares – o econômico, social e o ambiental (triple-bottomline) – e um objetivo fundamental que é a erradicação da pobreza” (OLIVEIRA FILHO, 2004). E para melhor ilustrar a história do desenvolvimento sustentável foi elaborado o Quadro a seguir (Tabela 1).

Tabela 1. História do Desenvolvimento Sustentável.

Ano	Acontecimento	Ano	Acontecimento
1968	Clube de Roma	1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
1983	Criação da comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	1987	Elaboração do Relatório Brundtland, na ONU, e divulgação da expressão Desenvolvimento
1992	Conferência Mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Eco-92 ou Rio-92	1997	Criação e assinatura do Protocolo de Kyoto
2000	A ONU – Organização das Nações Unidas, estabelece 8 Objetivos do Milênio – ODM	2002	Conferência das Nações Unidas, Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+10
2003	Lançamento pelos bancos do princípio do Equador para gerenciar riscos socioambientais do crédito para grandes projetos industriais e de infraestrutura	2012	Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

Mercado de Capitais), mas também derivada de fatos mais recente, como a aceleração do processo de globalização da economia, a abertura econômica e a estabilização da moeda nacional, que promoveram um novo processo de saneação da moeda nacional, que promoveram um novo processo de saneamento, privatização e fusão, principalmente de instituições bancárias.

A importância das Instituições Financeiras para a Sustentabilidade

Observa-se atualmente mais envolvimento das instituições do sistema financeiro com as questões ecológicas, tanto nos países economicamente mais avançados, principalmente o europeu, como no Brasil. Para o Brasil, as instituições financeiras multilaterais mais importantes são o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O FMI tem uma postura de orientação e assessoria, buscando discutir com os países membros os problemas e políticas ambientais que possam interferir no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, apresenta diretrizes de atuação voltadas à conservação do meio ambiente, porém não se afasta de seus objetivos básicos.

De acordo com Ashley (2005), o Fundo afirma que: Há fortes vínculos entre as políticas macroeconômicas e o meio ambiente. Em primeiro lugar, porque seu objetivo central e sua atuação ordinária – a prevenção de crises econômicas e financeiras – ajudam diretamente na conservação do meio ambiente, pois tais crises podem ter repercussões negativas sobre ele e sobre o uso dos recursos naturais. Por outro lado, argumenta que o crescimento econômico não pode ser vinculado aos danos ao meio ambiente de modo simplista, pois,

É possível evidenciar a quantidade de poder que a humanidade possui, no tocante, a interferência na natureza e na alteração de ecossistemas vitais para a vida do planeta. Perante esses desafios, surge o desenvolvimento sustentável como instrumento de homeostase entre a relação do homem com a natureza e com outros homens. A Sustentabilidade se faz presente na história da humanidade e precisa ser executada através de ações diárias para garantir uma nova realidade no futuro das próximas gerações.

Além da sociedade existe outro protagonista que compõe o cenário para a promoção do equilíbrio do planeta. Este protagonista é o setor empresarial, que cada vez mais está sendo questionado e forçado a praticar ações mais responsáveis.

Sustentabilidade nas Instituições FinanceirasAs instituições financeiras são organizações que possuem uma enorme influência no que se refere à mudança da sociedade, seja de forma direta e indireta. Por terem um papel importante para o futuro do planeta, elas são cada vez mais observadas e cobradas no tocante às suas práticas e o resultado do desempenho de suas ações sustentáveis.

O sistema financeiro é o conjunto de instituições e instrumentos financeiros que possibilita a transferência de recursos dos ofertantes finais – agentes superavitários – para os tomadores finais – agentes deficitários – e cria condições para que os títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado (ASHLEY, 2005).

A configuração atual do Sistema Financeiro Nacional é resultado de reformas institucionais como as de 1964 (Lei nº 4.595 – Lei da Reforma Bancária) e 1965 (Lei nº 4.728 – Lei do

da mesma forma que a degradação ambiental pode ser debitada ao crescimento econômico e ao progresso, quando desvinculados de salvaguardas adequadas, essa degradação ambiental também pode ser consequência da estagnação econômica e da pobreza. O círculo virtuoso a ser buscado é que o uso sustentado dos recursos naturais promova o desenvolvimento econômico de longo prazo e que este, por sua vez, gere recursos para a proteção ambiental (ASHLEY, 2005, p. 217).

O Banco Mundial foi concebido após a Segunda Guerra Mundial para ajudar na reconstrução da Europa, mas, atualmente, o seu principal objetivo é a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento. A fim de atender a sua política para o meio ambiente, em 1991 o Banco Mundial criou a Global Environmental Facility (GEF), ou Fundo Mundial para o Meio Ambiente. Reunindo atualmente 174 países, a GEF tem o objetivo de viabilizar projetos governamentais que promovam a cooperação internacional para proteção de biodiversidade, mitigação dos riscos de mudança climática, redução dos casos da diminuição da camada de ozônio e melhoria da qualidade da água (CEDRAZ, 2008).

O BID foi criado em 1959 por iniciativa da Organização dos Estados Americanos (OEA) e atua nos mesmos moldes do Banco Mundial, porém se direciona aos países da América Latina, do Caribe e dos Estados Unidos. A instituição do BID está encarregada de fomentar o desenvolvimento econômico auto-sustentável de pequenas e médias empresas, por meio de investimento, empréstimo, inovação e alavancagem dos recursos do BID. Todos os projetos financiados são analisados por critérios ambientais, como a avaliação de seu impacto ambiental e das medidas adotadas para a proteção ao meio ambiente (ASHLEY, 2005).

Existem algumas instituições internacionais que congregam organizações, algumas exclusivamente voltadas para o setor financeiro mundial, constituídas tanto para protegê-las e orientá-las quanto aos riscos ambientais como para promover mudanças de postura dessas organizações no sentido de favorecer o meio ambiente, dentre elas destaca-se a UNEP (“United Nations Environment Programme”) ou PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) que constituiu-se a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, como a base da consciência e política ambiental das Nações Unidas. Buscando o desenvolvimento sustentável de estratégias de gerenciamento ambiental, em 1992, durante a Eco-92, a UNEP e diversas instituições financeiras apresentaram a Declaração Internacional dos Bancos para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável.

Assim, os Bancos passaram a ser também considerados agentes promotores de desenvolvimento econômico, mas também do desenvolvimento sustentável.

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. Conforme a Resolução CMN 2.099, deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão “Banco” (BRASIL, 1994, p. 1224).

De acordo com Fortuna (2005), “os bancos, dentro do sistema financeiro, ficaram com o segmento de capital de giro

e outras operações de curto prazo”. Contudo, os bancos, em busca de economia de escala e melhor racionalização do sistema, constituíram aglomerados de instituições financeiras atuantes em diversas modalidades, passando a funcionar como bancos múltiplos. Desde então é facultado às instituições financeiras organizar-se como uma única instituição com personalidade jurídica própria denominada banco múltiplo, podendo operar várias carteiras – comercial, de investimento, de desenvolvimento, crédito imobiliário, aceite e arrendamento mercantil (ASHLEY, 2005).

No início foi enfatizado que os bancos são considerados agentes promotores, isso ocorre através de beneficiamento de atividades produtivas de outras empresas, na tentativa de desenvolver uma localidade ou uma região, através dos seus serviços e produtos financeiros, ou seja, influenciando direta ou indiretamente o cotidiano de outras organizações, de comunidades, do governo e das pessoas. Eles influenciam os resultados das atividades econômicas quando patrocinam ou se recusam a patrocinar os empreendimentos financeiros a sua volta.

Infante et al. (2010), menciona que um dos grandes desafios dos bancos é conseguir relacionar as atividades de fornecedores de recursos do sistema financeiro com a capacidade de promover o desenvolvimento sustentável, haja vista que o setor é considerado indutor de práticas de sustentabilidade nas empresas com as quais está envolvido.

Na concepção de Silveira (2006), essas organizações têm um papel importante no melhoramento da qualidade de vida da população:

Assim, os bancos, em razão das suas funções, estão em posição de grande influência no dia-a-dia das empresas, comunidades, governos e na vida das pessoas. Daí a importância do segmento financeiro da economia para o desenvolvi-

to sustentável por meio de iniciativas e ações que privilegiem a qualidade de vida das pessoas (SILVEIRA, 2006, p.19). Silva e Silva (2008), afirmam que os bancos exercem uma função decisiva no que se refere a disponibilizar recursos financeiros, pois o governo e muitas organizações são dependentes dos serviços financeiros realizados pelos bancos.

Em sua política ambiental, o banco destaca um dos significados que as questões ambientais devem assumir pelo prisma das instituições financeiras:

Do ponto de vista bancário, uma empresa poluidora, ou uma empresa que cause danos ao meio ambiente, é uma empresa menos eficiente que suas congêneres, menos competitivas e se constitui em um maior risco de crédito (ASHLEY, 2005, p. 215).

Os autores afirmam ainda que, o papel das instituições financeiras no desenvolvimento sustentável não é o de executor de mudanças, mas sim de indutor das mesmas nas entidades com as quais mantém um relacionamento.

Lins e Wajnberg (2007), ressaltam que é imperativo mostrar àqueles que são responsáveis, diariamente, pelas negociações da organização que a sustentabilidade precisa ser introduzida nas atividades. Essa conscientização é essencial para o bom desempenho das ações sustentáveis.

De acordo com FEBRABAN (2008, p. 05), há alguns anos o tema sustentabilidade era percebido como trabalho à margem dos negócios. As iniciativas eram feitas de forma compensatória, no dia-a-dia se concretiza o negócio e em seguida, de forma automática, ocorre o que o autor cita de “passar a caneta no cheque e a borracha na consciência”,

através de apoio de um ou outro projeto.

Diante do exposto, pode-se dizer que essas empresas já estão conscientes de seu potencial de impactar o meio ambiente, seja direta ou indiretamente, de forma adversa ou favorável, mas sempre com aspecto significativo. Mesmo quando incorporados pelo viés da responsabilidade social empresarial, ou mesclado como questões socioambientais, os requisitos ambientais passam a fazer parte do planejamento das empresas financeiras em seu nível mais elevado – o estratégico.

A partir dessa nova visão, os bancos estabelecem políticas ambientais que, por sua vez, dão contorno a diversos programas organizacionais. Estes alcançam diferentes áreas funcionais, provocam importantes modificações imediatas aos processos decisórios e nos modelos gerenciais, bem como disseminam novos valores. E, certamente, ao agregarem novos elementos à cultura organizacional, potencializam mudanças mais profundas na maneira de gerenciar.

Percebe-se que nos dias atuais há uma evolução no que se refere à consciência da atuação dos bancos sobre a sustentabilidade, visto que ignorar as ações sociais e ambientais pode acarretar em sua exposição, i.e., reputação, ou seja, serão vistos com olhares negativos perante a sociedade civil. As Instituições Financeiras devem entender o tema como um novo jeito de olhar e atuar, enxergá-lo como um novo desafio no mundo empresarial.

Prosseguindo o debate sobre a sustentabilidade nas instituições financeiras apresenta-se a seguir O Protocolo Verde.

Protocolo Verde

Segundo Adami (2008), o Protocolo Verde, foi criado em 1995 e reuniu os principais bancos públicos federais do país, comandado pelo Presidente da República. Com o objetivo de incluir a apreciação da variável ambiental no deferimento de crédito. Os participantes são: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, o Banco do Estado da Amazônia (BASA), a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste do Brasil.

Em harmonia com as diretrizes constitucionais no que cabe ao poder público e à coletividade defender, proteger e preservar o meio ambiente, a Lei 6938, de 31 de agosto de 1981, que cria a Política Nacional de Meio Ambiente, dispõe, em seu artigo 12, que:

As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma da Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA. A Lei prevê, também, para aqueles que não cumprirem as determinações exigidas, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito (PORTAL DO MEIO AMBIENTE, 2009).

Em artigo, Rabelo e Lima (2009), esclarecem que o Protocolo Verde deve ser enxergado como uma iniciativa e não como um exemplo definitivo que pretender aliar economia e meio ambiente a fim de inserir o desenvolvimento sustentável do país.

Martins, Pereira e Amaral (2009) informam que as instituições financeiras que aderem ao Protocolo Verde, passam a ser

seus signatários e devem envidar seus melhores esforços para:

(i) oferecer linhas de financiamento e programas que fomentem a qualidade de vida e o uso sustentável do meio ambiente; (ii) considerar os impactos e custos socioambientais na gestão de ativos e análise de projetos; (iii) promover o consumo consciente; e (iv) informar, sensibilizar e engajar as partes interessadas em políticas sustentáveis (MARTINS; PEREIRA; AMARAL, 2009).

Com o Protocolo Verde, no que se referem aos avanços das questões ambientais, os bancos começaram a enxergar a sustentabilidade de outro ângulo e passaram a dar prioridade de concessão de financiamento a empresas que estão em dia com as ações socioambientais.

Em presença desse cenário, por estarem envolvidas para o bom desenvolvimento das atividades produtivas de seus clientes, algumas instituições financeiras passaram a adotar um conjunto de medidas no que se refere à concessão de financiamento para empreendimentos de grande porte, esse conjunto de exigências socioambientais é conhecido como os Princípios do Equador, que será o próximo assunto a ser revisado.

Os Princípios do Equador

No ano de 2002, na cidade inglesa de Londres, através do International Finance Corporation (IFC) e de um Banco Holandês, que começou a surgir os “Princípios do Equador”. Porém sua definição ocorreu no ano de 2003, em Dusseldorf, na Alemanha. No encontro discutia-se experiências com projetos de novos empreendimentos, que contivessem questões socioambientais nos mercados em desenvolvimento e primeiramente, nas transações com valores elevados (EQUA-

TOR PRINCIPLES, 2017).

Na concepção de Dias e Machado (2007), todos os parceiros comerciais das instituições financeiras, de qualquer atividade econômica, acabam provocando impacto sobre o meio ambiente, causando algum tipo de dano ambiental, pois de uma forma ou de outra, utilizam recursos naturais e geram resíduos ou emissão de gases.

Os Princípios do Equador surgem como mais um instrumento de grande importância para as Instituições Financeiras fomentarem a sustentabilidade em seus negócios.

De acordo com Rabelo e Lima (2009), os Princípios do Equador podem ser vistos como uma iniciativa voluntária, dependem da consciência, das exigências do mercado consumidor quanto a uma postura mais ambiental dos bancos para que assim possam se adotados. Os autores prosseguem enfatizando que embora as críticas sejam constantes, mesmo com uma atuação restrita, os Princípios do Equador são importantes aliados do meio ambiente no mundo dos negócios. Lins e Wajnberg (2007), enfatizam que o Brasil, ocupa uma posição promissora nos Princípios do Equador, pois os maiores bancos do país são signatários, colocando-o em posicionamento de liderança entre os países emergentes.

Segundo Ribeiro e Oliveira (2008), no que diz respeito às diretrizes dos Princípios do Equador, as instituições financeiras possuem o papel de monitorar os processos e determinar como serão realizadas as adequações para posterior liberação de recurso, isso é uma forma de garantir um possível impacto e promover a preservação ambiental.

Desse modo, os Bancos que fazem adesão aos Princípios do Equador, devem exigir de seus parceiros projetos com garantias que possam promover a preservação do meio am-

biente. Ao agregar os riscos ambientais em sua avaliação de concessão de crédito, estarão fazendo uma gestão eficiente e contribuindo para um bom desempenho de suas atividades de financiamentos.

Conforme Rabelo e Lima (2009), existem semelhanças e diferenças entre o Protocolo Verde e os Princípios do Equador. Ambas exigências estão voltadas para públicos diferentes. O Protocolo Verde foi elaborado pelo Governo Federal brasileiro, enquanto os Princípios do Equador foram criados pelo IFC e um Banco holandês. Os autores esclarecem que ambos possuem um objetivo em comum que é inserir a variável ambiental nas suas atividades internas e externas.

Responsabilidade Social Empresarial

A Responsabilidade Social é um tópico cada vez mais importante na conduta das empresas. Pois, vivemos novos paradigmas e as organizações não podem só olhar para si mesma, precisam enxergar mais, precisam enxergar toda a sua cadeia

produtiva. Sua história tem base na ética e é essencial conhecê-la para entendermos os primórdios do seu conceito. De acordo com Montana (2001), desde a década de 70 muitas empresas viraram suas atenções, para significativas áreas de preocupação social e continuam a fazê-lo, ainda que sejam apenas abordagens a títulos de obrigação social com relação à responsabilidade social, são áreas importantes para todas as empresas.

A crescente exposição na mídia dos danos que as organizações vêm causando ao meio ambiente fez surgir a preocupação de que este não ofereça mais condições adequadas para que as empresas operem em um futuro próximo.

Essa exposição, aliada à melhoria do nível educacional da sociedade e a velocidade de disseminação das informações, provocou o surgimento de um novo mercado consumidor, que agora além de informado e esclarecido, tornou-se mais exigente, pressionando as empresas a adotar um modelo de atuação ainda mais responsável.

De acordo com Ashley (2005), nos Estados Unidos e na Europa, a ética e a responsabilidade social corporativa eram vistas como doutrinas até o século XIX, conduzir os negócios de forma corporativa era privilégio do Estado ou da Monarquia e não um direito econômico das organizações. O autor continua fazendo outras afirmações, no início do século XX, surge uma nova legislação, e a premissa é que os lucros seriam para seus acionistas.

Em 1919, a questão da ética, da responsabilidade e da discricionariedade dos dirigentes de empresas abertas veio a público com o julgamento do caso Dodge versus Ford, nos EUA, que tratava da competência de Henry Ford, presidente e acionista majoritário da empresa, para tomar decisões que contrariavam interesses dos acionistas John e Horace Dodge.

[...] a Suprema Corte de Michigan foi favorável aos Dodge, justificando que a corporação existe para o benefício de seus acionistas e que diretores corporativos têm livre-arbítrio apenas quanto aos meios para alcançar tal fim, não podendo usar os lucros para outros objetivos (ASHLEY, 2005, p. 45 e 46).

Do ponto de vista de Karkotli e Aragão (2005), foi somente nos anos 50 e 60 que começou a se discutir sobre a ideia da responsabilidade social vigente e expandir seus horizontes nos Estados Unidos, a partir da guerra do Vietnã. Pois nesta

época, a sociedade repudiou a utilização de armas militares produzidas por empresas norte-americanas, que prejudicavam o meio ambiente e o homem.

As discussões no setor empresarial e acadêmico, sobre a importância da responsabilidade social corporativa teve início nos Estados Unidos e em seguida, no final da década de 60, na Europa (ASHLEY, 2005).

Segundo Instituto Ethos (2016), na Europa dos anos 1970, a sociedade passou a cobrar maior responsabilidade social das organizações. A França tornou-se pioneira, em 1977, na criação de uma lei que obriga empresas com mais de 300 funcionários a publicar os balanços sociais. No Brasil, na década de 80, foi lançado um modelo de balanço social, pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social (FIDES), porém não obteve um resultado satisfatório. No início dos anos 1990, a temática começou a sensibilizar algumas empresas e recebeu forte aceitação por parte de entidades não-governamentais e institutos de pesquisa e pelo engajamento da iniciativa privada nas novas políticas sociais do governo.

Para Lage e Milone (2000), [...] é inimaginável uma instituição buscar sustentabilidade comercial sem conciliar-se com as instituições, culturais e estruturas sociais. Quer seja um serviço de hotelaria, quer seja um pacote aéreo, há um direto envolvimento com a privacidade e expectativa pessoal de quem o adquira ou consuma (LAGE; MILONE, 2000, p. 64).

A maioria dos administradores e de outras pessoas acredita que tanto o governo quanto a comunidade empresarial, têm alguma responsabilidade de resolverem problemas de interesse público e agir no interesse da sociedade. Tanto as

empresas turísticas como governo dependem da aceitação por parte da sociedade à qual pertencem.

Para Melo Neto e Froés (1999), a responsabilidade assume características, englobando o público externo e interno, além do investimento na preservação ambiental, mas não privilegiando uma categoria. Esses autores acreditam que a empresa deve:

- 1) - Dar apoio ao desenvolvimento da comunidade na qual atua;
- 2) - Preservar o meio ambiente;
- 3) - Investir no bem-estar dos funcionários e dependentes, investindo também num ambiente de trabalho agradável;
- 4) - Ter comunicação transparente;
- 5) - Ter sinergia com os parceiros;
- 6) - Satisfazer os clientes e consumidores.

Uma posição em comportamento com a responsabilidade social, melhora a imagem da empresa, pelo fato do consumidor estar cada vez mais atento e consciente, em obter produtos e serviços, destas que têm uma preocupação com o social e o meio ambiente, pois uma imagem negativa da empresa na mente de um consumidor pode trazer consideráveis prejuízos e comprometer os seus objetivos.

As empresas visionárias estão começando a se preocupar mais em se manter “na luta” por uma posição melhor, e esse comportamento social, introduzido em algumas grandes empresas, serve como diferencial, que se bem planejado se tornará a marca registrada da instituição.

Conforme observamos a história da responsabilidade social incorporada no mundo dos negócios é um pouco recente e as organizações tem um papel importante no que se refere a dar continuidade na construção dessa narração. É a sua

própria história o alicerce para o conceito que iremos conhecer a seguir.

Conceito da Responsabilidade Social Empresarial

A sociedade, os consumidores e clientes já reconhecem a responsabilidade social das empresas como um valor permanente. E é através da grande pressão desses agentes sociais por mais transparência no mundo dos negócios que as empresas passaram a praticar ações mais responsáveis.

A responsabilidade social refere-se ao compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, representado através de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativa e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e à sua prestação de contas para com ela (ASHLEY et al., 2003).

Segundo Machado Filho (2006), muitas vezes, a responsabilidade social é confundida com as ações sociais que uma empresa pratica, reduzindo assim o seu escopo com atividades voltadas à filantropia. O autor continua afirmando que tal pensamento é inadequado e distorce a essência do que se espera de uma conduta socialmente responsável das empresas.

Na concepção de Villela (1999), a responsabilidade social é vista como:

O termo responsabilidade social nada mais é que o comprometimento do empresário com a adoção de um padrão ético de comportamento, contribuindo para o desenvolvimento econômico, uma estratégia que não só melhora a qualidade de vida dos seus funcionários, mas a multiplica por meio de

suas famílias, da comunidade, da sociedade. É a empresa atuando como agente social no processo de desenvolvimento (VILLELA, 1999, p. 2).

Assim sendo, fica claro que as organizações devem atuar em parceria com a sociedade na busca de políticas de ações responsáveis. Ações com qualidade ao invés de quantidade e de forma não filantrópica. A responsabilidade social precisa ser incorporada na essência da empresa e ser construída diariamente.

A responsabilidade social também é conhecida pelo termo Balanço Social, conforme afirmam Caetano, Ashley e Gian-santi (2006), e trata-se de um instrumento de gestão com o intuito de fornecer informações de cunho econômico e social, de forma transparente, do que ocorreu e ocorre numa empresa, a todos que participam da sua cadeia produtiva.

Boff (2011), defende que responsabilidade social não pode ser vista como o que conhecemos por obrigação social, ou seja, uma obrigação prevista em lei. Também não deve ser confundida como uma resposta para a sociedade. O autor enfatiza que a responsabilidade social deve ser vista como uma obrigação que as organizações assumem, através da busca por metas que, a médio e longo prazo, sejam boas para a empresa e para a comunidade na qual está envolvida.

O Instituto Ethos define a responsabilidade social empresarial da seguinte forma em seu site eletrônico: Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando

a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2016).

Está se tornando hegemônica a visão de que os negócios devem ser feitos de forma ética, obedecendo a rigorosos valores morais, de acordo com comportamentos cada vez mais universalmente aceitos como apropriados. As atitudes de uma organização precisam desse ponto de vista, caracterizar-se por:

- Preocupação com atitudes éticas e moralmente corretas que afetam todos os públicos envolvidos;
- Promoção de valores e comportamentos morais que respeitem os padrões universais de direitos humanos e de cidadania e participação na sociedade;/respeito ao meio ambiente e contribuição para sua sustentabilidade em todo o mundo;
- Maior envolvimento nas comunidades em que se insere a organização, contribuindo para o desenvolvimento econômico e humano dos indivíduos ou até atuando diretamente na área social, em parceria com governo ou isoladamente (ASHLEY, 2005, p. 7).

A responsabilidade social empresarial teve o mérito de resgatar valores morais que a sociedade, em geral, não associava às empresas. Além de considerar um compromisso permanente dos empresários com a integridade do meio ambiente e com o respeito aos direitos humano, pressupõe uma postura ética nos negócios e a transferência na comunicação com a sociedade.

Do ponto de vista de Martos e Martos(2012, p. 4), a empresa socialmente responsável “é aquela que está atenta no que

se refere a conciliar as expectativas dos seus stakeholders (público) atuais e futuros, com base numa visão radical de uma sociedade sustentável”.

Até o conservador Banco Mundial incorporou os princípios do desenvolvimento sustentável focados no envolvimento dos stakeholders. Desde 1997, no tópico reservado às recomendações dirigido aos gestores dos recursos, uma nova abordagem é incluída nos documentos oficiais da instituição, recomendando às empresas a prática do diálogo com todos os grupos de interesse – e não apenas com as autoridades governamentais –, previamente à implementação do empreendimento (MAY et al., 2003, p. 188).

Evidentemente a responsabilidade social não se limita a atuação de um determinado segmento da sociedade. Ela deve ser encarada como um processo contínuo, que traz benefício a todos, e não como algo que está na moda das passarelas empresariais. O papel das organizações nesse novo cenário está sendo reescrito, e não se resume somente ao capital alcançado, vai além das responsabilidades legais e econômicas.

Para uma boa utilização de ferramentas socialmente responsáveis que contemplem os envolvidos, diretos e indiretos, na vida de uma empresa é necessário um planejamento. O resultado desse planejamento implica em sustentabilidade empresarial, que será a próxima abordagem deste trabalho.

Sustentabilidade Empresarial

Ultimamente é escutado com frequência a palavra sustentabilidade, principalmente no mundo empresarial. Não é à toa, pois as empresas são os principais atores no cenário do desenvolvimento econômico e também são cobradas para desenvolver uma gestão com objetivos ambientais e sociais.

A penetração do conceito de desenvolvimento sustentável no meio empresarial tem se pautado mais como um modo de empresas assumirem formas de gestão mais eficientes, como práticas identificadas com a ecoeficiência e a produção mais limpa, do que uma elevação do nível de consciência do empresariado em torno de uma perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável (MAY et al., 2003, p. 43).

Conforme Araújo et al. (2006), no passado, não muito distante, as organizações empresarias possuíam, exclusivamente, a visão e objetivo principal a obtenção do maior retorno possível sobre o capital investido, ou seja, o lucro. Para tanto, fazia uso das ferramentas disponíveis para estar à frente dos seus concorrentes, conseguindo maiores margens e fatias de mercado. Os autores prosseguem com a reflexão ao afirmar que as mudanças globais, os fatores econômicos, estruturais, as questões do meio ambiente e as questões sociais começam a fazer parte da responsabilidade das empresas. Diante desses questionamentos surge a palavra sustentabilidade. Para que as organizações possam colaborar para a sustentabilidade devem alterar seus processos produtivos, quando for necessário. Isto implica em erguer sistemas produtivos que não causem danos negativos e que os mesmos contribuam para a recuperação de áreas degradadas, oferecendo produtos e serviços que colaborem para a melhoria da atuação ambiental de seus consumidores e clientes.

Segundo Fernandes e Andrade (2010), cada vez mais são evidenciadas as enormes e densas interações entre os sistemas econômicos, sociais e ambientais. É através do desenvolvimento de uma teoria acerca destas relações interdependentes é que será possível programar processos e

desenvolver produtos que sejam agradáveis ao consumo economicamente viáveis e, ainda, que possam colaborar para melhorar a qualidade de vida no planeta. Os autores registraram ainda uma importante reflexão:

Essas velhas dicotomias são falsas e representam uma perspectiva cada vez mais obsoleta. Os objetivos sociais e econômicos não são intrinsecamente conflitantes no longo prazo. Uma economia produtiva e pujante exige trabalhadores educados, seguros, saudáveis e com moradias descentes, que se sintam motivados pelo senso de oportunidades. A competitividade econômica não precisa ser sacrificada para a preservação do meio ambiente, pois a poluição decorrente das atividades empresariais resulta da utilização improduti-va dos recursos (Poter, 1999 apud Fernandes; Andrade, 2010, p. 19).

Para Feldmann(2009), as organizações necessitam entender que sustentabilidade no mundo empresarial passou a ser condição de sobrevivência para as mesmas e para o próprio planeta. O autor afirmar ainda que, “as empresas precisam internalizar a importância da sustentabilidade, com a visão de médio e longo prazo, e compreender que se deve exercê-la numa atuação estratégica”.

É visível que um dos grandes desafios da humanidade é edificar uma sociedade justa, moderna e sustentável. E nessa construção as empresas possuem uma parcela considerável de contribuição. “O setor empresarial precisa está atento a tal preocupação e, buscar a criação de projetos empresariais voltados à sustentabilidade” (DUARTE; TORRES, 2005).

Segundo com Karkotli e Aragão(2005), a carência de recursos pode contribuir para paralisar o ciclo de produção que

movimenta a economia e o mercado global, e consequentemente atingir as empresas, que atualmente, em alguns casos, já são vistas como vilãs. A consciência da existência de problemas causados “pelo processo econômico implica na necessidade de reavaliar os seus esforços no que se referente aos debates sobre as questões ambientais” (SILVA, 2012, p. 11).

A quantidade e seriedade dos problemas ambientais que as sociedades vêm enfrentando nas últimas décadas, em nível global, imputam à própria economia a necessidade de analisar e reavaliar a questão ambiental e suas relações com o permanente desenvolvimento econômico e tecnológico (KARKOTLI; ARAGÃO, 2005, p. 96).

Na concepção de Cruz (2009), numa sociedade em rápida transformação, onde o sucesso das empresas, geralmente é, medido através do resultado financeiro, e onde os bens tramitam de mãos assim como as ideias, a sustentabilidade empresarial brota como um princípio essencial para realizar negócios num mundo interdependente, sendo o alicerce para que as organizações mapeiem seu roteiro futuro. O autor prossegue afirmando que os executivos “também devem levar em conta os impactos sociais, econômicos e ambientais sobre qualquer participante com algum interesse no desempenho da organização” (SAVITZ, 2007, p. 22).

Chiaravalloti (2016), argumenta que é cada vez mais comum surgir entre as empresas a ambição de se transformar em uma organização sustentável. Entretanto, são poucas as que conseguem efetivamente ultrapassar a barreira entre a pretensão e a efetivação. O autor alega ainda, que poucas organizações, realmente se empenham e se esforçam para se adequar a essa nova política e o mais importante, elas têm tido um enorme sucesso econômico, pois a incorporar a sus-

tentabilidade de forma cotidiana, enxergando assim, que as questões ambientais e sociais fazem parte do crescimento econômico.

De acordo com Nogueira (2004, p. 5), “o que está em jogo não é somente a adesão a um movimento que tem ganhado força ao longo dos últimos anos e sim a filosofia da empresa, as razões que orientam suas escolhas”.

Conforme o exposto, observar-se que a princípio a sustentabilidade surgiu nas empresas como tendência exigida não só pela sociedade, mas também pelo seu mercado de atuação e atualmente passou a ser percebida como uma estratégia para a sua sobrevivência. Para algumas organizações pode parecer uma estratégia difícil de ser implementada, porém, é economicamente viável. E a nova lógica de gestão, exige das empresas uma postura diferenciada. Uma empresa é sustentável quando utiliza um conjunto de medidas socialmente responsáveis que contemplam toda a sua cadeia de produção. Medidas essas, que abrangem as dimensões ambientais, sociais e econômicas, formando assim o tripé da sustentabilidade. “Embora haja um crescimento perceptível da mobilização em torno da sustentabilidade, ela ainda está mais focada no ambiente interno das organizações, voltada prioritariamente para processos e produtos”. É um grande avanço, sem dúvida nenhuma, tomando-se como marco o ano de 1992; “mas ainda falta muito para que as empresas se tornem agentes de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto” (MAY et al., 2003, p. 43).

O Tripé da Sustentabilidade Empresarial

A sustentabilidade empresarial tem como base três colunas: social, ambiental e econômica. São elas que amparam o

conceito do desenvolvimento sustentável. É com esses três pilares de apoio que as organizações deverão trilhar os seus caminhos rumo a um presente e futuro planeta sustentável.

O conceito Triple BottomLine ou Tripé da Sustentabilidade, segundo Figueiredo e Paiva (2008 apud Dias, 2011, p. 46), foi apresentado por John Elkington, em 1994, “ele pretendia disseminar a teoria de que as empresas deveriam medir o valor que geram, ou destroem, nas dimensões econômica, social e ambiental”, conforme figura abaixo ilustrada:



Figura 2. Visão da perspectiva do Tripé da Sustentabilidade (Fonte:DIAS, 2011, p. 46).

A Figura 2 representa a forma como as organizações deveriam visualizar a sustentabilidade, ou seja, através de três esferas: social, ambiental e econômica.

Pieratti (2009) também trata o Triple BottomLine, como os 3Ps (People, Planet and Profit), ou, em português, Pessoas, Planeta e Lucro (PPL); no qual inseridos os aspectos econômicos, ambientais e sociais. Cirelli e Kassai (2010), enfatizam que os três pilares da sustentabilidade devem interagir de

forma que possua uma sinergia na estrutura organizacional que resulte na otimização das decisões estratégicas para uma eficácia nas suas ações e operações.

O conceito apresentado por John Elkington e, seguido por outros autores, tem o intuito de demonstrar para as organizações que as mesmas precisam se preocupar com variáveis que possam causar impacto em seu ramo de atuação, bem como colaborar para a preservação da vida para as futuras gerações. Estas recebem valor por parte da sociedade quando adotam a postura na dimensão social, ambiental e econômica.

Contudo, nem sempre as empresas elaboram os projetos que contemplam os três pilares de forma equilibrada. Segundo Ruthes(2007), o que se analisa é que muitas organizações dividem os pilares em projetos modulares, reservados a poucos indivíduos e trabalham a sustentabilidade de maneira separada, no contexto imediato Durante a abertura do HSM ExpoManagement 2010, o palestrante John Elkington, cofundador da Organização Não Governamental (ONG) SustainAbility e criador do conceito Triple BottomLine, o qual completará 16 anos, alerta que “As empresas acham difícil olhar por meio destas três lentes ao mesmo tempo”. A lente social, ambiental e econômica. Para ele o motivo desta dificuldade pode estar ligado ao fato de que não existem prioridades claras nas organizações quando o assunto é a sustentabilidade (HSM, 2017).

As mutações no ambiente dos negócios estão cada vez mais frequentes, e conseqüentemente fazem cobranças das empresas no tocante às atitudes flexíveis e transparentes, integradas ao conceito de sustentabilidade.

A organização sustentável será aquela que, além de gerar lucro para os acionistas, conseguirá, ao mesmo tempo, pro-

teger o meio ambiente e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com as quais mantém interação, aliando, assim, os interesses dos negócios aos interesses do meio ambiente e da sociedade (CRUZ, 2009).

O resultado desse tríplice aliança será a homeostase entre nós, sociedade e empresas, e entre a natureza.



Banhados e perfumados com o texto acima, colocado aqui como uma espécie de resumo teórico a respeito de conceitos de desenvolvimento sustentável e do tripé do desenvolvimento regional; rogo a todos que conhecerem as propostas a seguir explanadas, de forma bastante simples, e bastante objetiva, que possam pensar, repercutir, criticar e ampliar, posto que são sementes para programas de governo e para projetos de empresas e também de organizações de terceiro setor interessados em construir pontes entre os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e do Mato Grosso.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DE PROGRAMAS ESTRUTURAIIS NO P.P.A. (plano plurianual) DOS ESTADOS DA REGIÃO GEOGRÁFICA DO AC, AM, RO e MATO GROSSO

O título dessa proposta é bastante literal, como muitas propostas e projetos elencados em vários artigos e nos meus livros editados desde a década passada, recorro a linguagem direta para promover possibilidade de debate e ganho de escala e produtividade; com o desenho de cenários nacionais, regionais, com a geopolítica que as nações de todo o planeta vem construindo ao longo desse novo milênio, é muito importante que os governadores, presidentes de assembleias legislativas, empresários de pequeno, médio e grande porte, em especial os exportadores, possam olhar para essa região que eu chamo de “região sul da Amazônia brasileira” composta pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e o Mato Grosso. O exercício desse ano em curso (2023) é tarefa dos gestores públicos apresentar, debater, discutir os melhores caminhos e aprovar o planejamento plurianual (P.P.A.) para os anos de 2024/2027 onde no texto das diretrizes legais, os poderes constituídos em torno do Estado, registram suas expectativas de receitas oriundas do arcabouço fiscal da cobrança de tributos, taxas e outros e também define suas despesas ordinárias, o custeio e os valores para investimentos em infraestrutura, logística, recursos humanos, políticas públicas alternativas e recursos financeiros para tempos de contingenciamentos. Ao se observar o traçado da BR 364 apenas no trecho que liga Cuiabá- Porto Velho-Rio Branco, percebe-se que inúmeros negócios de todo porte, relacionados com atividade das cadeias da agricultura e da pecuária, são a espinha dorsal da arrecadação pública e da formação do VBP (Valor Bruto da Produção) e do PIB (Produto Interno Bruto) desses estados e de aproximadamente 96 municípios pertencentes a essa “região geográfica do entorno da BR

federal 364”. Nessa obra, estamos fazendo uma espécie de alerta para a importância desse alinhamento entre os PPA do Amazonas, Acre, Rondônia e do Mato Grosso para que ao longo desta década os atuais níveis de prosperidade – com números garbosos que podemos verificar em pesquisas de rotina, e mesmo nesse livro, onde tive o cuidado de dar o registro com tabelas, gráficos e números dos resultados do agronegócio desses estados; procurando requerer a esses agentes públicos, gestores de várias políticas públicas na esfera de Estado para que busquem no alinhamento de estratégias, inclusive com a bancada federal desses estados e com os Ministérios, no caso, com a União, possamos vislumbrar bases orçamentárias e projetos que garantam a continuidade de resultados positivos na economia rural. Muitos temas carecem nossa atenção ao longo do ano em curso para que esse alinhamento dos PPA possa realmente dar o tom de promover essa garantia de continuidade, entre esses temas, podemos destacar por exemplo a duplicação de determinados trechos da BR 364, a necessidade de investimentos e ampliação dos portos públicos e portos privados – rede fluvial; alinhamento das alíquotas de ICMS para os produtos da cesta básica alimentar que promova a garantia de segurança alimentar para a base da pirâmide social; a redução progressiva da alíquota de ICMS de combustíveis, energia elétrica e dos insumos para agricultura e a pecuária, bem como a edição (por leis estaduais em cada um dos entes dessa chamada região de fronteira e mesmo no estado do MT) de PROGRAMAS ESTADUAIS DE INVESTIMENTOS PUBLICOS E PRIVADOS EM PROJETOS DE INOVAÇÃO, e ainda em PROGRAMAS DE INCENTIVO TRIBUTÁRIO para atrair investidores nacionais de outras regiões do Brasil; Criação de uma Agência Regional de Estudos e Promoção de Negócios de Ativos Verdes entre outras propostas que guardem o propósito de ampliar a produção e garantir a

qualidade dos produtos e dos serviços de empresas pertencentes a essa região. Temas estratégicos como aqueles relacionados com a matriz energia e combustíveis que podem dar um diferencial para a implantação de plantas empresariais e industriais, e programas estaduais de investimentos e de incentivos tributários são por assim dizer a coluna, mas é preciso debruçar um pouco no conceito de Desenvolvimento Regional que abrange o tema dessas propostas aqui referidas e de outras que certamente surgirão ao longo dos vários encontros e debates entre os mais variados atores sociais, políticos e econômicos que demonstrar interesse e aptidão para tal. Nesse sentido, falando em termos acadêmicos e científicos, desde o final da segunda guerra mundial, um número de teóricos e acadêmicos, políticos, estadistas, pensadores e empreendedores do mundo tem percebido que a união de propósitos de determinadas regiões geográficas que abrangem recortes regionais de estados nacionais, no caso da Europa por exemplo ou de regiões geográficas de países com dimensões geográficas maiores como o caso do Brasil e EUA, cidades ou estados ou departamentos, como sejam suas referências, carecem de alinhamento de políticas para alcançar objetivos comuns, inclusive de cooperação e redução programada de barreiras tributárias e burocracias comerciais ou mesmo do protecionismo tão praticado. Aqui no caso dessa obra que reza um mantra de desenvolvimento regional dos estados do MT, AC, RO e AM considerando esse recorte geográfico e as várias possibilidades de desenvolvimento com cooperação, urge o debate técnico, econômico, político e empresarial de modo que essa região seja vista autenticamente como um grande projeto de desenvolvimento regional sustentável para a produção agropecuária e a bioeconomia. Vamos recorrer ainda, para reflexão e registro ainda de conceitos, os moldes formulados pelo grande economista Celso Furtado.

Desenvolvimento Regional na perspectiva de Celso Furtado.

Grande parte da produção intelectual brasileira sobre desenvolvimento regional no período recente (isto é, nas últimas três a quatro décadas) faz referência, direta ou indiretamente, à obra de Celso Furtado (BERCOVICI, 2003; CANO, 1998 [1981]; DINIZ, 2009; OLIVEIRA, 1981; TAVARES, 2011). É, sem lugar à dúvida, uma razão suficiente para não se ignorar a sua importante contribuição. Por isso, nesta seção sumarizam-se e se comentam algumas publicações do economista paraibano em que a problemática do desenvolvimento regional emerge de forma mais destacada. A mais importante obra de Celso Furtado – reconhecido clássico da história econômica do Brasil – indica não apenas que o tema deveria merecer atenção, mas também que a questão regional deveria ser adequadamente contextualizada. Por exemplo, ao referir-se à relevância do café na conformação territorial da economia brasileira, afirma: o desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração. O rápido crescimento da economia cafeeira – durante o meio século compreendido entre 1880 e 1930 – se por um lado criou fortes discrepâncias regionais de renda per capita, por outro dotou o Brasil de um sólido núcleo em torno ao qual as demais regiões tiveram necessariamente de articular-se [...] a região rio-grandense [...] foi a primeira a beneficiar-se da expansão do mercado interno induzido pelo desenvolvimento cafeeiro [...] A articulação com a região nordestina se faz por intermédio da própria economia açucareira [...] Por último a Amazônia se incluiu entre os beneficiários da grande expansão da região cafeeira-industrial (FURTADO, 1977, p. 237). Pouco adiante, indicará como o processo de industrialização – conquanto favoreça a constituição do

mercado interno por intermédio da ‘articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração’ – concorrerá para o aumento das disparidades entre as regiões, à base da concentração de terras naquelas em que se vai verificar uma perda de importância da agricultura de subsistência: Da perspectiva do território brasileiro, os espaços nos quais as terras permanecem mais concentradas são aqueles do Norte/Nordeste, nos quais diminuiu a relevância das lavouras tradicionais. Será essa dinâmica, impulsionada a partir dos anos 1930 pela industrialização, que alimentará não apenas as desigualdades sociais que se perpetuam no país, mas também as disparidades inter-regionais (FURTADO, 1977, p. 237-238). Em “perspectivas da economia brasileira” (publicado em 1958), Celso Furtado procede a uma divisão em dois sistemas econômicos principais para identificar ‘problemas de disparidade regional’ no território brasileiro. Note-se que ele os associa ao desenvolvimento (industrial) orientado pela ação dos agentes privados no mercado, em consequência do que as desigualdades se vieram esgarçando no tempo: Seria grave equívoco supor que esses problemas de disparidade regional se resolverão espontaneamente e que por isso não devem constituir preocupação central da política geral de desenvolvimento. Tudo indica que nos últimos 15 anos

[...] as disparidades regionais se acentuaram. O desenvolvimento está contribuindo, portanto, para agravar essas disparidades e não para resolvê-las (FURTADO, 2012 [1958], p. 61). Ao aí conferir centralidade à problemática regional, Celso Furtado convida a enfrentar as referidas disparidades, inscrevendo-a em um programa nacional de desenvolvimento: “As políticas regionais de desenvolvimento pressupõem uma compreensão dos objetivos nacionais de desenvolvimento” (FURTADO, 2012 [1958], p. 64). Nos anos 1960, num trabalho menos citado, o economista paraibano chegou a diag-

nosticar (e a propor estratégias para enfrentar) o que então chamou de ‘descontinuidades subnacionais’. Diagnóstico e política, porém, se encaixavam em ousado esboço de ‘teoria sobre estruturas espaciais’, em que inferia serem os diversos critérios derivados da análise setorial e regional uma questão de decisão política (FURTADO, 1967). Mais tarde, no início dos anos 1980, sobretudo, em “o Brasil pós-milagre”, a questão regional ganharia sofisticação na sua preocupação com o Nordeste. Para dela tratar, volta a distinguir o território brasileiro em dois espaços distintos, reiterando sua preocupação com as disparidades regionais, agravadas no período em que o país acelerara a sua industrialização: Os problemas mais difíceis que nos afligem na fase atual, quando completamos um século de esforços pelos caminhos da industrialização, refletem de uma ou outra forma essa rachadura criada pelas dissimetrias entre as duas regiões que são as matrizes de nossa nacionalidade (FURTADO, 1981, p. 120). No entanto, na sequência, Celso Furtado elabora um argumento que permitiria explicar a ‘rachadura’ diagnosticada: “Queiramos ou não, os grandes problemas do Brasil somente podem ser diagnosticados se se tem do país uma visão que leve em conta a fratura fundamental dessa desigualdade regional” (FURTADO, 1981, p. 120). Seu argumento partirá, pois, da construção de ‘uma visão que leve em conta a fratura’ verificada no território. Tal visão não poderia cingir-se a considerar a região-problema, o Nordeste, dissociada da região na qual as forças produtivas se encontram mais desenvolvidas, o Centro-Sul. E que influência esta vinha exercendo sobre a região-problema? A resposta, na época, bastante original, era de que o Nordeste se tornara espaço de industrialização complementar à região mais desenvolvida: As relações estruturais que vieram a prevalecer fazem que a industrialização nordestina seja, no essencial, uma prolongação do desenvolvimento industrial do Centro-Sul,

e só secundariamente uma resposta aos requerimentos da população local (FURTADO, 1981, p. 122). Pouco mais adiante, o argumento vai se completando. A realidade configurada pela ‘rachadura’, captada por uma visão ampla das assimetrias referidas, se explica pela necessidade do capital (acumulado na região mais desenvolvida) se expandir. A sua expansão implica, simultaneamente, uma desorganização das atividades tradicionais e a organização de atividades novas, mobilizadoras dos recursos agora disponíveis², com vistas não ao atendimento de demandas concretas da população nordestina, mas à produção do que é definido desde a região mais desenvolvida: ao transformar-se num espaço em que se localizam atividades industriais complementares da economia do Centro-Sul, o mercado de bens de consumo nordestino teve de adaptar-se à estrutura da oferta de produtos industriais que se origina na região de maior desenvolvimento relativo. A nova dependência reside exatamente na subordinação à lógica de uma industrialização que abarca o conjunto do país e é comandada do Centro-Sul, transformando-se o Nordeste em simples apêndice de um mercado dominado por uma clientela de nível de renda mais alto e onde se exacerbam as tendências consumistas (FURTADO, 1981, p. 123-124). Se, em escala nacional, a industrialização definida desde a região mais desenvolvida gerava desigualdades sociais e espaciais, a sua expansão em direção à região-problema tendia não somente a ampliar as distâncias entre os dois sistemas econômicos principais, como a gerar disparidades (sociais e intra-regionais) ainda maiores no Nordeste, na medida em que as decisões fundamentais tinham origem no Centro-Sul do país: o quadro estrutural das relações inter-regionais que emergiu da industrialização recente opera no sentido de aprofundar a dependência do Nordeste: o mercado da região é cada vez mais um complemento do mercado do Centro-Sul e os in-

vestimentos industriais que aí se realizam subordinam-se à lógica da economia do Centro-Sul; destarte, as malformações do desenvolvimento desta última aparecem ampliadas na região mais pobre (FURTADO, 1981, p. 125). O argumento furtadiano não apenas se valeria de dados empíricos que o comprovavam cabalmente, mas também repousava em uma interlocução com outras dimensões que, com elegância rara entre economistas, o completavam. Com efeito, poucas páginas adiante, faria comparecer elementos – não-econômicos – que moldariam o quadro no qual contextualizaria seu argumento, com especial destaque para a cultura e a história, afirmando, por exemplo, que: “A identidade do brasileiro tem raízes em sua inserção regional, reflete um sistema de valores que cristalizou, a partir de elementos comuns ou não, em cada sub-região do imenso território do qual se assenhorou a Coroa portuguesa” (FURTADO, 1981, p. 138). E, logo em seguida, assinalando um dos traços mais relevantes da formação do Brasil, observaria que: “O problema inicial era [...] o da fragilidade dos vínculos entre grupos de população espalhados em um vasto território, quase sempre articulados de forma autônoma a centros econômicos no exterior” (FURTADO, 1981, p. 139). É certo que, com o tempo, neste vasto território, as diferentes regiões acabariam por articular-se umas com as outras, produzindo-se uma coesão interna mínima. Qual seria, porém, a alternativa a um desenvolvimento que se fundava na dependência das diversas regiões em relação a centros econômicos mais dinâmicos, que desconhecia identidades e valores, impondo sua lógica quase que inexoravelmente a todos os espaços que lhe são periféricos? Novamente, a resposta do economista paraibano surpreende por recorrer a elementos não-econômicos, afirmando que “O desenvolvimento do Nordeste terá que ser inventado na própria região a partir de sua realidade ecológica e do patrimônio cultural que cimenta a identidade dos

nordestinos” (FURTADO, 1981, p. 152).

A “questão regional” ainda receberia atenção de Celso Furtado, como no capítulo sétimo – “O Nordeste: novo modelo de desenvolvimento?” – de livro que publicaria pouco depois (FURTADO, 1982b). Contudo, ele retomaria o assunto, inclusive, recuperando a visão ampla com que já o havia abordado, em um breve, mas penetrante exame do federalismo brasileiro, observando: Como somos um país com fronteiras que se deslocam permanentemente dentro do próprio território, nosso conceito de região é necessariamente dinâmico. Mas essa consciência de unidade nacional, dentro de um espaço que se expande, coexiste com o senso de identidade que se definiu historicamente em cada região particular. A identidade do brasileiro tem raízes em sua inserção regional... (FURTADO, 1999, p. 47). Aí, como se percebe, explicitaria a sua preocupação com o desenvolvimento regional, contrastando a ‘consciência da unidade nacional’ – que, não por acaso, se afirmava com o centralismo que caracterizaria o primeiro governo Vargas³ – com o sentimento de identidade regional. Neste período, em que se desencadearia no país “o verdadeiro processo de industrialização” (FURTADO, 1982a, p. 20), induzido pelo Estado e, por isso, mais autônomo em comparação com o que ocorrera anteriormente, articular-se-iam as regiões brasileiras entre si, constituindo, finalmente, uma unidade econômica com vinculações e complementaridades outrora inexistentes. Assim: “Sem desconhecer os aspectos negativos das desigualdades regionais que se agravavam, não se pode ignorar que nessa época [anos 1930] foi forjada uma sólida interdependência inter-regional” (FURTADO, 1999, p. 51). Mais adiante, ler-se-ia que “a industrialização apoiada no mercado interno deu origem a vínculos profundos entre regiões que antes mantinham entre si escassas relações econômicas” (idem, p. 52). Ao meditar

sobre como evoluiu o federalismo brasileiro, o economista paraibano parte de seu diagnóstico das disparidades regionais para propor uma alternativa política, ajustada à institucionalidade político-administrativa então vigente, sugerindo que: não seria fora de propósito discutir a possibilidade de uma esfera regional de poder. A fórmula a ser encontrada deveria preservar os estados atuais e, mediante a inserção do poder regional, buscar corrigir os aspectos mais negativos das desigualdades demográficas e territoriais existentes (FURTADO, 1999, p. 55). Reconhecendo que o processo de centralização promovido pelos governos militares se tenha exacerbado, ultrapassando os limites de governabilidade de regiões tão diversas em aspectos (tanto socioeconômicos e políticos quanto também culturais e ecológicos) essenciais, Celso Furtado recomendaria que a transferência de poder às instâncias locais e regionais se baseasse numa cuidadosa estratégia de planificação, de molde a contemplar os interesses e as necessidades identificáveis no território. Em suas palavras: “A descentralização regional do poder central deveria ser acompanhada de um planejamento plurianual que permitisse compatibilizar as aspirações das distintas regiões” (FURTADO, 1999, p. 56). Que balanço se poderia fazer da contribuição de Celso Furtado para a questão regional no Brasil? Em apertada síntese, e considerando somente as publicações acima selecionadas (notando-se que entre a primeira e a última há um intervalo de 40 anos), pode-se reconhecer uma análise perspicaz da lógica econômica que tem governado o desenvolvimento brasileiro e suas repercussões sobre o território. Não obstante se manifestasse sobre economia como economista (que considerava um cientista social), examinou a problemática regional brasileira considerando suas inúmeras implicações. Se, porém, fosse preciso resumir o diagnóstico furtadiano, poder-se-ia vaticinar que ele desvendou a natureza do processo de desenvolvimento

desigual que preside a economia brasileira, uma economia subdesenvolvida porque periférica; e se fosse preciso resumir a estratégia furtadiana para enfrentar o desenvolvimento regional desigual, poder-se-ia sopesar que, desde uma visão global, ele privilegiou a política, em seu sentido mais nobre, como meio de desmontar os mecanismos que têm perpetuado e, mesmo, agudizado as disparidades inter-regionais no Brasil. O recorte teórico costurado aqui nessa obra, sob a luz candente de Celso Furtado, nos revela que apesar de já existir desde meados do ano de 2017 o Consorcio Interestadual da Amazônia, com sede administrativa em Brasília (DF) com a missão de em derredor dos nove (09) gabinetes dos governadores, municiados com seus vários assessores técnicos e com, certamente, seus conselheiros políticos, esse recorte do sul da Amazônia, com o detalhe da fronteira com a Bolívia, banhados por rios milenares e ainda, com estilos de vida e biomas específicos, portanto, com uma economia diferenciada do resto do Brasil, essa região carece de uma Agência de Fomento que reúna recursos humanos (capital intelectual), recursos financeiros (públicos e privados) e recursos empresariais e de terceiro setor (sociedade civil organizada) para conhecer e apoiar projetos de inovação e desenvolvimento das diversas cadeias produtivas relacionadas com a economia verde, a economia criativa e o desenvolvimento sustentável. Ora, acrescentar os interesses dos estados do MT, RO, AC e AM num alinhamento para o PPA em construção é prover bases práticas de manutenção e ampliação dos resultados até aqui obtidos, sendo que ao dar as mãos esses gestores públicos, essas bancadas federais e as empresas e a sociedade, hão de inaugurar e promover projetos e programas que consolidem o desenvolvimento de quase uma centena de cidades, beneficiando com segurança um número de mais de 4 milhões de brasileiros. Nessa obra temos os registros dos VBP desses estados e seus PIB que respaldam

demasiado a defesa das várias propostas que defendemos, sendo que um alinhamento operacional nas esferas públicas e o alcance desse alinhamento, como natural desdobramento, para empresas, projetos de inovação, pesquisa e aplicação prática em unidades de conservação, florestas públicas e privadas, com manejos florestais sustentáveis, com a prática dos conceitos formais de desenvolvimento sustentável e respeito a legislação vigente, a região aqui definida como “região geográfica de fronteira do sul da Amazônia”, poderá em oito anos duplicar seus índices de êxito, dosando com investimentos públicos e privados a base de toda prosperidade: empresas sadias e capital humano preparado para os inúmeros desafios desse novo milênio.

DADOS GERAIS DO AGRO

Uma curiosidade importante para essa região geográfica de fronteira.

Pouca gente sabe que uma das mais extensas rodovias federais nasce em Limeira (SP). Trata-se da BR-364, que liga São Paulo ao Acre; OU, SE PREFERIR falando em ligações internacionais: a BR federal 364 liga o Brasil à Bolívia e ao Peru. Na verdade, a BR-364 é a união de uma série de rodovias estaduais – no caso de Limeira, da via Anhanguera (mais precisamente a partir do km 153, seguindo pela SP-310, ou Rodovia Washington Luís). “A estrada, que liga as cidades de Limeira (SP) a Rodrigues Alves (AC), passa ainda pelos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Iniciada nos anos 60, é considerada uma rodovia importante para o escoamento da produção nas regiões Norte e Centro-Oeste”, descreve a Agência Câmara, órgão oficial de divulgação das ações da Câmara dos Deputados.



Falando dos trechos relacionados com os estados do MT, AC e RO, é fato que a última década quando o fluxo de transporte de mercadorias, bens e serviços praticamente duplicou ou triplicou, há que se reforçar estudos no sentido de realizar a duplicação.

“De acordo com levantamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) feito em janeiro (...), quatro dos sete trechos que compõem a BR-364 em Rondônia estão em estado de ‘atenção’, com obras em execução, buracos e até risco de nos contaminar 15 km próximos à divisa com o Acre”, informa a Agência Câmara. Ao longo desse ano, onde os governos estão preparando o PPA e que também a União está com foco em apresentar seu planejamento para o próximo período compreendido entre 2024 a 2027, torna-se seguramente um tema de ampla aceitação a destinação de recursos federais e estaduais e inclusive no estilo de PPP – parcerias público e privada, para que o fluxo econômico dessa importante artéria federal possa continuar cumprindo sua missão regional, agregando valor a produção e comercialização para esses estados de vocação rural. É fato que a rodovia BR-364 é a única opção de ligação, por via terrestre, entre os estados do Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e toda a Amazônia, se consideramos o modal fluvial do complexo modelo econômico fluvial da Amazônia brasileira. Note que as possibilidades de agregar naturalmente todos os municípios do estado do Amazonas no conceito (ou pretensa definição de região geográfica) que abordamos nessa obra como uma região geográfica de fronteira de desenvolvimento regional, em breve podemos agregar o estado de Roraima dada a sua condição de ligação e proximidade com a realidade de Manaus (AM) e por suas características similares de produção e contexto de Amazônia. Se você acrescentar dados gerais de

todas as cidades do trajeto identificado acima no mapa em referência, ampliando sua análise e visão de futuro, perceberá que a manutenção dos índices de geração de trabalho, emprego, renda e sustentabilidade econômica das famílias residentes, depende da sintonia entre Estado, Mercado e sociedade civil, e que, as formas mais usuais disso ocorrer é na elaboração de PPA da União, dos Estados e dessas cidades, todas essas cidades, resguardando esse mesmo alinhamento, o que cria condições de garantias de investimentos nas empresas e no ciclo previdente e esperado de produção e riqueza. A seguir vamos conhecer dados gerais da produção atual dessas riquezas como forma de embasar todo o desenvolvimento das ideias contidas nas nossas propostas, com a firme convicção de colaborar com o desenvolvimento regional das coisas, dos negócios, dos estados, das políticas públicas, das empresas e das famílias residentes.

Ranking Rondônia / Brasil (VBP em R\$)			
Cultura	Posição	Valor em R\$	
Café Conilon	2	R\$	2.443.024.317,67
Cacau	4	R\$	55.182.158,67
Café Total	5	R\$	2.443.024.317,67
Arroz	7	R\$	190.526.186,06
Algodão	9	R\$	162.707.301,00
Milho	12	R\$	1.924.336.469,81
Soja	14	R\$	4.496.279.760,60
Amendoim	14	R\$	529.291,33
Banana	15	R\$	207.097.166,30
Uva	15	R\$	329.792,79
Laranja	20	R\$	4.159.241,98
Mandioca	21	R\$	182.326.748,96
Tomate	22	R\$	3.885.608,98
Feijão	22	R\$	33.023.065,86
Cana de açúcar	23	R\$	3.270.315,91

Ranking Rondônia/ Região Norte (VBP em R\$)			
Cultura	Posição		Valor em R\$
Café Total	1	R\$	2.443.024.317,67
Café Conilon	1	R\$	2.443.024.317,67
Milho	1	R\$	1.924.336.469,81
Algodão	1	R\$	162.707.301,00
Uva	1	R\$	329.792,79
Arroz	2	R\$	190.526.186,06
Cacau	2	R\$	55.182.158,67
Amendoim	2	R\$	529.291,33
Soja	3	R\$	4.496.279.760,60
Banana	3	R\$	207.097.166,30
Tomate	3	R\$	3.885.608,98
Feijão	4	R\$	33.023.065,86
Cana de açúcar	4	R\$	3.270.315,91
Laranja	5	R\$	4.159.241,98
Mandioca	6	R\$	182.326.748,96

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ANO 2.022

RANKING	UF	ANO 2022	%
1	Mato Grosso	210.848.234.237	17,7%
2	São Paulo	142.692.321.548	12,0%
3	Paraná	142.149.107.392	12,0%
4	Minas Gerais	132.341.922.460	11,1%
5	Goiás	107.101.205.505	9,0%
6	Rio Grande do Sul	92.366.221.405	7,8%
7	Mato Grosso do Sul	70.940.010.975	6,0%
8	Bahia	52.505.543.207	4,4%
9	Santa Catarina	49.434.289.973	4,2%
10	Pará	27.823.895.840	2,3%
11	Rondônia	20.947.696.010	1,8%

Ranking Rondônia/culturas (VBP em R\$)		
Cultura		Posição
Soja	R\$	4.496.279.760,60
Café Total	R\$	2.443.024.317,67
Café Conilon	R\$	2.443.024.317,67
Milho	R\$	1.924.336.469,81
Banana	R\$	207.097.166,30
Arroz	R\$	190.526.186,06
Mandioca	R\$	182.326.748,96
Algodão	R\$	162.707.301,00
Cacau	R\$	55.182.158,67
Feijão	R\$	33.023.065,86
Laranja	R\$	4.159.241,98
Tomate	R\$	3.885.608,98
Cana de açúcar	R\$	3.270.315,91
Amendoim	R\$	529.291,33
Uva	R\$	329.792,79

População - Numero de Habitantes

ESTADO (uf)	População
Mato Grosso (2.022)	3.784.239
Rondônia (2.022)	1.579.626
Amazonas (2.022)	3.952.262
Acre (2.022)	894.470

Sobre o PIB – Produto Interno Bruto

O PIB mede apenas os bens e serviços finais para evitar dupla contagem. Se um país produz R\$ 100 de trigo, R\$ 200 de farinha de trigo e R\$ 300 de pão, por exemplo, seu PIB será de R\$ 300, pois os valores da farinha e do trigo já estão embutidos no valor do pão.

Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados.

O PIB não é o total da riqueza existente em um país. Esse é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional.

Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. Se um país não produzir nada em um ano, o seu PIB será nulo.

Cálculo do PIB

Para o cálculo do PIB, são utilizados diversos dados; alguns produzidos pelo IBGE, outros provenientes de fontes externas. Essas são algumas das peças que compõem o quebra-cabeça do PIB:

Balanço de Pagamentos (Banco Central)

Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ (Secretaria da Receita Federal)

Índice de Preços ao Produtor Amplo - IPA (FGV)

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE)

Produção Agrícola Municipal - PAM - (IBGE)

Pesquisa Anual de Comércio - PAC (IBGE)

Pesquisa Anual de Serviços - PAS (IBGE)

Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF (IBGE)

Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa (IBGE)

Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física - PIM-PF (IBGE)

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC (IBGE)

Pesquisa Mensal de Serviços - PMS (IBGE)

O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia em análise. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo. Muitos outros fatores agregados, internos e externos podem dar o real tom do nível da qualidade de vida dos residentes, inclusive o contexto cultural, religioso, e a visão de mundo e de futuro dos seus líderes e sua população.

**PIB - ESTADOS ano 2.020
(IBGE)**

UF	Bilhoes (R\$)
Acre	16.476
Alagoas	63.202
Amapá	18.469
Amazonas	116.019
Bahia	305.321
Ceará	166.915
Distrito Federal	265.847
Espírito Santo	138.446
Goiás	224.126
Maranhão	106.916
Mato Grosso	178.650
Mato Grosso do Sul	122.628
Minas Gerais	682.786
Paraná	487.931
Paraíba	70.292
Pará	215.936
Pernambuco	193.307
Piauí	56.391
Rio de Janeiro	753.824
Rio Grande do Norte	71.577
Rio Grande do Sul	470.942
Rondônia	51.599
Roraima	16.024
Santa Catarina	349.275
Sergipe	45.410
São Paulo	2.377.639
Tocantins	43.650

Agradecimentos Especiais

A meu pai Francisco Paulo de Oliveira e aos amigos:

Pedro Calmon Pepeu Vieira Garcia Santana economista e empresário na cidade - Belém - PA;

Martinho Luiz Gonçalves Azevedo economista e consultor na cidade de Manaus - AM;

Celso Ceccato advogado e pecuarista em Porto Velho - RO;

Alessandro Callil de Castro economista e advogado no estado do Acre;

Dario de Souza Lopes empresário do setor de transporte, logística e agronegócio de Rondônia;

José Luís Gonçalves Leitão advogado ex-diretor do SENAI em Rondônia;

Pedro Teixeira Chaves advogado ex-superintendente do SEBRAE Rondônia; Miguel de Souza engenheiro ex-vice-governador de Rondônia e ex-deputado Federal por Rondônia;

José de Abreu Bianco ex-senador e ex-governador do estado de Rondônia; Sebastião Conti Neto engenheiro, líder rural e pecuarista em Rondônia (in memoriam);

Renné André Valente Lobo administrador e ex-diretor da Escola do Legislativo de Rondônia (in memoriam);

Cícero Jorge de Oliveira Lacerda engenheiro florestal (in memoriam);

Márcio Augusto de Souza Melo advogado tributarista ex-presidente do Instituto Kadosh de Desenvolvimento de Rondônia (in memoriam);

Professor Economista Mestre Valber Marialva (in memoriam)
José Garibaldi de França Filho designer industrial (in memoriam).

“Ninguém é bom naquilo que faz sozinho; na verdade somos todos aprendizes ao longo da vida que é um presente do Eterno Deus. Eu desejo sempre, de coração que Ele, o Eterno Deus abençoe o Brasil e o seu povo.”